

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

O PROCESSO DECISÓRIO DE MIGRAR E A IDENTIDADE
SOCIOCULTURAL DOS MIGRANTES DO ALTO URUGUAI PARA
SAPIRANGA NO VALE DOS SINOS

WALCY PEREIRA OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Porto Alegre, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

WALCY PEREIRA OLIVEIRA

O PROCESSO DECISÓRIO DE MIGRAR E A IDENTIDADE
SOCIOCULTURAL DOS MIGRANTES DO ALTO URUGUAI PARA
SAPIRANGA NO VALE DOS SINOS

Dissertação de Mestrado em Sociologia
apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Sociologia no
Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, 2002

WALCY PEREIRA OLIVEIRA

O PROCESSO DECISÓRIO DE MIGRAR E A IDENTIDADE
SOCIOCULTURAL DOS MIGRANTES DO ALTO URUGUAI PARA
SAPIRANGA NO VALE DOS SINOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 2002

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof^a. Dra. Denise Fagundes Jardim
PPGAS/IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva
Departamento de Sociologia/UFRGS

A vida do campo e da cidade, móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.

(Raymond WILLIAMS, 1990)

Dedico esse trabalho a todos os migrantes e ao casal Sra. Emília Falcão Pereira e Sr. Francisco Pereira (*in memorium*) que, na condição de antigos moradores do Alto Uruguai, participaram do processo de desenvolvimento da região e souberam conviver com a diversidade social, étnica e cultural de seus conterrâneos, numa relação de respeito e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES e à FAPERGS pelos auxílios financeiros recebidos para a elaboração, viabilização da pesquisa de campo e consulta bibliográfica do trabalho no Museu Nacional/UFRJ, ao CEBRAP/SP e a FIDENE/RS.

Aos coordenadores do antigo Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural: Prof^ª. Anita Brumer, Prof. Mario Riedl e, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, Prof. Enno Dagoberto Liedke, Prof^ª. Sônia Larangeira e Prof^ª. Clarissa Baeta Neves pelo apoio e compreensão nos avanços e recuos que ocorreram no desenvolvimento do trabalho, a todos os professores, em especial, Odacir Coradini, Jacques Leon Marre, Juan Mário Fandiño e Ivaldo Gehlen (meu orientador). Ao professor Rualdo Menegat pelo auxílio na formatação dos mapas.

À Professora Anna Carolina K. P. Regner pelo constante incentivo.

Aos funcionários, em especial, à bibliotecária Maria Lizete Gomes Mendes, Regiane Accorci e Denise Jesien Farias (colegas queridas).

À equipe do ILEA/UFRGS (professores, funcionários e bolsistas) que, no meu local de trabalho, pacientemente, apoiaram e facilitaram a redação da dissertação.

A Elizabeth Mazon Machado (pelo impulso inicial), a todos os colegas das turmas de 1987, 1988 e 1989 do Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural, em especial Márcia, Roberto, Marcos, Silvio, Fernando, Moura, Edonilce e Maria Clara (pelo companheirismo e troca) e, Alice Falcão Pereira e família (facilitadores da pesquisa realizada no município de Erval Seco), Marcelo Silva, Vitor Laitano e Funcionários do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Sapiranga (facilitadores da pesquisa realizada em Sapiranga), Ilsa Jardim (mestre e amiga), Sandra Pinto (minha terapeuta).

Aos amigos: Maria, Silvia, Luciana e Carmem pelo estímulo (às vezes empurrões) e, Tranquillo e Sulamar pelo auxílio na revisão final do trabalho.

A Martin, por tudo.

Finalmente, meu agradecimento especial aos entrevistados que direta ou indiretamente colaboraram para esse aprendizado; assim como aos meus familiares, sempre presentes.

RESUMO

O trabalho consiste em um ensaio sobre a identidade sociocultural de migrantes com histórica tradição de migração e de exclusão, provindos do meio rural e indo para cidade de colonização germânica. Tais indivíduos vivem, em seu espaço social de origem e de destino, o confronto entre duas racionalidades: o modo de vida tradicional e moderno, o que resulta em interação social conflituosa no âmbito dos valores e estilo de vida, evidenciando características socioculturais dos migrantes que os predispõem à instabilidade social. A análise está centrada nos fatores objetivos e subjetivos que constituem a decisão de migrar e, em sua relação, com o patrimônio sociocultural e a condição de precariedade do migrante. A migração é entendida como uma estratégia de sobrevivência que ocorre num espaço social complexo, marcado pela efervescência política e pela diversidade étnica e cultural, observadas, principalmente, em seu *locus* de origem. A pesquisa está baseada numa análise multidimensional, sob a abordagem qualitativa, fazendo uso de amostragem do tipo proposital e de observação participante que inclui migrantes e não-migrantes, em seu local de origem e de destino. O trabalho reconstrói a trajetória social do migrante com base na decisão de migrar, de modo a revelar seu significado e a relação com os aspectos da identidade que o condicionam e caracterizam sua frágil inserção.

Palavras chaves: migração, identidade, cultura, inserção social.

ABSTRACT

This is an essay on the social-cultural identity of migrants with historical tradition of migration and exclusion, coming from a rural area and moving into a German colonization town. Such individuals live, both in their original and their destination spaces, in confrontation with two rationales: the traditional and the modern ones, bringing about a conflictive social interaction. As a result of this confront, values and life-style become social-cultural characteristics of the migrants predisposing them to social instability. The analysis is focused in objective and subjective factors, based mostly on the decision to migrate and its relationship to the social-cultural background and the migrant's precarious life conditions. In such scenario, migration is understood as a survival strategy occurring in a complex social space, marked by political effervescence and by the ethnic and cultural diversity that can be observed in their original *locus*. A multidimensional analysis under a qualitative approach, using an intentional sampling and a participant observation including migrants and non-migrants, in their original place and in their place of destination, is used. It reconstructs the migrant's social trajectory, based on the decision to migrate, revealing its meaning and its relationship with aspects of their identity that condition and characterize their fragile insertion.

Key words: migration, identity, culture, and social insertion.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
INTRODUÇÃO	12
a) A problemática	13
b) Os objetivos e as hipóteses	17
c) A metodologia	18
1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE	27
1.1 Contexto social, precariedade e migração	31
1.2 A diversidade social expressando identidades distintas: o caboclo e o colono ..	33
1.3 A construção social do migrante	37
2 O ESPAÇO SOCIAL EM MUDANÇA	44
2.1 Espaço social complexo	45
2.2 O locus de origem do migrante	46
2.2.1 O Alto Uruguai Gaúcho: de terras devolutas a terras colonizadas	48
2.2.2 A diversidade social agrária	53
2.3 O locus de chegada do migrante	57
2.3.1 A sociedade colonial teuto-brasileira: de terras coloniais a terras de indústria	61
2.3.2 Os “novos imigrantes” no Vale dos Sinos	64
3 IDENTIDADES EM CONFLITO: o modo de vida caboclo e o modo de vida colono	67
3.1 O mundo da família: rede de relações/vida privada	75
3.2 O mundo do trabalho: estratégia de sobrevivência/possibilidade de inclusão..	78
3.3 A percepção do migrante pelo outro	81
3.4 O outro no olhar do migrante	83

4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA MIGRAÇÃO	88
4.1 A colonização do caboclo e a cabocliização do colono	90
4.2. O processo decisório de migrar e identidade sociocultural do migrante.....	98
4.3 A migração e a precariedade: quais perspectivas?.....	111
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE	
A – Relação e identificação dos entrevistados.....	133
B – Entrevista com o migrante João dos Santos.....	138
C – Roteiro das entrevistas.....	151
D – Trabalhadores filiados ao Sindicato da Indústria do Vestuário de Saporanga, procedentes de municípios do Alto Uruguai (1980-1988).....	152
ANEXO	
A – Reportagem sobre a eleição de migrante para a presidência do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Saporanga.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

COTRIJUI – Cooperativa Tritícola de Ijuí

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 - Diferentes significados das categorias: terra, salário, família e trabalho.....	20
QUADRO 02 - Sobre a caracterização da sociedade tradicional e da sociedade moderna	41
QUADRO 03 - Evolução populacional dos municípios de origem do migrante, 1991-2000.....	53
QUADRO 04 - Sobre os elementos identitários no modo de vida caboclo e no modo de vida colono.....	75
QUADRO 05 - Quadro comparativo das representações do migrante sobre a vida no campo e na cidade.....	80
QUADRO 06 - Comparativo de representações identitárias.....	86
MAPA 1 – Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.....	47
MAPA 2 – Estado do Rio Grande do Sul.....	47
MAPA 3 – Região Metropolitana de Porto Alegre.....	59
MAPA 4 – Estado do Rio Grande do Sul.....	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no tema migrações, mas enfatiza a construção social do migrante, para além dos fatores de expulsão e de atração, privilegiados nas abordagens histórico-estruturais dos estudos migratórios clássicos. Aqui importa se conhecer, de seu lado, como o migrante se define, se percebe e como ele define e percebe o outro, e, de outro lado, como é visto pelo outro, o não migrante, nos meios sociais de origem e de destino. O objeto em estudo valoriza os aspectos subjetivos que orientam a ação social e visa compreender a relação existente entre o processo decisório de migrar e a identidade sociocultural do agente da mudança, enfatizando as representações sociais e os condicionantes culturais que contornam a ação social.

Essa perspectiva, no entanto, não desconsidera os condicionantes estruturais que conduzem à mudança social. No caso estudado, a migração de agricultores do Alto Uruguai Gaúcho para a região industrializada do Vale dos Sinos, decorre das transformações econômicas e sociais que ocorreram na segunda metade do século XX.

Na década de 1950 e início da seguinte, a economia agrária riograndense passou por um redimensionamento da estrutura que beneficiou as grandes lavouras de trigo, soja e arroz e impôs transformações na produção agrícola baseada em pequenas propriedades, marcadamente no Alto Uruguai Gaúcho. A conjuntura das décadas seguintes, de 1970 e 1980, alterou os rumos da economia, em especial, seus efeitos junto à Produção Agrícola Familiar, tendo sido destacado um intenso êxodo rural nas regiões de seu predomínio e sobre as quais ocorreu o processo de modernização agrícola e a opção pelas culturas de exportação.

Entre os elementos que levaram o agricultor do Alto Uruguai a migrar destacam-se as condições e dificuldades do setor agrícola, a imposição de novos padrões tecnológicos com elevados índices de mecanização e utilização de insumos, os quais limitaram a participação dos produtores nos lucros, levando o sistema produtivo à dependência de fatores externos à propriedade, aumentando assim os riscos de exclusão do sistema.

No Rio Grande do Sul, segundo a SUDESUL (1987), o êxodo rural assumiu maior magnitude nas áreas nas quais a presença de pequenos estabelecimentos é acentuada, as microrregiões Coloniais de Iraí, de Erechim e de Santa Rosa que juntas compõem o "Alto Uruguai".¹ A região metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, apresentou-se como o principal centro de atração migratória, com um fluxo de 270 mil migrantes na década de 1970.

¹ Segundo a classificação atual na Divisão Territorial do Rio Grande do Sul/IBGE, 1996, as Microrregiões referidas sofreram alteração, a qual será explicada, em capítulo posterior.

Mas, ainda que considere as condições objetivas que propiciaram a migração, este estudo prioriza o entendimento dos condicionantes socioculturais que influenciam a decisão de migrar do campo para a cidade. Afinal, essa foi uma estratégia de parte da população rural, uma vez que, outra parte, condicionada por semelhante estrutura e que sofria semelhantes efeitos conjunturais e condicionantes estruturais, construiu diferentes estratégias tais como, a permanência na zona rural, o engajamento na luta pela terra (reforma agrária) ou a migração para outros estados do país, na condição de colonizador.

A decisão de migrar para a região industrializada do Vale dos Sinos foi uma atitude de uma parcela da população rural que possuía específicas vivências e oportunidades naquele contexto social. Essas vivências constituem um patrimônio sociocultural que condiciona a trajetória e a ação social, o que, no caso da decisão pela migração, ocasiona conseqüências para além da alteração da situação profissional do migrante.

a) A problemática

O estudo aqui proposto, buscando compreender a realidade brasileira, para além do dualismo campo-cidade, ressalta sua diversidade regional e as nuances no campo cultural que constituem distintas identidades, as quais apresentam comportamentos específicos em relação às condicionantes estruturais do meio social em que estão inseridas. Como faz o estudo de Antônio Candido (1977), a pesquisa realizada visa apreender os aspectos culturais que compõem as identidades sociais, recorrendo à abordagem teórico-metodológica que considera a análise sociológica para a interpretação desses aspectos e a preocupação antropológica aos detalhes e às pessoas, resgatando, para tal, a historicidade do processo vivenciado. Nessa perspectiva, reatualizam-se, pois, as palavras de Antônio Candido (1977, p. 11), prefaciando a obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, em 1964: “a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos ou em investigações especialmente econômicas e agrônômicas, mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade”. Em contrapartida, o crescimento desordenado das cidades que traz consigo o aumento da violência e da precariedade das condições de vida faz também emergir situações de conflitos socioculturais.

Tendo por base as observações sobre a migração do meio rural para a cidade e as implicações decorrentes da mudança, para além do movimento físico de indivíduos dentro e

entre sistemas sociais, a exemplo de outros autores que realizaram estudos nesta ênfase,² o presente trabalho distancia-se dos estudos migratórios clássicos, nos quais costuma-se abordar a migração considerando-se os fatores de expulsão e de atração (SINGER, 1972). A migração é aqui entendida como um processo caracterizado por seqüência de decisões parciais interligadas que, transcende os fatores de ordem estrutural e que se constitui numa estratégia de sobrevivência de um grupo social que possui condicionantes históricos e específico patrimônio sociocultural contornando sua trajetória.

A migração constitui-se em ação social decorrente de contexto historicamente determinado que propicia diferentes oportunidades e motivações para os agentes sociais nele atuantes. É, pois, um processo que se desenvolve num campo de conflitos, permeado por afirmações identitárias, no qual ocorre a quebra e a recriação de padrões culturais e comportamentais e a coexistência de diferentes visões de mundo.

No caso estudado, o agente social da mudança, o migrante proveniente do Alto Uruguai Gaúcho, região caracterizada pela produção agrícola familiar, para o Vale dos Sinos, região colonizada por germânicos e que, posteriormente veio a desenvolver o setor industrial coureiro-calçadista, interage em diferentes sistemas sociais. Nesse campo social complexo, o migrante sofre a influência de diferentes modos de vida, concepções e valores culturais, o que fica expresso na disputa por posições sociais e nas diferentes visões de mundo entre migrantes e não migrantes.

Abordam-se aqui aspectos socioculturais afetados pela mudança, a exemplo da alteração nas relações sociais e dos conflitos que aparecem nas afirmações identitárias dos migrantes e não-migrantes no meio social de origem e de destino. Isso pode ser percebido na etnicidade, como meio formativo cultural comum que indica **pertencimento** e **desfiliação** e faz transparecer conflitos que se desenvolvem no âmbito da cultura, os quais se expressam em disputas por posições no campo estrutural.

A migração produz, como efeito, a mudança de padrões culturais e comportamentais, tanto para o migrante, quanto para a comunidade que o recebe. No caso estudado, após consolidado o fluxo migratório, em fins da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, as conseqüências para a população migrante e para a população que a acolhe, no ambiente de chegada, foram: quebra de equilíbrio, alteração das relações sociais, quebra nos padrões culturais tradicionais de comportamento, aumento da criminalidade, acirramento da competição e de disputas, tanto por oportunidades de emprego, quanto pelo uso dos bens

² Ver os estudos de Menezes, 1976; Muszynski, 1986; Durham, 1980, 1984; Cardoso, 1978; Garcia, 1988; Grasmuck & Pessar, 1991; Pedraza, 1991.

públicos (disputas concretas e simbólicas, incluindo alteração da concepção do que seja “bem-comum”), além do acréscimo da demanda por políticas sociais públicas. No processo decisório de migrar, verifica-se conflito entre racionalidades que, de modo tipificado, poderiam ser caracterizadas como próximas ao tipo tradicional e próximas ao tipo moderno. Entretanto, na realidade social, essa caracterização não pode ser observada em estado puro. Ao contrário, os espaços sociais apresentam diversidade, complexidade e ambivalências, ainda que apresentem generalidades socioculturais e condicionantes estruturais.

No seio da sociedade rural exportadora do Alto Uruguai Gaúcho, de onde provém o migrante, operam duas diferentes lógicas: a lógica da produtividade (associada à cultura colonial) e a lógica da subsistência (associada à cultura cabocla). O migrante incorpora em seu patrimônio sociocultural essas influências, podendo-se perceber, em seu modo de vida, aspectos decorrentes de ambas as lógicas. De um lado, traços que indicam rusticidade, a predisposição à mobilidade, insubordinação e reivindicação política, recriação de práticas de participação/ação coletiva (práticas de auxílio mútuo), valorização da terra como bem-comum e do tempo livre e, sujeição ao assalariamento como forma de garantir mínimos de subsistência. De outro lado, sofre a influência da lógica da produtividade que tem, no trabalho, seu elemento central e, na propriedade da terra, a garantia de reprodução social e afirmação identitária.

A sociedade urbano-industrial, por sua vez, caracteriza-se por laços de cooperação impessoais e pelo individualismo. Mas, para além dessas características, o espaço social que acolhe o migrante, traz em si o condicionamento cultural da sociedade tradicional teuta (fechamento, germanismo, valorização do espaço privado, práticas sociais tais como o *kerb* e sociedade de canto e ginástica). Consolidada a migração, ocorre a ampliação das relações sociais e alteração do estilo de vida predominante, assim como das posições sociais, decorrendo daí, o acirramento de conflitos de natureza socioculturais e verifica-se uma tendência ao recrudescimento e à valorização do germanismo, a pretexto de um sentimento de perda de identidade, de violação e de invasão do espaço comunitário.

Os atores sociais que são, às vezes, identificados etnicamente, em outras, socialmente ou culturalmente e, em outras ainda, economicamente, em sua trajetória, na ação social em curso e na luta pela imposição de sua posição, reivindicam para si traços identificatórios e os têm sobre si atribuídos. É assim, por exemplo, que os indivíduos provenientes das regiões de fronteira reivindicam e têm sobre si associadas, atitudes corajosas provenientes dos feitos de guerra na luta pela ocupação e garantia do território em constante litígio, os quais são atribuídos à tradição luso-hispânica e indígena e que, por outro lado, os indivíduos

provenientes das regiões coloniais, especialmente de origem germânica, reivindicam para si e a eles é atribuído, um potencial de trabalho e de disciplina que os diferencia dos demais. Ora, se for enfatizada apenas a dimensão econômica, vê-se que estes atores sociais construíram sua ação a partir das condições objetivas que lhes foram dadas para organizar-se e, estas condições, por sua vez, encontravam-se inseridas num contexto maior obedecendo a sua evolução. Nem por isso, sua organização e ação deixam de ser específica, constituindo um campo de lutas concretas e simbólicas, na busca da imposição de sua legitimidade e importância. No campo social de *per se* (complexo, híbrido, ambivalente e conflituoso), as identidades socioculturais se impõem e nem todos os agentes estão plenamente inseridos e possuem trajetória ascendente. Ao contrário, alguns setores da sociedade, historicamente, estiveram a sua margem sendo, apenas oportunamente, chamados a participar ativamente de seu processo de desenvolvimento e, mesmo dentre os setores sociais ascendentes, destacam-se grupos e indivíduos que são selecionados no processo. A identidade sociocultural se afirma sob condições objetivas, mas também com base em representações atribuídas à realidade, as quais impulsionam e condicionam as práticas sociais. O processo decisório de migrar é, pois o recorte contextual escolhido para discutir o modo como específicas identidades socioculturais se impõem, se interrelacionam e se transformam na ação social.

O Rio Grande do Sul, historicamente, desenvolveu uma economia complementar ao centro e nordeste do país, estando, por isso, inserido à economia nacional e apresentando formação social caracterizada pela diversidade étnica, a qual constitui uma tradição fundamentada em traços culturais provenientes da cultura indígena, afro, lusa, açoriana, hispânica, ítalo e teuta entre outras. Essas especificidades culturais e étnicas são aclamadas no sentido de valorizar algum feito de natureza política ou econômica, podendo o qualitativo da herança cultural resgatada variar, conforme o que está posto em destaque. É assim que se vê, na denominação “povo gaúcho”, manifestações telúricas e atávicas³ que nem sempre correspondem às características culturais da totalidade dos grupos sociais que o compõem; pelo contrário, essas manifestações escondem conflitos entre os mesmos.

A compreensão da identidade sociocultural remete também à sua alteridade. O recorte do objeto em estudo centra sua atenção no migrante rural-urbano, pressupondo que esse ator detém um patrimônio sociocultural específico que condiciona sua prática, revelando distinções e regularidades no campo social.⁴ Os migrantes, alguns dos quais inseridos no

³ Por telurismo entende-se a influência do solo de uma região nos costumes e caráter de seus habitantes e, por atavismo, o reaparecimento em um descendente, de um caráter não presente em seus ascendentes imediatos, mas sim em remotos.

⁴ Sobre a noção de campo e posição social, ver Bourdieu em Economia das Trocas Simbólicas 1987.

processo produtivo do setor coureiro-calçadista e metalúrgico, outros exercendo atividades periféricas ao setor, atuando conforme as exigências do processo produtivo e as oscilações do mercado, no entanto, possuem traços identificatórios distintos dos demais trabalhadores locais de origem germânica, e sofrem o estigma associado ao seu local de procedência e a sua origem étnica.

Contudo, subjacente às implicações entre migração e identidade sociocultural está a questão da relação entre identidade sociocultural e precariedade. Tomando-se por base essas considerações, o presente estudo tem como objeto de pesquisa, analisar e discutir os aspectos que relacionam ambas as dimensões, a identidade sociocultural e a precária inclusão social do migrante, na tentativa de responder: em que medida a migração, condicionada pela identidade sociocultural do migrante, pode viabilizar a transformação ou a continuidade de sua trajetória de precariedade?

b) Os objetivos e as hipóteses

Como objetivo geral, intenta-se demonstrar a relação existente entre o processo decisório de migrar e a identidade sociocultural do migrante e, entre esta relação e a histórica trajetória de precariedade do grupo migrante. Destaque-se como objetivos específicos: (1) estudar a história e a sociedade do Alto Uruguai Gaúcho, região de proveniência do migrante e, as transformações que sofrera nas décadas de 1970 e 1980, e, em contraponto, as transformações vivenciadas, no mesmo período, pela sociedade em que o migrante busca sua inserção; (2) conhecer a diversidade da categoria social genericamente denominada por agricultor familiar, detectando o processo de seleção na estrutura fundiária gaúcha, assim como suas variações identitárias e, (3) compreender o significado da decisão de migrar, a partir das representações de migrantes e não migrantes, no local de origem e de destino, analisando as trajetórias individuais que perfazem a trajetória do grupo e contornam sua específica identidade sociocultural.

A busca desses objetivos justificou-se no entendimento da decisão de migrar como seqüência de decisões parciais interligadas que constitui-se numa estratégia de sobrevivência de um grupo social⁵ que possui trajetória e patrimônio sociocultural específicos em seu meio

⁵ O presente estudo utiliza a noção de grupo social de Goffman (1982, p. 123), como “pessoas situadas numa posição semelhante”.

social de origem e que reafirma essas especificidades, especialmente no âmbito sociocultural, no meio em que busca sua inserção.

Considerando os objetivos propostos, o problema de pesquisa apresenta as seguintes hipóteses:

- 1 – A integração do migrante no novo espaço urbano-industrial ocorre de forma conflituosa, evidencia a busca de inclusão social e consolida a ampliação de suas relações sociais.
- 2 – O migrante possui a oportunidade de afirmar sua cidadania através da participação social e política, decorrente de seu específico patrimônio sociocultural.
- 3 - O migrante reafirma sua identidade no âmbito do local de moradia, na recriação de um modo de vida semelhante ao de sua cultura original, mediante práticas solidárias, na esfera do parentesco, na sujeição a mínimos de sobrevivência e na disposição para a condição itinerante.

b – A metodologia

Este estudo, ao buscar conhecer os aspectos identitários do migrante, almejou contribuir para sua maior integração social. Essa não é uma atitude neutra, pois entende que, no auto-reconhecimento, os atores sociais podem vir a identificar a necessidade de interação e cooperação para então atuar com maior autonomia sobre as estruturas que os condicionam.

Considerando esta intenção e as premissas metodológicas, previamente estabelecidas, efetuou-se a reconstrução da trajetória histórica e social e, procedeu-se à análise das representações sociais do migrante em relação ao processo decisório de migrar, considerando que essas não estão reduzidas à experiência imediata, mas que estão inseridas em sua existência material e expressas em sua prática.

Assumindo-se a preocupação de salientar o contexto social e cultural do informante, aceitando suas representações⁶ e confrontando-as com a estrutura global de modo a compreender o fenômeno em sua totalidade, a estrutura social foi analisada através do ator, partindo do pressuposto que, sendo ele indissociado e indissociável da estrutura, pode-se

⁶ As representações sociais que os agentes fazem do mundo podem ser conflituosas entre si e influenciar sua ação na sociedade. Nessa perspectiva, entendeu-se por **trajetória social** a "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele mesmo em mudança e submetido a incessantes transformações" (BOURDIEU, 1986, p. 71).

recuperar um pelo outro, atento às conexões que se tecem entre ambos. Para tanto foi valorizada a perspectiva diacrônica e sincrônica.⁷

A reconstrução da trajetória foi feita através da reconstituição do processo de ocupação histórica e das condições sociais de existência no Alto Uruguai, região da qual procede o migrante estudado. Foram pontuados momentos e elementos que revelavam, já na sua origem histórica, um processo de inclusão precária do migrante, apresentando suas representações, quanto ao significado da família (matriz de valores e fonte motivacional de ação) e do trabalho (meio de vida). A análise empreendida privilegiou dois eixos identitários: a família e o trabalho, buscando conhecer os significados destes em relação ao processo decisório de migrar, às relações sociais estabelecidas e às práticas sociais recriadas no Vale dos Sinos.

A migração, como estratégia de sobrevivência, foi o contexto da ação que oportunizou o conhecimento da identidade do migrante. Em sua consolidação, a identidade sociocultural do migrante é reafirmada numa relação de alteridade, na qual se renovam conceitos e significados atribuídos pelos migrantes em relação a sua ação e a seu modo de vida, assim como, em relação aos outros não migrantes e, dos outros, em relação a ele.

Na busca por conhecer o migrante, buscando caracterizar o **nós** e o **eles**, este estudo centrou sua análise nas relações e concepções em torno das categorias **família** (nuclear e ampliada) e **trabalho** (terra e salário). Essas categorias, por sua vez, foram entendidas sob duas diferentes racionalidades: a **racionalidade cabocla** associada à lógica de subsistência e oriunda do modo de vida caboclo e, a **racionalidade colonial**, associada à lógica de produtividade, oriunda do modo de vida colonial.

Como estruturas condicionantes deste processo de identificação sociocultural, foram consideradas as especificidades da sociedade rural, analisando-se as noções **campo** e **roça** e, da sociedade urbano-industrial, **cidade** e **fábrica**.

⁷ A esse respeito, Aspásia Camargo, propõe a conciliação metodológica do diacrônico ou sincrônico. Segundo a autora, o passo inicial seria operar com os conceitos de conjuntura e de crise, empiricamente identificados por feixes de acontecimentos e tendências conflituosas em suas condicionantes passadas e implicações futuras. Como unidades básicas de reflexão destaque seria dado ao ator e ao acontecimento com os elos significativos que os fazem mover-se (CAMARGO, 1978, p. 280).

QUADRO 01 - Diferentes significados das categorias: terra, salário, família e trabalho

	“caboclo”	“colono”
terra	lugar para se viver; espaço de convivência; bem-comum.	propriedade privada ou familiar; condição de afirmação social; elemento de reprodução social.
salário	possibilidade de afirmação identitária; garantia de subsistência.	perda de autonomia; desprestígio.
família	rede de sociabilidade ampliada; laços de compadrio.	parentesco, etnicidade; unidade de produção e de consumo.
trabalho	meio de vida, não é central pois, o tempo livre é igualmente valorizado; lógica da subsistência.	meio de afirmação social, elemento central; eticidade; lógica da produtividade.

Fonte: Revisão de literatura e pesquisa de campo.

A metodologia utilizada para fundamentar a execução do estudo baseou-se na abordagem qualitativa, valorizando a análise de conteúdo. A pesquisa realizada consistiu num estudo exploratório sobre a trajetória social de migrantes provenientes do meio rural para a cidade, tendo-se em vista a análise multidimensional na perspectiva espacial e temporal. A ação da pesquisa percorreu o meio social de origem e o meio social de destino do ator social estudado, considerando as ponderações de Karl Mannheim (1974) sobre a relevância da origem social, na medida em que permite esclarecer os impulsos grupais expressos. Esse autor salienta a importância de se valorizar as histórias de vida e os dados estatísticos sobre a origem social e a posição dos indivíduos representativos, devendo-se considerar também, o peso representado pelo *status* anterior de um indivíduo após seu ingresso no grupo e se os indivíduos renunciam a seus *status* anteriores. Nas palavras de Mannheim (1974, p. 97): “O meio de origem de um indivíduo não nos fornece todos os dados necessários para uma compreensão completa de seu desenvolvimento mental mas indica alguns fatores de sua disposição particular para enfrentar e experimentar dadas situações”. Na direção destes

argumentos, a abordagem aqui privilegiada valorizou a origem social do migrante, para o entendimento de sua identidade sociocultural, acreditando que seu modo de vida anterior constitui-se em específico patrimônio sociocultural que condiciona e recria as novas práticas sociais.

Em relação à perspectiva temporal, a construção do objeto e o desenvolvimento da pesquisa consideraram a historicidade da ação social desse ator, até recentemente inserido na estrutura produtiva na categoria de agricultor familiar, o qual, com a migração se proletariza, exercendo ou não a função de operário urbano e que, para além de sua posição na esfera produtiva, possui patrimônio sociocultural específico que condiciona suas práticas e constitui suas relações sociais.

A pesquisa de campo transcorreu entre 1987 e 1991, nos municípios de origem e de destino dos migrantes. As áreas estudadas compreenderam a região de procedência e de estabelecimento desses migrantes. A primeira foi o chamado Alto Uruguai,⁸ situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, onde foram incentivados loteamentos ora pelo Governo do Estado, ora por particulares ou ainda, por sucessivas posses ilegais. A região do Alto Uruguai, situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela presença de minifúndios e pela diversidade étnica de seus habitantes.

No total foram realizadas 32 entrevistas com migrantes e não migrantes, no *locus* de origem e no *locus* de destino, dentre as quais: 14 entrevistas com migrantes no município de Sapiranga; 8 entrevistas individuais e 1 entrevista coletiva com agricultores, nas áreas de significativo afluxo de migrantes nos municípios de Erval Seco e Redentora; 8 entrevistas qualificadas nos municípios de Erval Seco e Sapiranga. Soma-se a isto a realização de 4 entrevistas com agricultores integrados ao Sistema de Produção Agrícola Familiar no momento em que foi feita a pesquisa exploratória, em 1987. Destaque-se que, em Sapiranga, foram realizadas duas entrevistas com migrantes que não pertencem à amostra aqui selecionada, uma vez que migraram, na década de 60 e são provenientes de outro meio social, o município de Mata, na região central do Estado. Entretanto, as entrevistas são

⁸ Os Municípios de Caiçara, Erval Seco, Frederico Westphalen, Palmitinho, Rodeio Bonito e Vicente Dutra são localidades de origem de significativo percentual de migrantes, os quais encontravam-se filiados ao Sindicato da Indústria e do Vestuário no ano de 1987. Esses municípios, na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, pertenciam à Microrregião Colonial do Iraí. Segundo a classificação atual na Divisão Territorial do Rio Grande do Sul/IBGE, 1996, pertencem à Microrregião de Frederico Westphalen. É de se ressaltar que esses pequenos municípios foram desmembrados de outros maiores, tais como Três Passos, Tenente Portela e Palmeira das Missões, atualmente pertencendo os dois primeiros à Microrregião de Três Passos e o último, à Microrregião de Carazinho. Historicamente, contudo, todos pertenciam à região da chamada Grande Palmeira (município

representativas, pois, ambos os entrevistados perfizeram trajetória de ascensão social e, dadas suas especificidades, oportunizaram o contraste com a realidade social dos migrantes do Alto Uruguai. Os indicadores escolhidos foram os seguintes: (1) pessoas de ambos os sexos; (2) idade superior e inferior a 30 anos; (3) migrantes em período anterior e posterior a 1980; (4) mesma região de procedência e mesma atividade anterior, agricultores que tivessem migrado da região do Alto Uruguai para o município de Sapiranga, no Vale dos Sinos.

Para a reconstituição do universo de análise, buscou-se dados em órgãos oficiais tais como Prefeituras Municipais, Sindicatos e instituições de pesquisa como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o AHPA (Arquivo Histórico de Porto Alegre), nos quais foram consultados os arquivos sobre a colonização européia no século XIX e seu desdobramento no decorrer do século XX.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-elaborado que objetivou motivar a conversa, mas que esteve aberto à espontaneidade dos depoimentos. O predomínio de certos temas deveu-se à importância e representatividade de seus significados para o depoente. Estiveram em destaque, a busca pelo entendimento do significado do trabalho (meio de vida) e a família (matriz de valores e fonte motivacional), visando se conhecer a relação desses significados com a decisão de migrar e, desta última, com a identidade sociocultural do migrante.

As técnicas de pesquisa utilizadas na análise foram a realização de entrevistas em profundidade com os migrantes e não migrantes na região de procedência e, com agricultores potencialmente migrantes e, outros, não migrantes na região de destino, escolhidos pela qualificação de seus depoimentos e, a observação etnográfica. As entrevistas, de tipo semi-estruturadas, compuseram uma amostra proposital (SELLTIZ et al, 1987), semelhante àquela que considera o critério de diversificação e de "ponto de saturação" por encadeamento (BERTAUX, 1980). O critério de diversificação, refere-se à seleção variada dos informantes e à escolha de pessoas representativas à problemática em estudo. Para a validação das informações, pressupôs-se que as respostas dos indivíduos decorrem de modelos culturais interiorizados, constituindo-se um misto da fala do indivíduo peculiar e daquele que expressa valores estruturados (CORTES, 1998, p. 19). Considerando essas preposições, foram realizadas visitas informais, com a aceitação do informante e, selecionados os temas contidos nas primeiras entrevistas os quais serviram de estímulo às demais. É de se ressaltar, contudo, que a presente pesquisa enfatizou a análise multidimensional da amostra, valorizou depoimentos qualificados relativos aos migrantes e à decisão de migrar, a observação

fundado em 1874) que, por sua vez, foi desmembrado do município de Cruz Alta (fundado em 1833) e, antes disso, do município de Rio Pardo, um dos primeiros municípios do Estado, fundado em 1809.

etnográfica, a análise de documentos oficiais, dados censitários, históricos e fontes secundárias que trabalharam informações empíricas desse universo de análise para, com isso, aproximar-se o mais possível da objetividade.

Visando à objetividade, o contato com os informantes, obedecendo à abordagem do tipo multidimensional, ocorreu em momentos específicos. Num primeiro momento da pesquisa, em agosto de 1987, visitou-se os municípios de Miraguaí e de Tenente Portela, onde foram realizadas entrevistas com agricultores e autoridades locais em órgãos administrativos e sindicais, tendo-se constatado o intenso fluxo migratório para o Vale dos Sinos. No mês de outubro deste mesmo ano, ainda na pesquisa exploratória, em visita ao município de Sapiranga, constatou-se o fato e entrevistou-se um migrante proveniente de Miraguaí que participava do MST e que encontrava-se trabalhando na construção civil, num projeto comunitário de habitação, a Vila Esperança. Deste contato, foi derivada a problematização e foram delineadas as hipóteses.

A problemática, em estudo, foi construída a partir do contato empírico com a realidade do migrante. Durante o mês de julho de 1987, pesquisa realizada no município de Miraguaí, no Alto Uruguai Gaúcho, evidenciou um constante êxodo de agricultores para a região produtora de calçados. Nessa oportunidade, obteve-se a informação de que havia um certo estímulo a esse êxodo, por parte da prefeitura local, sob a justificativa da incapacidade do município em absorver essa população prejudicada pelo endividamento bancário e, que o município de atração da população migrante era Sapiranga, cidade produtora de calçados no Vale dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre .

Motivados por essas informações, efetuou-se visita ao município de Sapiranga percebendo-se, como aparente razão da migração, o fato de o município sediar duas das mais importantes indústrias, a Paquetá Calçados e o Musa Calçados, e destacar-se, em primeiro lugar, na produção para exportação de calçados, no Vale dos Sinos (posição que ocupou até o início da década de 1990 quando cedeu lugar para o município de Campo Bom), sendo abundante a oferta de emprego nessas atividades e noutras a elas correlatas. Além desse fato, pesquisa realizada em outubro de 1988 no Sindicato da Indústria e do Vestuário, desta cidade, revelou um percentual de 27, 52%, correspondente a 4.000 em 14.000 (conforme o que consta no Apêndice D), entre seus filiados, nascidos e provenientes do Alto Uruguai. Nesta ocasião, entrevistou-se um migrante proveniente do Alto Uruguai que trabalhou na agricultura, participou do MST, chegando a acampar em Encruzilhada Natalino,⁹ no município de Ronda

⁹ O acampamento na Encruzilhada Natalino ocorreu no ano de 1981, tendo durado um ano, o mais longo na história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, até 1992 (COSTELLA, 1992, p. 79-97).

Alta, e que, naquele momento, residia em Sapiranga, construindo habitações para outros migrantes. Sobre a decisão em deixar o campo e desengajar-se da luta pela terra, justificou:

Eu poderia estar com a minha terra, mas eu sou simplesmente de acordo com a família. Eles não quiseram ir para o acampamento, então eu não fui. Nesse meio tempo meu filho mais velho veio para cá, para Sapiranga, e foi trabalhar numa metalúrgica que é a Ferrabrás. Nós somos uma família unida, nós temos que estar um em roda do outro (informação verbal).¹⁰

Nesta mesma oportunidade, um membro da diretoria do referido Sindicato,¹¹ (informação verbal) que acompanhara à visita ao conjunto habitacional construído para os migrantes, ao pé do Morro Ferrabrás (Vila Esperança), fez alusão à **Revolta dos Mückers**¹² como o começo da luta dos trabalhadores. O fato de um membro de um sindicato urbano retomar um acontecimento que, para alguns estudiosos, marcou a resistência à evolução e transformação industrial, como argumento político na luta social, evidencia a complexidade do espaço, das representações e da ação social.

A riqueza do social, evidenciada nas representações dos migrantes, fez com que a problemática da migração fosse pensada como um processo que transcendia os fatores de ordem estrutural.

Nos meses que se seguiram, adentrando o ano de 1988, procedeu-se à pesquisa bibliográfica, centrando-se na história da colonização no Estado, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

No mês de maio de 1989, foi feita pesquisa no acervo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP/SP e do Museu Nacional da UFRJ/RJ, na busca por estudos relativos ao tema migração campo-cidade, nessa abordagem que valorizasse as representações sociais do migrante.

Definido o recorte do objeto, a pesquisa de campo transcorreu no decorrer de 1989, 1990 e 1991. A primeira fase da pesquisa, no local de destino do migrante, contou com facilitadores e mediadores, assessores e membros do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga. A observação etnográfica constou de participação em assembleias sindicais, piquetes nas portas das fábricas e reuniões de diretoria. Também foram feitas visitas aos

¹⁰ Conversa informal com migrante de apelido "Sabi" que construía casas na Vila Esperança, próximo ao Morro Ferrabrás, durante a realização de estudo exploratório no município de Sapiranga, em 1988.

¹¹ Depoimento de João dos Santos, migrante, natural do Alto Uruguai, residente em Sapiranga há mais de oito anos, em 1987 e que, posteriormente fornecera entrevista (Ver: entrevistado n.º 12).

¹² Esse episódio aconteceu no município de Sapiranga, no período de 1868 a 1898, e envolveu agricultores que combateram e resistiram ao poder político e econômico local. Cientistas sociais o interpretaram diferentemente; uns, como um movimento de origem messiânica e, outros, como um movimento social de luta contra a crescente desigualdade social e econômica que se delineava entre os colonos alemães.

locais de residência dos migrantes e participou-se de eventos da comunidade de Sapiranga, na qual o migrante buscava sua inserção.

Valendo-se de informações e contatos proporcionados por pessoas naturais do município de Sapiranga, em sua maioria descendentes de imigrantes alemães, foram estabelecidas conversas com informantes qualificados tais como párocos (padres e pastores), autoridades administrativas, industriais e antigos moradores do município, tendo-se participado de festas comunitárias. Essa fase da pesquisa proporcionou elementos importantes para o entendimento de como o migrante era visto pela população local de Sapiranga. Num terceiro, e último momento, em que as relações com a comunidade estavam familiarizadas, optou-se pela livre circulação nos lugares públicos e de residência dos migrantes, em especial nos Bairros Amaral Ribeiro e Morada São Luiz, locais de intensa presença de migrantes. Atentando-se aos procedimentos da abordagem qualitativa (CORTES, 1998), foi esclarecido ao entrevistado o papel desempenhado pelo pesquisador e os objetivos e finalidade de estudo.

Em relação à pesquisa realizada no local de origem do migrante, em meados de agosto de 1990, foi realizada a primeira visita ao município de Erval Seco, outro dos municípios da região que apresentava intenso fluxo migratório e efervescência política na luta pela terra. Nesta oportunidade participou-se de eventos comunitários e foram feitos contatos para as entrevistas, as quais vieram a ser realizadas em março de 1991. Nesta segunda visita, além das entrevistas com agricultores nas áreas de afluência dos migrantes, obteve-se depoimentos qualificados e informações oficiais sobre o município e a região. Destaque-se as valiosas informações históricas obtidas com pessoas influentes na comunidade local: o casal Emília Falcão Pereira e Francisco Pereira, moradores antigos na região da Grande Palmeira das Missões, Leonídio Gaede, conhecido como Pastor Zeca, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, atuante no MST e, o Professor Adair Walter, morador e pessoa atuante no Distrito de Lajeado Grande, localidade de origem de grande parte dos migrantes do município.

Dando continuidade ao levantamento histórico sobre o Alto Uruguai Gaúcho no mês de setembro de 1991, foi feita pesquisa no Museu Antropológico da FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, recolhendo-se informações sobre o processo de ocupação da região.

Para a efetivação da análise foi privilegiada a técnica de análise de conteúdo, buscando-se identificar a presença ou a ausência de certas características no material analisado, quais sejam ser proprietário ou não, ter sofrido miscigenação étnica ou não, ter tido experiência migratória anterior, ter sofrido influência da família na decisão migratória ou não, apresentar como justificativa para a migração a busca de trabalho.

Os conceitos que orientaram a análise foram **cultura** e **identidade** (conceitos sensitivos) e, **migrante** e **precariedade** (construções teóricas). Em relação às categorias de análise, procurou-se conhecer as representações a cerca da **família** e do **trabalho** (indicando valores), a **avaliação da migração** (indicando direção de comunicação), além de outras derivadas dos temas sugeridos pelas entrevistas e depoimentos obtidos, tais como, **caboclo** e **colono, terra e salário, qualidade de vida e participação política**.

O estudo empreendido, embora tendo principiado no final da década de 1980, permanece atual pois, as nuances da diversidade sociocultural acirradas pelo processo migratório são notórias no espaço social estudado. Ainda que os dados encontrem-se desatualizados, uma vez que o trabalho precisou ser interrompido, fez-se a opção por analisá-los, respeitando-se sua temporalidade, em virtude da riqueza do material pesquisado e sua pertinência em relação ao recorte analítico proposto. De outra parte, indo ao encontro das palavras de Gaston Bachelard (1978): “só se pode estudar aquilo com que se sonhou”, pode-se dizer que, este estudo recuou quando o sonho se esvaneceu e avançou quando o mesmo foi fortalecido; muitas vezes, graças à motivação advinda de trabalhos relativos ao tema, ao incentivo dos amigos, professores e colegas e, em especial, à presença viva dos migrantes, ao redor, que alimentaram esse sonho. A trajetória de desenvolvimento da pesquisa obedeceu a avanços e recuos que, antes de desmerecê-la, a enriqueceram e fortaleceram a maturidade no trato do tema que, através da atualização bibliográfica, possibilitou uma releitura do empírico e a adequação da proposta original.

1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE

A construção do problema de pesquisa situa-se no campo da mudança social tendo como ênfase o estudo dos aspectos socioculturais que lhe são constitutivos, partindo da aceitação de que, no campo social, existem conflitos e diferenças socioculturais as quais interagem entre si e disputam posições.

No processo de desenvolvimento brasileiro, as identidades socioculturais, foram se constituindo de modo complexo e conflituoso. Dada a abundância de terras e a forma pela qual o poder político se instituiu, com base no poder agrário estruturado no sistema patrimonialista caracterizado por relações sociais do tipo compadrio, parcela significativa da população, à margem do sistema produtivo, tem se movido ao longo do tempo e no espaço territorial buscando sua interação social.

Ao longo do processo histórico, especialmente na esfera política, essa população apresentou comportamento subalterno, embora, por vezes, tenha atuado legitimando os interesses dominantes da sociedade estabelecida, por exemplo, na condição de contingente nos conflitos armados ou, já no princípio do século XX, como massa votante e, ainda, como mão-de-obra barata que, de modo eventual e sazonal, é chamada a participar nos picos e focos de desenvolvimento socioeconômico, tendo inclusão precária e, por diversas vezes, buscando sua inserção social através da migração.

Quando de sua formação, o Brasil escravista, embora inserido no processo de desenvolvimento capitalista em curso, deixava à margem do processo de apropriação e de consumo dos bens produzidos, escravos e colonos pobres que constituíam-se agregados dos grandes proprietários de terra e detentores de poder político, etc.. Para essas categorias, a migração para lugares que oferecessem moradia e meios de subsistência foi uma constante. A forma como ocorreu o povoamento no processo colonizatório esteve relacionada à garantia de ocupação do solo, obedecendo aos interesses da economia agrária. Posteriormente, no decorrer do século XIX, a imigração, especialmente a européia (PRADO JUNIOR, 1957), nos quadros da política oficial de colonização do Estado Imperial visava à garantia da soberania nacional, através da constituição de força armada e à garantia da segurança interna da minoria branca.

A imigração européia ocorreu, em condições desfavoráveis, tanto no recrutamento de imigrantes na Europa, em muitos casos, despreparados para exercer a atividade agrícola, quanto no assentamento dos núcleos coloniais. Esta condição de precariedade não restringiu-se à dimensão econômica, atingindo também a dimensão social, cultural, e moral. Fatores de

natureza étnica, política e cultural influenciaram a extrema desigualdade social e contornaram especificidades identitárias à população brasileira.

No presente estudo, o migrante, em questão, tem sua origem social condicionada por uma trajetória de busca de inclusão social num espaço social conflitivo, caracterizado por cultura mista, no qual tem ocupado posição de subordinação.

A problemática, em questão, exige algumas considerações teóricas, subjacente a esta encontra-se o conceito de **exclusão social** que, por ser complexo e contraditório, merece balizamento para o enfoque válido na presente abordagem.

Como alerta Castel (1998), um dos maiores críticos desta construção teórica, a dialética exclusão/inclusão é a aporia fundamental sobre a qual nossa sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura. É um processo socio-histórico que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas que é vivido como necessidade do eu, com sentimentos, significações e ações. Nesse sentido, a noção de **precarização** (CASTEL, 1998) é mais adequada por possuir maior rigor do que a noção de exclusão.

Na perspectiva de Martins (2002, p. 27), a exclusão é resultado de uma metamorfose de conceitos que procuraram explicar a ordenação social que resultou o desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea. Esta definição remete à análise da sociedade pré-capitalista e estamental de tipo comunitário (a sociedade do trato e não a sociedade do contrato), baseada na desigualdade “natural” (grifo do autor) das pessoas.

Em estudos anteriores, Martins (1998) refere-se à idéia de exclusão identificada com desenraizamento o qual, por sua vez, significa a destruição das relações sociais tradicionais. Segundo o autor, a sociedade capitalista, na qual predominam as leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, tem como característica o desenraizamento, a destruição das relações tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. A sociedade capitalista busca incluir seus membros independentemente da cor, altura, tamanho, peso, beleza, etc. e, para isso, tem portas de acesso visando à transformação de todos em produtores e vendedores de mercadorias. Tudo tende a ser reduzido a mercadoria. Além disso, objetiva a transformação de todos em consumidores dos produtos produzidos por essa sociedade. O problema está, pois, em se discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão.

A esse respeito, Robert Castel (1998) diz que as políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo em que o caráter errático de algumas trajetórias de vida não decorre somente de fatores individuais de inadaptação, influenciando nesse processo instâncias de socialização, dificuldades suplementares para se integrarem e características socialmente desqualificadoras que, no caso francês, resalta Castel, são: baixo nível econômico, ausência de capital cultural e social, moradia estigmatizada, modos de vida reprovados e origem étnica. Esse processo de instalação da precariedade caracteriza-se pela degradação da condição salarial, taxa elevada de desemprego, ruptura da solidariedade de classe, falência dos modos de transmissão familiar, escolar e cultural, ausência de perspectivas e de projetos para controlar o futuro, etc..

Castel refere-se aos excluídos como vulneráveis que estavam por um fio e que caíram, sendo do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social. Encontram-se “desfiliados”,¹³ e esta qualificação lhes convém melhor do que a de “excluídos” (grifos do autor): foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade (CASTEL, 1998, p. 569). A presente abordagem considera adequada a interpretação de Castel (1998, p. 572), quando diz que é preciso também saber reconhecer as mutações culturais que tornam a sociedade mais ágil, as instituições menos solidificadas e a organização do trabalho menos rígida, pois a mobilidade não é sempre sinônimo de precariedade. Desafiliado, segundo ele, é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis.

No caso em estudo, parece adequado o entendimento da exclusão no sentido de **desfiliação** pois, como diz Castel:

A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, [...] populações mal-consideradas, etc. (CASTEL, 1998, p. 568-69).

Não há “in” e “out” (grifos do autor), mas um *continuum* de posições que coexistem no mesmo conjunto e se contaminam’ umas com as outras, decorrendo daí que sua mobilidade social não significa necessariamente precariedade (CASTEL, 1998, p. 569).

¹³ A expressão **desaffiliation** é um neologismo da língua francesa. O termo vem sendo traduzido por desfiliação e/ou desafiliação, termos também inexistentes na língua portuguesa (WANDERLEY, 2001, p. 21).

A construção teórica da exclusão traz consigo outra noção igualmente importante: a noção de **desinserção** que, segundo Gaujelac e Leonetti¹⁴ (1994 apud WANDERLEY, 2001, p. 21) pode ser entendida como algo que questiona a própria existência das pessoas como indivíduos sociais, como um processo que é o inverso da integração. Não há uma relação imediata entre desinserção e situações sociais desfavoráveis, nem entre desinserção e pobreza. Para esses autores, importa a dimensão simbólica da exclusão, além dos acontecimentos na esfera do emprego e do vínculo social: “é o sistema de valores de uma sociedade que define os ‘fora de norma’ (grifo dos autores) como não tendo valor ou utilidade social”, o que conduz a tornar a desinserção como fenômeno identitário na articulação de elementos objetivos e subjetivos.

A construção do objeto de estudo se baseou nestes pressupostos teóricos, de modo a perceber a específica identidade sociocultural do migrante proveniente da região agrícola do Alto Uruguai para a região industrializada do Vale dos Sinos, a qual contorna uma histórica trajetória de precariedade, de desfiliação e desinserção social.

A sociedade de mercado foi instalada sobre formação social em que as tutelas tradicionais e as formas orgânicas de solidariedade ainda eram fortes: sociedade predominantemente rural, com vínculos familiares amplos e sólidos e redes eficazes de proteção máxima (CASTEL, 1998). Compreender a forma de como se dá esta convivência e funcionalidade é um dos objetivos deste estudo, especialmente, no âmbito dos aspectos socioculturais. Dentre os fatores que colaboram para o aproveitamento da mão-de-obra migrante pela indústria, destacam-se: subordinação, sujeição a mínimos de sobrevivência, vínculos familiares amplos e rede de solidariedade. Deve-se se ressaltar, contudo, que além de sua disponibilidade para o emprego industrial, o migrante traz consigo específico patrimônio sociocultural, o qual, por se diferenciar do outro, dominante na sociedade na qual busca sua inserção, gera conflitos e disputas por posições no âmbito das representações sociais e simbólicas, no campo social. Conhecer esses conflitos e identificar evidências das transformações sociais geradas a partir da interação do migrante ao novo meio, é outro dos objetivos do estudo pois o migrante não encontra-se plenamente integrado ao novo meio social.

¹⁴ Ver GAUJELAC, V; LEONETTI, I. T. **La lutte des places: insertion et désinsertion**. Paris: Desclée de brouwer, 1994.

1.1 Contexto social, precariedade e migração

Considerando-se a problemática estudada e a complexidade da realidade brasileira, para além do dualismo campo-cidade, ressalte-se a diversidade regional, que apresenta nuances no campo cultural, constituindo distintas identidades as quais, por sua vez, apresentam comportamento específico em relação às condicionantes estruturais do meio social em que estão inseridas. Para além da classificação de classes antagônicas (no sentido clássico marxista), os atores sociais se caracterizam pela diversidade étnica e cultural, essas que, também, influenciam o modo de apropriação dos bens não só de natureza econômica como cultural e simbólica. Os atores sociais são, por vezes, identificados etnicamente, por outras socialmente ou culturalmente e, por outras ainda, economicamente em sua trajetória social, na ação social em curso e na luta pela imposição de sua posição, reivindicando para si traços identificatórios e os tendo sobre si atribuídos.

Aproximando-se da concepção weberiana, onde “a ação social é uma conduta humana sobre a qual os sujeitos da ação associam um sentido subjetivo que se manifesta em ações concretas e que envolvem um motivo sustentado pelo agente como fundamento de sua ação”¹⁵ (WEBER, 1974, p. 5-6), a presente análise entende a migração, como a ação social que possui um **sentido** para o migrante e tem por intenção conhecer este significado e sua relação com a identidade sociocultural do migrante. Na busca de alternativas de sobrevivência, os atores sociais interagem e sofrem condicionamentos próprios da posição em que se situam no mesmo, mas essas posições divergem entre si, pois, estes atores se constituem, se organizam e realizam sua prática influenciados e até condicionados por seu patrimônio sociocultural, que é muito mais rico e amplo do que essa aparente interação possa evidenciar.

Os migrantes, muitos dos quais vinculados ao setor coureiro-calçadista e metalúrgico, obedecendo às exigências do processo produtivo e às oscilações do mercado, possuem traços identificatórios distintos dos demais trabalhadores de origem germânica e sofrem o estigma associado ao seu local de procedência e a sua origem étnica. O próprio migrante atribui a si elementos culturais próprios, que remontam a seu local de procedência e à prática histórica de seus antepassados, os quais são expressos num sentimento de **pertencimento**¹⁶ (WOORTMANN, 1995, p. 71). Esses elementos estão relacionados à esfera da sociabilidade,

¹⁵ Tradução livre.

¹⁶ O conceito de pertencimento refere-se à descendência e à sucessão em um grupo, dentre outros que constituem a sociedade. Para os britânicos este conceito difere da noção de filiação, que se traduz na relação entre pai e filho, num contexto de sucessão (WOORTMANN, 1995, p. 71).

destacando-se práticas de solidariedade e de convivência, respaldadas pela procedência comum.

Tomando como base de interpretação a análise de Manuel Castells¹⁷ (1999), segundo a qual a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, busca-se analisar a constituição social do migrante neste contexto de transformação social.

Castells (1999) entende, por identidade, o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(em) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação, quanto na ação social. Isto porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende das negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação. Castells (1999, p. 22) ressalta que, embora “as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”. Na verdade, algumas autodefinições podem também coincidir com papéis sociais, por exemplo, no momento em que ser pai é a mais importante autodefinição do ponto de vista do ator. Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, e papéis organizam funções.

Na sociedade rural, ainda que esteja perpassada por diferenças de classes, a convivência entre os distintos grupos sociais ocorre de forma complexa, descontínua e negociada e as distinções transparecem nas representações sociais (crenças e valores) dos grupos (VELHO, 1981, p. 117). O migrante em questão é um híbrido cultural com formação

¹⁷ Manuel Castells, em sua obra *O Poder da Identidade* (1999), analisando o processo de mudança social contemporâneo, propõe uma visão totalizante que engloba as modificações tecnológicas, a cultura e a sociedade. Segundo esse autor, as transformações das bases materiais da vida deixam marcas locais não-visíveis (porque virtuais), mas que mudam as formas de ação e as orientações básicas das culturas, colocando-se aí a questão da identidade.

em dois diferentes modos de vida: um próximo à cultura cabocla e, outro, próximo à cultura colonial, ambos vigentes na região do Alto Uruguai Gaúcho. Para além dos efeitos decorrentes do esgotamento da fronteira agrícola e das imposições da modernização do processo produtivo, que atingem tanto o caboclo quanto o colono, nas décadas de 1970 e 1980, dentre os quais destacam-se: a seleção dos produtores, a intensificação da precariedade nas condições de vida, a potencialização da disposição para migrar e o rompimento com a condição social e profissional de origem, as diferenças no campo cultural ocasionam transformações que afetam o meio social de origem e o meio social de inserção. Essas transformações evidenciam-se na concepção de espaço público e nas mobilizações em prol dos interesses coletivos, especialmente no que tange ao comportamento do migrante.

Na busca por conhecer o migrante, buscando caracterizar o nós e o eles, este estudo privilegia a análise das relações e concepções em torno das categorias família (nuclear e ampliada) e trabalho (terra e salário). Essas categorias, por sua vez, sendo entendidas sob duas diferentes racionalidades: a racionalidade cabocla associada à lógica de subsistência e oriunda do modo de vida caboclo e, a racionalidade colonial, associada à lógica de produtividade, oriunda do modo de vida colonial.

1.2 A diversidade social expressando identidades distintas: o caboclo e o colono

O povoamento do Brasil, em especial do Sul do País, caracterizou-se por apresentar marcante diversidade social. Destacam-se, neste estudo, dois, dentre os diversos tipos sociais que fazem parte desse contexto: o caboclo e o colono. Ambos influenciam a identidade sociocultural do migrante em estudo.

A palavra caboclo no sentido étnico é de origem tupi e designa o filho do indígena com o branco europeu (ZARTH, 1998). O tipo social caboclo refere-se aos lavradores nacionais também denominados sertanejos, caipiras e outras denominações regionais.

[...] parte do corpo da comunidade nacional até 1850, tanto vindo do sul quanto dos limites noroeste e norte do Rio Grande do Sul, organizando-se em torno dos rocios, pastos públicos, a economia extrativa do mate, da criação de ovelhas no planalto, da criação e comércio dos muars (MARTINI, 1993, p. 347).

Como ressalta ZARTH (1998, p. 56), a presença de camponeses nacionais foi omitida por importantes autores que trataram do processo de ocupação do Sul do Brasil. Jean Roche

em seu clássico estudo¹⁸ omite, por exemplo, os lavradores nacionais que ocuparam as florestas ao norte da província, afirmando que, somente entre 1828 e 1850, os riograndenses de origem lusa estabeleceram-se no planalto, tendo ocupado apenas os campos de cima da serra, referindo-se à imensa floresta na qual viviam indígenas e caboclos, em que a partir de 1890, seria instalada a colonização agrícola.

Parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná, originaram-se nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX, com o deslocamento de indígenas subjugados, notadamente das Missões Jesuíticas espanholas que, em contato com outras populações, passaram a conviver no mesmo espaço e se miscigenaram biológica e culturalmente (GEHLEN, 1998). Nessas propriedades serviram como **moradores**, responsáveis pelas culturas de subsistência, até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feito pela colônia e a introdução de melhorias tecnológicas na pecuária dispensou o uso dessa força de trabalho. Nas palavras de Gehlen, os caboclos foram expulsos para as áreas de mata (terras devolutas) e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial. O morador, nas florestas do Rio Grande do Sul, era o ervateiro que se dedicava ao extrativismo de erva-mate e à agricultura de auto-consumo nos ervais públicos. Esses homens obtinham permissão da administração pública municipal para fazer suas roças e coletar erva-mate, desde que seguissem as normas impostas pelo código de posturas dos respectivos municípios. Havia diferenças entre o grupo de ervateiros (ZARTH, 1998, p. 61); alguns trabalhavam em parceria e repartiam o produto do trabalho, outros trabalhavam como peões assalariados para algum dono de engenho de moer erva-mate, ou para alguma espécie de empreiteiro, que pagava uma licença junto à administração municipal ou comprava a erva nos estabelecimentos privados, sendo o trabalho sazonal.

A condição de morador é similar à condição de **agregado**, uma das categorias mais conhecidas de trabalhador livre que morava no interior de um estabelecimento privado, no qual fazia sua roça (ZARTH, 1998). Esta categoria social caracterizava-se pela dependência ao proprietário, que lhe concedia o direito de morar em troca de lealdade, de produtos e da prestação de serviços temporários, para o que poderia ser remunerado. Os filhos dos agregados poderiam se transformar em peões.

Além das categorias morador e agregado, a condição de **posseiro** é outra que caracteriza a origem social do caboclo. Essas categorias possuem similaridades no tocante às

¹⁸ Ver a obra *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Versão original francesa, publicada em 1962 e versão brasileira, publicada pela Editora do Globo, Porto Alegre, 1969. JEAN ROCHE (1969).

características de precariedade das condições objetivas de vida desta população, assim como de suas predisposições culturais.

O posseiro (ZARTH, 1998, p. 60), por sua vez, era o indivíduo que vivia em terras públicas ou em processo de privatização, podendo ser ocupante de pequenas ou médias áreas de terra, vítima constante da expulsão, à medida que avançava a fronteira agrícola. Não possuía registro da posse da terra e nem recursos para fazê-lo. As posses, em algumas situações, foram instrumento de legitimação da terra para proprietários abastados ou imigrantes europeus que alegavam ter comprado os direitos de posseiro.

Como ressalta Gehlen (1998), o trabalho na concepção cabocla se orienta pela lógica da subsistência familiar, assemelhando-se ao que a literatura tradicional chama de **camponeses**, pois o tipo social caboclo é o que melhor incorpora sua (re)produção histórica, sendo referência obrigatória no estudo da agricultura familiar. A matriz econômica e cultural do caboclo assenta-se na aldeia indígena e na fazenda latifundiária. Do indígena herdou a idéia da terra-fonte geradora da vida, num sentido cosmológico, cuja possessão é provisória e serve para atender às necessidades imediatas. Do latifúndio, herdou a idéia do patrimônio, porém expandido para a família ampliada (matriz aldeã) e de uso produtivo tradicional. Nas palavras de Gehlen (1998, p. 125), “o mesmo espaço-terra é pleno de significações, pois ao mesmo tempo em que ele é de trabalho, é também de lazer e ócio, de construção das redes de parentesco, de convívio com a natureza, enfim, de transcurso da vida, quase por inteiro”.

Antônio Candido (1977), estudando as manifestações culturais tradicionais no Brasil, refere-se ao termo rústico não como equivalente de rural ou de rude, embora os englobe. No caso brasileiro, **rústico** se traduz praticamente por **caboclo**, a manifestação cultural que resulta do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene, implicando não obstante, o isolamento em constante incorporação e reinterpretação de traços, que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano.

Embora Candido refira-se a caboclo¹⁹ associando-o à dimensão étnica e designando os aspectos culturais que expressam um tipo de vida, o presente trabalho emprega esse termo no

¹⁹ Antônio Candido, em seu clássico estudo *Os Parceiros do Rio Bonito* (1977), estuda a população rural paulista, definindo o termo caboclo como designação do mestiço próximo ou remoto de branco e índio que, em São Paulo, forma a maioria da população tradicional. Para designar os aspectos culturais, vale-se do termo caipira o qual exprime um modo de ser, um tipo de vida, mas nunca um tipo racial estando, contudo, restrito à área de influência histórica paulista. Neste trabalho, consideramos o termo **caboclo** com o sentido proposto por Candido na definição do **Caipira** e, embora a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul tenha se constituído sob a influência da ocupação e povoamento dos bandeirantes paulistas, na área estudada o tipo social deste povoamento decorrente é denominado caboclo (CANDIDO, 1977).

sentido que Candido (1977) confere ao termo caipira. Caboclo refere-se pois, à dimensão cultural tradicional, assim entendida pela rusticidade elementar de um modo de vida formado pela perda de padrões europeus e a adoção de padrões das sociedades primitivas (rusticidade nas condições de vida, economia de subsistência, práticas de auxílio mútuo, hospitalidade associada à desconfiança, tendência ao nomadismo e gosto pela aventura (CANDIDO, 1977). Na tradição cultural do caipira há certas técnicas, hábitos, usos, normas e valores que formam um complexo de padrões que podem ser considerados mínimos vitais. As características da cultura caipira (CANDIDO, 1977), no presente trabalho são associadas ao modo de vida caboclo, destacando-se: 1) o isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer .

À luz do processo histórico em que o tipo social caboclo teve origem, observa-se, como diz Candido (1977, p. 84) que, a posse ou ocupação de fato da terra pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o, freqüentemente, ao *status* de agregado ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social. Ao longo do tempo, produziu-se a percepção de que a preguiça seria um traço fundamental da vida do caipira (aqui associado ao caboclo) e responsável pelo seu baixo nível de vida. De outra parte, ficou a ele associado um certo pendor para a violência. Preguiça e pendor para a violência seriam marcas nítidas de inadaptação ao esforço intenso e contínuo (CANDIDO, 1977, p. 85).

A vida rural de São Paulo e de outras partes do Brasil estava ligada a certa tendência para a mobilidade - seja pela tradição semi-nômade das Bandeiras, seja pela precariedade dos títulos de posse, seja pela cultura itinerante. Esta mobilidade foi e continua sendo fator de instabilidade das relações familiares no sentido amplo, e de preservação da sua integridade no sentido restrito (CANDIDO, 1977). Os vínculos familiares e a **tendência à mobilidade** são elementos importantes no modo de vida caboclo os quais, ao mesmo tempo em que condicionam sua prática social, reafirmam sua identidade.

A designação **colono** está sendo empregada, no presente trabalho, em dois sentidos: no primeiro, referindo-se aos povoadores no projeto de expansão ultramarina, em especial à colonização alemã e italiana no século XIX e, no segundo, referindo-se ao camponês que possui e trabalha numa propriedade de terra padrão, a colônia, instituída nos núcleos coloniais, que, no Rio Grande do Sul, foi fixada num módulo de 25 ha..

A respeito da categoria colono, Seyferth (1987) salienta que esta foi utilizada inicialmente para designar os imigrantes que se dirigiam para as chamadas áreas de

colonização, isto é, destinadas à agricultura, no sul do Brasil. Com o tempo, colono tornou-se sinônimo de camponês, na região indicativa da população rural de origem européia.

O termo camponês e seus correspondentes em língua alemã e italiana (*Bauer* e *Contadino*, respectivamente) só raramente são empregados pela população rural. Colono e sua corruptela germanizada *kolonist* são de uso corrente, tanto no campo como na cidade (SEYFERTH, 1987, p. 104).

Para o colono a migração não é um movimento isolado pois é, geralmente, informada pelo parentesco e relacionado à padrões de herança (WOORTMANN, 1995, p. 113). No processo de colonização, o trabalho constituiu-se em fator de afirmação identitária para os colonos europeus e, a terra assumiu a condição de requisito de reprodução social. Como diz Woortmann (1995, p. 117), tanto o fracionamento da propriedade como sua indivisão conduzem à migração, dado que ao ocorrer isso as parcelas de terra tornam-se insuficientes para a produção e para a reprodução social da unidade de produção familiar.

1.3 A construção social do migrante

Entendendo-se migração como um processo mais complexo do que os fatores de ordem estrutural possam demonstrar, o conhecimento de quem seja o migrante exige que se considere não apenas as práticas, mas também suas representações sociais e que se reconstrua “as condições sociais de produção de categorias sociais de percepção e de representação do mundo natural ou social que podem ser o princípio da realidade mesma desse mundo” (BOURDIEU, 1977, p. 3). Esta questão remete à identidade propriamente dita, mas sugere algumas ponderações a respeito da relação entre identidade sociocultural, precariedade e migração.²⁰

As análises sobre o fenômeno migratório campo-cidade costumam enfatizar fatores de atração e de expulsão da população. Nessa perspectiva, a cidade atrai os migrantes oferecendo melhoria nas suas condições de vida e trabalho. O campo, por sua vez, expulsa a população rural por apresentar um processo de desenvolvimento seletivo que não possibilita sua permanência. A evolução do capitalismo, marcada pela desigualdade social e econômica, ocorre tanto no campo quanto na cidade. Neste contexto, populações deslocam-se geograficamente em busca de novas oportunidades. Algumas causas estruturais, em geral de

²⁰ Considerando que migrar é trocar de país, de estado, de região ou até de domicílio e que, segundo a definição do IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística, migrante é todo aquele que reside fora do município de nascimento, o Brasil possui 60 milhões de migrantes (VALIM, 1996).

fundo econômico, impulsionam a que determinados grupos se ponham em movimento. Como diz Singer (1972), tais fundamentos consideram as migrações como parte integrante de um processo de modernização, o que leva a enfoques que não aclaram o caráter histórico do fenômeno, nem suas condicionantes de classe. Estas abordagens, embora façam referência à complexidade do processo, desconsideram seu caráter histórico e as motivações específicas que geram a decisão por migrar.

Ao se estudar o migrante, é comum classificá-lo como agente social da mudança, categoria típica dos agentes produtivos que pertencem à camada economicamente dependente (MENEZES, 1976). A esse respeito, alguns estudos salientam a existência de conflito no processo migratório. O migrante traz consigo a diversidade regional, modos de vida, padrões culturais e perspectivas de futuro diversas (MUSZYNSKI, 1986; DURHAM, 1984).

O presente estudo enfatiza a análise dos deslocamentos populacionais a qual exige que se pense o espaço como produto social que sofre transformações, que transcendem a mudança física. Esses deslocamentos passam por um processo decisório que se atualiza em diferentes níveis. É uma decisão individual, familiar e social que se refere a uma parcela da população e embora não ocorra sem uma forte pressão estrutural, possui motivações de ordem subjetiva. A migração ultrapassa a relação de complementaridade e funcionalidade do desenvolvimento urbano-industrial.

Considerando-se o processo decisório de migrar como prática social que se constrói em sucessivas decisões, o migrante, o agente deste processo, redefine simbolicamente sua condição social condicionado por um patrimônio sociocultural específico acumulado no curso das experiências anteriores e que orienta as estratégias ulteriores.

Contudo, como salienta Bourdieu (1987b), a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estático, isto é, como posição relativa (superior, média ou inferior) numa dada estrutura e num dado momento o ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social, [...] em conseqüência, pode-se distinguir propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e propriedades ligadas ao futuro da posição.

Os indivíduos deslocam-se no espaço social, ocupando ao longo do tempo diferentes posições. Cada um desses deslocamentos é a resultante de diversas determinações não podendo ser reduzido a uma seqüência de posições sucessivas no mundo da produção (BOURDIEU, 1979, p. 19).

Ao consolidar a migração, esse grupo social altera suas relações sociais e incorpora novas representações, algumas das quais dão novo significado à migração, a vida no campo e na cidade. No tocante à tomada de posições, deve-se considerar que a forma das relações dos

agentes, com as diferentes significações, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia do sistema. Para além de sua vontade e da consciência que possam ter a esse respeito, tal definição a eles se impõe como um fato e passa a comandar sua ideologia e sua prática, a tal ponto que sua eficácia manifesta-se sobretudo, nas condutas inspiradas pelo esforço de transgredi-las (BOURDIEU, 1987b).

A decisão de migrar do campo para a cidade significa uma estratégia de reprodução de indivíduos que possuem trajetória e patrimônio sociocultural comuns, os quais os impulsionam a migrar. O deslocamento dos agentes no espaço social em transformação é resultante de diversas determinações e contorna uma trajetória composta, por sua vez, por diversas trajetórias individuais que trazem consigo diversas posições sucessivas e justapostas. A ação social transcorre num espaço social complexo e ambivalente e pode resultar em novas perspectivas, tanto para os agentes diretamente envolvidos neste processo, quanto para com os outros que com eles interagem. Essas redefinições atingem mesmo o sentido da trajetória do migrante. Até que ponto a migração viabiliza a modificação da trajetória de precariedade do migrante, é uma questão a ser analisada face às novas práticas e representações sociais que buscam se impor no espaço social.

A compreensão do complexo espaço social²¹ em que se situa o problema de pesquisa, encaminha para algumas considerações teóricas sobre a dicotomia rural-urbano e sobre o campesinato.

A sociologia, por algum tempo, dirigiu sua atenção aos estudos de comunidade guiados pelo quadro conceitual *Gemeinschaft/Gesellschaft*,²² no qual, de um lado existem relações caracterizadas pela coesão emocional, profundidade, continuidade e aceitação e, de

²¹ Em relação à complexidade do **espaço social**, são ilustrativas as alterações relativas à classificação das Meso e Microrregiões, pelo IBGE, que constam no novo modelo aprovado pela Resolução – PR n.º 51, de 31 de julho de 1989. A Divisão do Brasil, segundo essa classificação, define como Mesorregião, a área individualizada em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elementos da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitariam a definição da identidade regional, como realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. As Microrregiões, por sua vez, foram definidas como partes das Mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço, e essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer à Mesorregião, à unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca e, estas estruturas de produção, por sua vez, podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares.

²² *Gemeinschaft*, se constituía pois, em laços de obrigações entre membros da mesma comunidade e caracterizava as sociedades pré-industriais que estavam baseadas na tradição, parentesco e relações sociais íntimas. Esse tipo de relações sociais tendia a ser destruído pelo moderno desenvolvimento industrial, marcado, por sua vez, pelas relações sociais do tipo *Gessellschaft* (TÖNNIES apud NEWBY, 1980, p. 1; CASTEL, 1998, p. 56).

outro, as relações impessoais, contratuais e aspectos racionais das associações humanas. Tönnies, autor do quadro conceitual, já ressaltava que essas características estavam presentes, em graus variáveis, em todos os tipos de estruturas e organizações sociais (TÖNNIES apud NEWBY, 1980). No entanto, a metodologia aplicada, nos estudos de comunidade, referia-se a essa dualidade e resistiu à compreensão de que os processos e mudanças sociais são mais complexos, influenciados tanto por fatores causais locais, quanto fatores exógenos.

Compreender o significado da migração e sua relação com a identidade sociocultural do migrante, é uma situação que exige o avanço dessa dicotomia pois, além das motivações específicas e, às vezes, de ordem subjetiva, que levam um conjunto de pessoas a migrar, o deslocamento social ocorre num espaço de lutas complexo e contraditório. Os processos de mudança social, portanto, transcendem à mudança física, pois geram transformações profundas na estrutura social e estabelecem novas relações e representações sociais.

O desenvolvimento de teorias como a da dependência, centro-periferia e do colonialismo interno, buscou derrubar as categorias de **rural** e **urbano** no estudo dos processos sociais comuns a ambas. Procurou também, explicitamente, relacionar a estrutura social com a estrutura espacial do desenvolvimento regional e subdesenvolvimento e enfatizou a importância do Estado em dirigir o desenvolvimento da sociedade rural e fomentar a prosperidade econômica das sociedades capitalistas avançadas.

Estudos recentes tendem a aceitar que os processos de mudanças sociais rurais são mais complexos. As mudanças não podem ser enfocadas como um fator exógeno que choca-se com uma comunidade rural amplamente estática. Muitos fatores responsáveis pelas mudanças sociais na sociedade rural ocorrem a partir do seu interior, por exemplo, na racionalização da agricultura, existindo o reconhecimento da necessidade de conjugar uma análise tanto dos fatores causais locais, quanto exógenos (NEWBY, 1980; FRANKLIN, 1979; SINGER, 1972).

Pensar em sociedade rural implica em não considerá-la como um sistema social fechado, pois existem processos sociais comuns ao que se categorizou como rural e urbano, relacionando-se a estrutura social e a estrutura espacial do desenvolvimento regional e subdesenvolvimento. Existe, por outro lado, relação de dominação de setores sociais sobre outros, os quais representam específicos interesses de classes e culturas heterogêneas (NEWBY, 1986).

Castel (1998), desenvolvendo estudo na França, constatou que até finais do século XIX, predominou o perfil camponês, numa sociedade agrária caracterizada por relações pessoais, pela dependência em relação às políticas estatais e por definições consuetudinárias

(baseadas nos costumes) em contraste com a sociedade urbano-industrial que privilegia o individualismo como liberdade de ação e vontade, a competitividade e a organização burocrática. Esse contexto é similar no Brasil onde, até meados dos anos 50, predominava o “mundo rural” e as relações sociais estavam fortemente influenciadas por características de pessoalidade e costume. A população rural da região de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, em parte, aproxima-se das características do campesinato europeu mas, em parte, aproxima-se do tipo social caboclo.

Tendo por base o estudo de Castel (1998), pode-se caracterizar a **sociedade tradicional** e a **sociedade moderna** através do seguinte quadro:

QUADRO 02 - Sobre a caracterização da sociedade tradicional e da sociedade moderna

Sociedade Tradicional	Sociedade Moderna
traços patrimonialistas/relações tradicionais	relações contratuais
práticas comunitárias	práticas individualistas
noção de “tempo cíclico”	noção de “tempo do relógio”
flexibilidade na execução das tarefas, liberdade de ação.	disciplina, controle
subjetividade	racionalidade
subordinação à autoridade vínculos familiares amplos	regulações sociais, impessoalidade: proteções sociais, propriedade social, direitos sociais.
valorização de costumes e hábitos tradicionais	incorporação de estilo de vida diversificado, de novos hábitos de consumo.

Fonte: Revisão de literatura.

Para efeito de análise é válido tipificar as relações sociais de tipo tradicional e de tipo moderno. A realidade social, no entanto, em sua complexidade, evidencia a inexistência de tipos puros de relações sociais e permite perceber a mescla de elementos de ambas as influências que, no caso do migrante em estudo, perpassa suas práticas e representações sociais.

A análise aqui proposta relativiza as abordagens dualistas e reitera o entendimento do social como um *continuum*, complexo e estratificado no qual, as classes se constituem historicamente e estabelecem relações sociais específicas (THOMPSON, 1987), pressupondo que, uma pessoa pertence a uma família, a um grupo de parentesco amplo, a uma unidade

local e estes podem ser somente alguns dos muitos componentes de uma ampla unidade social da qual é representante (FIRTH, 1976).

Para o estudo do processo decisório de migrar que transcorre nesse *continuum*, privilegiou-se dois eixos de análise: a família e o trabalho por sua abrangência na constituição identitária do migrante. Entre os fatores motivacionais que fundamentam a ação social, encontra-se uma matriz específica de valores, na qual a estrutura familiar é o eixo dominante. No campo (na sociedade rural), em especial na atividade agrícola familiar, significa unidade de produção e consumo. Nas cidades, onde a vida econômica gira em torno do setor industrial e comercial, a família é considerada o núcleo responsável pela reprodução biológica e, também, unidade de consumo, mas convive com outros núcleos de relações sociais: a escola, o trabalho, a religião, etc. Ampliam-se as práticas possíveis tanto no processo de trabalho quanto na própria percepção do mundo; logo, existem especificidades no que se convencionou denominar por rural e urbano.

Alvim (1987) afirma que a família possui peso e funções específicas nas diferentes formas de organizações produtivas, por isso a análise das relações familiares pode revelar aspectos importantes das representações sociais dos atores. No estudo da decisão de migrar de um ator social historicamente constituído, o conhecimento da lógica das relações familiares é fundamental para a compreensão da forma pela qual se dá a saída do campo e como ocorre a organização da vida na cidade. A migração resulta uma nova maneira da família se estruturar internamente, como também em sua ligação com o trabalho.

Nesta direção, Durham (1980) enfatiza que a análise da família revela aspectos importantes das representações sociais do grupo; ou seja, a maneira pela qual percebem sua inserção na vida social e orientam sua prática coletiva e, nesse sentido, sua análise contribui para a compreensão das suas práticas sociais.

Destacando que, dentre as razões que geram e justificam a migração, está a de natureza familiar, Pedraza (1991) reitera que o entendimento do processo decisório de migrar supõe um desafio teórico que refere-se à capacidade de capturar ambos os níveis de análise, micro e macro; ou seja, tanto os indivíduos como agentes e estrutura social. É preciso, diz a autora, considerar as largas estruturas sociais sobre as quais o empenho individual e as decisões são tomadas. Nesse sentido, a migração que, inicialmente, estava propensa por fatores externos, dinâmica estrutural, é acrescida da dinâmica interna e sua lógica própria de modo que se auto-abastece e estimula, assim como, as famílias tomam a migração como parte de sua estratégia de sobrevivência e usam isso durante estágios de seu ciclo de vida, quando os vínculos de dependência são fortes, as motivações individuais, as estratégias familiares e as

estruturas da comunidade são alteradas através da migração, fazendo com que outras migrações sejam plausíveis e prováveis. Dando continuidade a esse argumento, Pedraza (1991) remete a Grasmuck & Pessar que, em estudo sobre a migração da população da República Dominicana para os Estados Unidos, enfatizam a família como a unidade social que constrói decisões ou o modo como a migração virá a ocorrer, quem irá migrar, que recursos serão alocados, quais valores ou membros da família podem ser esperados retornar e se a migração é temporária ou permanente. Segundo as referidas autoras, todas essas decisões são guiadas por chaves prescritas normativamente e regras de gênero, assim como, pela hierarquia de poder na *household*.

Concorda-se com Durham (1980; 1984), quando diz que o migrante, o agente do fenômeno migratório, realiza de modo concentrado, modificações em seus padrões de comportamento e, nas relações sociais, vive a incorporação ou a interiorização da estrutura objetiva de forma conflituosa, pois a posição que o indivíduo ocupa na sociedade não se restringe à situação na estrutura de classe, mas refere-se a uma apreciação adequada dentro da ótica e dos limites da situação vigente, das condições de vida dos trabalhadores.

Garcia (1988) lembra que a transição do agricultor que migra a operário pode tomar vários caminhos diferentes, os quais variam em função do estado e das formas das lutas entre os diferentes grupos sociais em presença, e também, da posição de cada agente diante das lutas. A posição do agente varia segundo os recursos que cada um dispõe. Portanto, a compreensão da passagem à condição de trabalhador urbano supõe o conhecimento prévio das origens sociais destes trabalhadores, de sua situação anterior e das relações de dominação em que se inseriam. Em estudo realizado com migrantes, reitera que “a relação entre migrações e o desenvolvimento industrial é insuficiente para explicar os fluxos migratórios”. Embora o percurso da migração possa variar e apresentar especificidades é válida a ponderação de Cardoso (1978), quando atenta que o migrante já iniciou, no seu local de origem, o divórcio com a situação tradicional de normas e valores e a internalização de novas pautas de comportamento, mais adequadas ao seu ambiente destino.

Feitas essas considerações reitera-se que a presente pesquisa encaminha-se na direção das abordagens dos autores que estudam o fenômeno migratório enfatizando o significado da migração para os migrantes, os agentes que realizam e sofrem esse processo. Isso pressupõe que o conhecimento deste significado e do conjunto de ações realizadas, devem ser compreendidos à luz das condições que contornam a trajetória e a identidade sociocultural do migrante. Com isso, objetiva-se compreender em que medida a migração pode viabilizar a transformação ou a continuidade de sua trajetória de precariedade.

2 O ESPAÇO SOCIAL EM MUDANÇA

A origem rural do migrante estudado remete ao entendimento do contexto da agropecuária brasileira, o qual caracteriza-se pela diversificação, abrangendo múltiplas formas, desde a produção que tem por base a unidade familiar, até a grande empresa que se assenta no trabalho assalariado.

Essa complexidade atinge diferentemente os grupos sociais engajados nas atividades produtivas agrícolas, mas a experiência migratória é vivenciada por parcela significativa da população rural. O Estado do Rio Grande do Sul, em especial, possui essa característica pois, quando de sua formação, seu povoamento objetivou, além da expansão territorial e da garantia de seu território, a produção de alimentos e o transporte de animais, à atividade agrícola e mineira, com base no trabalho escravo. Posteriormente, visou também solucionar o problema da elevação dos índices populacionais. No caso específico em estudo, a região do Alto Uruguai Gaúcho, abundante em erva-mate, na qual predominava o extrativismo desse produto, constituiu-se zona de colonização recente (final do século XIX e início do século XX), num desdobramento das **Colônias Antigas**²³ estruturadas em pequenas propriedades de exploração familiar, com base no cultivo de tubérculos, leguminosas e cereais, tais como batata, aipim, feijão, arroz e milho e criação de suínos. A partir da década de 1960 a estrutura agrária gaúcha foi modificada, passando a ser beneficiadas as grandes lavouras de trigo, soja e arroz (as chamadas culturas dinâmicas), que exigiram transformações na produção agrícola baseada em pequenas propriedades. A conjuntura das décadas recentes, de 1970 e de 1980, alterou os rumos da economia em especial, seus efeitos junto à Produção Agrícola Familiar que sofreu as imposições de modernização ditadas pela chamada Revolução Verde. Conseqüência dessas transformações, foi a elevação na escala de produção e a majoração do preço da terra, que ocasionaram o aumento do grau de concentração da propriedade e a elevação de evasão no campo. A produção agrícola ganhou relevância como produtora de matérias-primas e alimentos destinados à exportação e às agro-indústrias. Em especial, tornou-se mercado para o parque industrial como consumidora de máquinas e insumos (MARTINI; GARCIA, 1987). A expansão capitalista ao exigir uma crescente divisão social do trabalho, transferiu uma considerável gama de atividades do campo para a cidade. Em

²³ Por **colonização antiga** entende-se àquela empreendida pela política imigratória em voga no século XIX, a qual objetivava criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para exportação. E, um mercado consumidor interno, ao mesmo tempo que, povoar estrategicamente as regiões periféricas do território com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo. No Rio Grande do Sul, a colonização gerou

contrapartida, especializou as atividades rurais provocando o abandono das práticas de subsistência pelos agricultores familiares. Termos de troca desfavoráveis ao campo, benefícios fiscais à indústria e taxas de câmbio sobrevalorizadas foram alguns dos instrumentos da política agrícola que dificultaram a permanência do produtor familiar na atividade agrícola, daí decorrendo que, uma parcela da população tenha decidido migrar para as cidades, atraída pela expansão das atividades industriais e de serviços.

A população que decidiu migrar para as cidades industrializadas, rompendo com a condição de agricultor vivenciou histórica trajetória de precária inclusão social, marcada pelas condições desfavoráveis de vida em seu local de origem, pela tendência ao nomadismo e por constituir uma rede de relações familiares e sociais, estruturadas em elementos das culturas cabocla e colonial.

2.1 Espaço social complexo

A migração campo-cidade indica a existência de um elo no mercado de trabalho ou no mercado ocupacional que se sobrepõe à distinção qualitativa do meio rural e urbano e que, portanto, como forma de mobilidade, supera a polarização campo-cidade (MARTINS, 1981). A peculiaridade da relação estabelecida leva à migração de uma a outra e à concentração de mão-de-obra de baixa qualificação na cidade, constituindo-se num exército de reserva para o mercado de empregos dos pólos industriais.

A decisão migratória, embora condicionada por um complexo estrutural em que interagem mecanismos de atração (salários regulares, maior disponibilidade de serviços públicos, maiores oportunidades de lazer) e mecanismos de expulsão (sistema de propriedade da terra, as inovações tecnológicas, as elevadas taxas de natalidade), é impulsionada por disposições específicas, de natureza sócio-identitária, tendo razões e conseqüências no nível dos valores, das representações e das disposições para a prática social. O problema de pesquisa aqui proposto encaminha-se para a análise dos aspectos sócio-identitários que perpassam o processo decisório de migrar e que condicionam a trajetória de precariedade do migrante.

centros urbanos voltados para a diversificação econômica através do artesanato, da plantação de gêneros alimentícios e do pequeno comércio. A este respeito ver KLIEMANN (1986).

2.2 O *locus* de origem do migrante

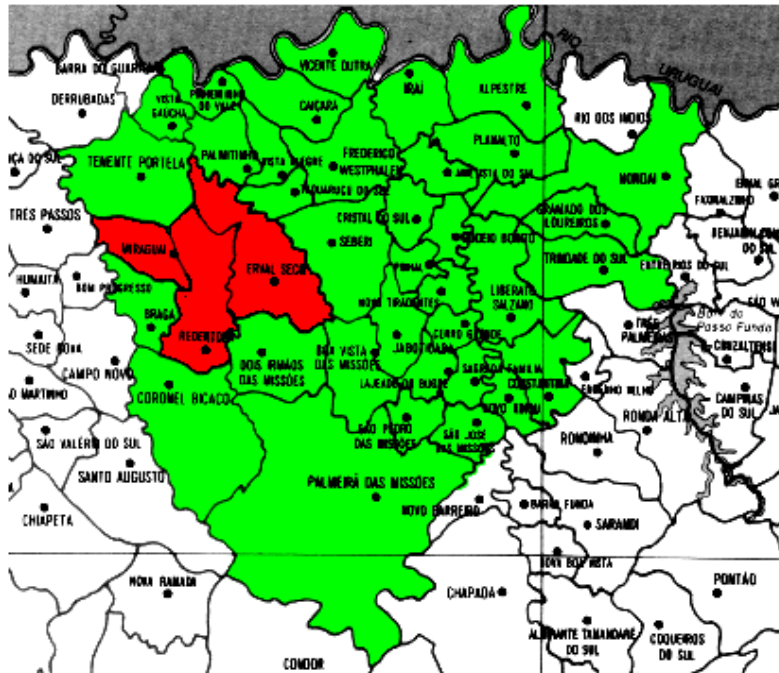
O Estado do Rio Grande do Sul limita-se com dois países, a Argentina e o Uruguai, com o Oceano Atlântico e com o Estado de Santa Catarina, apresentando no início do século XX, duas regiões distintas: a zona de campo e a zona de mata. A primeira zona é marcada pela presença de latifúndios caracterizados por grandes extensões de terra, voltados para a pecuária e a produção de produtos primários destinados à exportação. A segunda, abrangendo boa parte do norte, noroeste e nordeste do Estado, é caracterizada pela presença de minifúndios, com base na produção de subsistência e, também para a exportação em escala reduzida.

A região em estudo, o Alto Uruguai, constitui-se numa das zonas fisiográficas do Estado do Rio Grande do Sul.²⁴ Uma das características marcantes da geografia física do Alto Uruguai é seu relevo, constituído em toda sua extensão de várzeas, encostas e coxilhas. Seu relevo faz parte da grande área do Planalto Basáltico, apresentando, em décadas passadas, uma paisagem belíssima em cuja flora destacavam-se: angicos, cedros, grápias, cabriúvas, canjeranas, ipês, alecrim, canafístolas, carobas, camboatás, guajuviras, entre outras. Além dessas possuía árvores frutíferas em que eram abundantes: cerejas, pitangas, guabijus, araticuns, ingás, goiabas e jabuticabas, apresentando também uma rica fauna. Mas, em décadas recentes as características físicas e os recursos naturais, encontram-se modificados, em especial com a destruição da fauna e da flora da região, isso especialmente devido às transformações decorrentes da monocultura, implantada nas décadas de 1970 e 1980 (ENDERLE, 1996). As riquezas naturais, em passado recente, apresentava abundante e variada flora e fauna, sendo ainda, irrigada por rios caudalosos entre os quais destaca-se o rio Turvo, que margeia o município de Miraguaí, desaguando no rio Uruguai.

Em relação à região de procedência do migrante, o Alto Uruguai, é um prolongamento da serra gaúcha, compondo a Mesorregião Geográfica Noroeste e Rio-grandense e, em especial a Microrregião de Frederico Westphalen (conforme o mapas n.º 1 e 2).

²⁴ O RS está dividido em 11 zonas fisiográficas, conforme suas semelhanças físicas topográficas e climáticas (ENDERLE, 1996, p. 33).

MAPA 1 - Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul



- Municípios nos quais foi realizada a pesquisa de campo no *locus* de origem.
- Região de origem do migrante.

Fonte: Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.



MAPA 2 - Estado do Rio Grande do Sul localizando a região estudada conforme ampliação acima.

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, 2001. Evolução Municipal.

2.2.1 O Alto Uruguai Gaúcho: de terras devolutas à terras colonizadas

A ocupação do Alto Uruguai começou, após 1828, quando militares provenientes de São Paulo lá se estabeleceram, exercendo atividades relativas à criação e ao comércio de gado muar, além da exploração da erva mate. Conforme relata Martini:

[...] por volta de 1832 uma grande multidão de homens pobres, procedente da fronteira sul e de outros pontos, atraídos pela abundância e superioridade da erva-mate, para aí concorreu, procurando arranjar-se dentro dos matos baldios, ou comprando frações de campo para criações em pequena escala, ou ainda arranjando-se como agregados dos grandes proprietários rurais (MARTINI, 1993, p. 249).

Durante a Revolução Farroupilha, entre os anos de 1835 a 1845, registrou-se decréscimo da população de campos e ervais. No período posterior, novos aventureiros vindos de São Paulo e da fronteira sul do Estado chegaram em busca de terra barata para fazendas e invernadas (MARTINI, 1993). Outra vertente de ocupação referia-se aos negros libertos e seus mestiços quando de sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870). Alguns formaram pecúlio suficiente para adquirir alforria e instalar-se como posseiro, ou simplesmente adentrarem-se nas matas como fugitivos. Martini (1993, p. 275), ao estudar a população cabocla no noroeste do Estado, ressalta que o tipo social caboclo, negro e mestiço de negro com missioneiro lusitanizado, em seu espalhamento na direção da Serra, provavelmente localizava-se nos confins das fazendas à beira dos matos.

As regiões do Médio e Alto Uruguai caracterizavam-se por serem zonas de colonização recente, cujo povoamento ganhou impulso no final da segunda década do século XX. Até então, eram habitadas por indígenas e por alguns proprietários de terra, seus agregados e, alguns posseiros.²⁵ Estes proprietários de terra, muitas vezes, recebiam a posse da terra por serviços militares prestados e, freqüentemente, permitiam a instalação de famílias pobres, de origem portuguesa, na condição de agregados. Essa população ocupava-se de atividades afins à pecuária tais como aramagem, esquila e tropa, e serviam de suporte político às lideranças locais. Até 1913, esta região foi Colônia Militar e tinha povoamento esparso, constituindo-se em abrigo a fugitivos que, por diversas razões, vinham de outras localidades e

²⁵ O reconhecimento do direito dos posseiros sobre as terras públicas que ocupavam, até o limite de 100 ha. ocorreu na política agrária do Governo Castelo Branco (1964-1966), através da Emenda Constitucional n.º 10, de 10 de novembro de 1964. Neste mesmo ato, ficaram definidas as condições legais para **desapropriação**, assim como, a manutenção do direito de **usucapião** (assegurado pela Carta Constitucional de 1946), para o caso de ocupação de terras rurais de domínio patrimonial do Estado, de tamanho não superior a área de 25 ha., por dez anos consecutivos. Nos quadros, desta política, em 30 de novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra, a Lei Agrária n.º 4505, o principal corpo jurídico de regulamentação dos direitos e das obrigações relativos aos bens imóveis rurais (ENDERLE, 2000, p. 86; p. 93-94).

tornavam-se posseiros. Os habitantes das áreas de mato tinham como fonte de sobrevivência a agricultura de subsistência e a exploração da erva-mate, abundante na região e alguns tinham sua atividade vinculada à produção de aguardente (ENDERLE, 1996). Além disso, nas áreas de campo era desenvolvida a pecuária extensiva.

O povoamento do Alto Uruguai ocorreu por meio de loteamentos incentivados ora pelo Governo do Estado, ora por particulares e ainda, por sucessivas posses ilegais. O depoimento do Presidente do Estado, Getúlio Vargas identifica o processo colonizatório nesta região.

O sistema de distribuição das terras devolutas do Estado seguido até aqui, consiste na entrega aos colonos, sob determinadas condições, de glebas com área de 40 e 25 ha. Os concessionários, satisfeitos as condições adquirem a propriedade plena dos lotes recebidos. Assim se procede desde 1824, época em que teve início a chamada colonização velha com o estabelecimento da primeira leva de imigrantes alemães. Limitada a princípio às zonas da capital, a distribuição de terras desdobrou-se progressivamente ao longo dos cursos d'água navegáveis, atingindo mais tarde, a região norte do Estado, em que a colonização se estende até hoje, de Marcelino Ramos a Porto Lucena pela fertilíssima margem do rio Uruguai. A linha de penetração imigratória, pode-se dizer estacou nesse extremo do território, onde se processa, atualmente, com o entrelaçamento de representantes de várias raças, num núcleo forte e rico de civilização colonial, capaz de transformar-se em breve, em centro produtor de grandes possibilidades.²⁶

A ocupação da região apresentou-se como um desdobramento da “Colônia Velha” em um projeto de desenvolvimento do governo da época. Dessa expansão decorreram duas conseqüências: a diversidade étnica e as mudanças no meio ambiente. No que se refere à etnia, tem-se a miscigenação entre os descendentes de alemães, italianos, poloneses e luso-brasileiros, não sendo significativa a miscigenação com a nação indígena. Até meados do século XX, a economia da região baseava-se na extração de madeira de lei e na exploração de erva mate, além da pecuária e da agricultura de subsistência.

O espaço social sofreu modificações quando, entre os anos de 1925 e 1940, intensificou-se o processo de ocupação da terra, pertencente ao Estado ou a particulares que empreenderam a colonização através da concessão de lotes destinados à produção agrícola. Durante este período, os colonos²⁷ solicitavam junto à Inspetoria de Terras, a concessão definitiva do lote rural.

²⁶ RIO GRANDE DO SUL. MENSAGEM enviada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Presidente Getúlio Vargas na Segunda Sessão Ordinária da Décima Primeira Legislatura. 20.09.1930 (Rio Grande do Sul, 122. In: Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, AHRS, 1930, p. 122.

²⁷ A definição **colonos** é aqui entendida com relação aos povoadores que, organizados na força de trabalho da família, cultivavam produtos de subsistência.

Instituída a colonização, o Estado legalizou as posses e realizou a ocupação efetiva de toda a região, sendo as terras delimitadas em lotes de 25 ha., a chamada **colônia** e distribuídas a colonos de origem alemã e italiana entre outros, descendentes dos imigrantes chegados no século XIX. Nas colônias foi estabelecido o sistema de propriedade familiar policultora (destacando-se produtos tais como o trigo, milho, fumo, feijão, arroz, mandioca, horticultura e criação de suíno) e, auto-suficiente. Durante as décadas de 1950 e de 1960 (RIBEIRO, 1987), a região do Alto Uruguai ocupou o 2º lugar na produção de alimentos, no Estado.

O Alto Uruguai Gaúcho sentira os efeitos do processo de transformação e modernização das relações de produção, implementado, em âmbito nacional, desde a década de 1970. Instrumentos tais como, crédito agrícola subsidiado, políticas de preços mínimos, seguro total, políticas de subsídios (às atividades rurais e fiscais), programas especiais e políticas de extensão rural e assistência técnica, foram utilizados objetivando a auto-suficiência alimentar e a produção de excedente agrícola negociável no mercado externo, o qual viabilizasse a industrialização do país.²⁸

Essas transformações, no entanto, proporcionaram uma elevação na escala de produção e majoração do preço da terra, que redundaram no aumento do grau de concentração da propriedade e, conseqüentemente, na redução a seu acesso, ocasionando com isso, elevado índice de evasão do campo (MARTINI; GARCIA, 1987).

No final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, a adoção da política de modernização agrícola, priorizou a produção de trigo e soja através da abertura de crédito subsidiado para o maquinário e custeio à produção, com a intermediação das cooperativas de produção e consumo, exigindo, dos agricultores organizados sobre a unidade familiar, uma tecnificação mínima, alterando a base técnica de produção. Esse processo ocasionou uma seletividade entre os produtores de modo que, no final da década de 1960, ocorreu um processo de intensificação da luta pela terra, criando-se um clima de tensão social na região, decorrente de fatores, tais como: o fracionamento das terras por herança, a exaustão do solo, a mudança na base técnica da produção como fator de desestabilização da agricultura familiar, o direcionamento para a monocultura do soja e trigo que exigia uma área maior de cultivo. A categoria de produtores familiares sofreu diversificação, num processo em que, alguns conseguiram comprar ou arrendar mais terras, especializando-se na produção de trigo e soja, outros venderam as terras e, outros, permaneceram na produção de subsistência. Por causa

²⁸ Martini e Garcia enfatizam a implantação da modernização agrícola no Brasil sob à influência de um processo externo chamado **a revolução verde**. Este que encontrou internamente, condições propícias para sua consolidação, em especial, o projeto político-econômico de industrialização do país. In: MARTINI, G.; GARCIA, R. Os impactos sociais da modernização agrícola. Caetés. São Paulo, 1987.

disso, nas periferias das sedes dos municípios, surgiram favelas constituídas por trabalhadores Sem-Terra (RIBEIRO, 1987).

O Estado exerceu um papel fundamental na mudança do modelo de produção vigente na agricultura gaúcha até a década de 1960. Os mecanismos institucionais e instrumentos de política agrícola utilizados na modernização da agricultura são amplamente conhecidos. De um modo geral, esses instrumentos materializam a proposta básica do modelo econômico desenvolvimentista para o setor agropecuário brasileiro como um todo. Dentre os principais aspectos relativos à rápida expansão da sojicultura nos estados do Brasil meridional a partir de 1960, destacam-se: a entrada das grandes empresas multinacionais fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, a disseminação de uso de insumos industriais como os agrotóxicos (herbicidas, pesticidas, fungicidas, etc.) e adubos químicos, a demanda internacional pelo produto e as condições favoráveis à exportação e, a criação do Sistema Nacional de Crédito Agrícola (ENDERLE, 1996, p. 85).

O governo do Rio Grande do Sul, ao dividir as terras da região do Alto Uruguai em colônias de 25 ha., critério de área talvez baseado na pequena propriedade européia regida pelo minorato,²⁹ previu apenas a reprodução do grupo familiar no espaço de uma geração, pois a exiguidade dos lotes não resistiu ao fracionamento por herança, assim como foi incapaz de escapar à concentração fundiária, à modernização e à conseqüente migração do colonato para outras regiões e Estados do País (RIBEIRO, 1987, p. 24). Outra conseqüência do projeto de colonização foi a alteração do meio-ambiente, pois não houve preocupação com a preservação da flora e da fauna. O que a natureza levou milhares de anos para construir foi modificado pelos ocupantes da terra, em menos de um século. Nas palavras de Armando Enderle (1996):

A natureza foi completamente depredada. Enquanto o facão e a foice abriam picadas e preparavam o terreno, o machado e o serrote, submetidos à força e à coragem dos valentes pioneiros, punham abaixo milenares angicos, grápias, cedros, entre tantas preciosidades. A natureza declinou ante a força dos colonizadores (ENDERLE, 1996, p. 34-35).

Na década de 1980, a região do Alto Uruguai apresentava-se bastante desenvolvida e tecnificada e tinha na exploração agrícola, especialmente na cultura do soja, sua principal riqueza. A agricultura assentada na Produção Agrícola Familiar e suas formas de inserção no mercado, destacava-se por sua dependência em relação aos preços administrados politicamente, pela exigência de unidade produtiva de tamanho mínimo e ótimo (50-100 ha.)

e, pelo aumento de concentração fundiária, por meio da reaglutinação de propriedades, que foram formadas com base em outros padrões de produção, além da elevação do preço da terra (CORADIN; RIEDL, 1987).

A integração do produtor agrícola ao circuito de capitais agro-industriais, supunha uma luta contínua para manter-se no patamar tecnológico mínimo, o qual está constantemente redefinido e ampliado (SORJ; GODDMAN; WILKINSON, 1985). Decorre daí que as unidades familiares incapazes de acompanhar estas transformações tecnológicas, foram progressivamente marginalizadas do processo, passando a constituir-se num excedente relativo de população agrária.

A modernização no campo ocasionou impactos simultâneos: a revolução mecânica, a química e a explosão demográfica. O setor agrícola teve relevância como produtor de matérias-primas e alimentos destinados à exportação e/ou à agro-indústria e também como mercado consumidor de máquinas e insumos agrícolas, atuando como fator de equilíbrio na balança de pagamentos e apresentando-se valorizado no mercado imobiliário, em razão do alto preço da terra. Contudo, estando sob o domínio do capital, voltado aos interesses do mercado e apresentando um crescimento desigual, vivenciou uma situação de crise social. Os anos 80, do século XX, caracterizaram-se pela eclosão das tensões no campo, em que afloraram movimentos de denúncia à perda do poder aquisitivo, ao desequilíbrio ecológico e à concentração populacional urbana, desordenada.

Em função da seletividade no processo de produção agrícola, parte considerável da população, estabelecida sob a produção familiar, veio a migrar para as cidades passando a exercer atividades urbano-industriais. Na década de 1980, ocorreu um intenso fluxo migratório para a região metropolitana de Porto Alegre, em especial para o pólo industrial calçadista. É ilustrativo o quadro abaixo, que mostra a evolução populacional em alguns dos municípios de origem do migrante, ao longo da década de 1990:

²⁹ A respeito do **minorato**, prática européia com referência à herança na pequena propriedade familiar onde apenas o filho mais moço herda a terra, ver a obra *Colonos do Vinho* de José Vicente Tavares dos Santos, São Paulo, Hucitec, 1978, p. 182.

QUADRO 03 – Evolução populacional dos municípios de origem do migrante, 1991-2000

Municípios de origem do grupo migrante:	1991	1996	2000
Erval Seco	13.000	9.751	9.221
Frederico Wetphalen	24.890	27.300	29.286
Miraguaí	6.000	5.504	5.159
Palmitinho	11.652	7.204	7.350

Fonte: IBGE: Censos demográficos 1991 e 2000, contagem da população – 1996.

Implantado o processo colonizatório nos moldes da exploração agrícola familiar, o crescimento demográfico e a escassez de terras, somados ao empobrecimento do solo, fruto de constantes e inadequadas explorações, acentuaram as migrações; seja para as frentes colonizatórias do norte do País, seja através da proletarização para as cidades, a exemplo do pólo industrial calçadista e metalúrgico do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra.

2.2.2 A diversidade social agrária

A região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde foi empreendido o projeto de colonização, tendo se constituindo em “Eldorado” para familiares de agricultores nas regiões de colonização antiga, apresenta homogeneidade no tocante às características gerais de seus municípios. Dadas as peculiaridades de seu processo de ocupação emergiram e coexistiram, ao longo do tempo, o **modo de vida caboclo** e o **modo de vida colono**. Sobre as transformações na estrutura produtiva, as quais produziram uma efervescência em relação às disputas pela terra, acresceram as especificidades e os conflitos próprios da diversidade étnica e cultural. Foram generalizadas as conseqüências do processo de transformação da região nas décadas de 1970 e 1980, incluindo a evasão populacional de agricultores para as cidades. O contexto social acima descrito é comum a toda a região do Alto Uruguai Gaúcho.

A região estudada compreende área denominada por lavoura empresarial e por agropecuária colonial. Medeiros (1988) define por lavoura empresarial as áreas onde há uma combinação harmônica entre os três fatores de produção (capital, terra e trabalho), com um predomínio do fator capital sobre os demais. Também nessa região o trabalho assalariado é predominante. A produção (arroz, trigo e soja, em particular) destina-se muito mais para o mercado externo que o interno; o tamanho das propriedades varia entre médio e grande e, é

comum a parceria e o arrendamento. A taxa de crescimento é elevada em relação ao domínio da pecuária tradicional.

A agropecuária colonial relaciona-se às áreas de domínio do minifúndio nas quais o fator força de trabalho predomina sobre os fatores capital e terra. O trabalho é desenvolvido em moldes familiares, em propriedades com um tamanho médio de 14 hectares. A produção agrícola é diversificada ao lado da pecuária de pequeno porte (leiteira), destinando-se para o autoconsumo, especialmente, para os mercados interno e externo (mais raramente este último).

A presente pesquisa centrou atenção em dois municípios, locais de procedência do migrante: Miraguaí e Erval Seco, selecionados em virtude da importância que tiveram na luta pela terra e por ilustrarem o contexto estudado. Os referidos municípios compõem a chamada Grande Palmeira das Missões, região que pertencera ao município de Cruz Alta e da qual, posteriormente, desmembraram-se os municípios de Três Passos, Tenente Portela, Iraí e Frederico Westphalen. A região apresentava grandes ervais e gado em abundância. Parte de suas terras eram do Estado (terras públicas) e, sob o regime de concessão, foram entregues à exploração privada (colonização particular, empreendida por Hermann Meyer, Panambi/RS). Destaque-se que o município de Tenente Portela, (que faz limite com os municípios de Vista Gaúcha e Derrubada, ao Norte; Três Passos, a Oeste; Miraguaí e Redentora, ao Sul e, Erval Seco e Palmitinho, a Leste), colonizado entre 1940 e 1945, sendo até então povoado por pequenas comunidades de posseiros e índios remanescentes da Reserva de Guarita, é a região de origem da maioria dos colonos pioneiros de Canarana e da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., projetos das frentes de colonização no norte do País.

O Alto Uruguai Gaúcho, região que outrora representou a “Terra Prometida” para os colonos migrantes, ao esgotar suas possibilidades de expansão territorial, transformou-se num foco de reivindicações e insatisfações. Dessa região afluíram, na década de 1980, movimentos sociais, destacando-se o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cujas principais lideranças são de lá provenientes.³⁰ O município de Miraguaí representa bem essa situação pois, possui uma organização sindical combativa, que apoia o MST e que, também, se vê representada no Parlamento, pelo Deputado Adão Preto, do Partido dos Trabalhadores e líder ativo do Movimento. Miraguaí, que significa povo alegre, foi o nome sugerido à Vila Gramado da Serra em homenagem a um cacique Kaingáng, morador da localidade. Miraguaí pertenceu aos municípios de Palmeira das Missões, Três Passos, Tenente Portela e parte de

³⁰ O Deputado Federal, Adão Preto, da bancada do Partido dos Trabalhadores, é natural de Miraguaí.

Campo Novo e Redentora, tendo se emancipado em 1965, num movimento que compreendia a emancipação do município de Braga, seu vizinho. Limita-se ao Norte com o município de Tenente Portela; a Oeste, com o município de Três Passos; ao Sul, com os municípios de Bom Progresso e Braga e, a oeste, com o município de Redentora.

Na década de 1980, o município contava com uma população de 6.804 hab.,³¹ apresentando variação étnica, desde o indígena e o mestiço, até imigrantes de origem polonesa, alemã e italiana, tendo como religião predominante o catolicismo (70% de sua população se denomina católica e, possui 13 capelas) e, também, a presença da comunidade protestante, na qual destaca-se a Congregação de Deus, Adventista, Batista, Assembléia de Deus e Luterana.³²

O município, dividido em três distritos (o distrito da Sede, abrangendo o bairro Irapuá, com população de aproximadamente 1.510 hab.; o distrito de Tronqueiras e o distrito de Sítio Gabriel) destacou-se pela produção de aguardente, chegando a ter sete indústrias por volta de 1935, quando possuía uma população de pouco mais de cinquenta famílias. Na década de 1980 esta produção foi substituída pela produção agrícola na qual destacam-se as culturas de soja, trigo, milho e mandioca. A população indígena, marcadamente Kaingáng, seus antigos habitantes, atualmente encontra-se agrupada em Toldos, nas reservas de Guarita e Irapuá,³³ as quais fazem limite com esse município.

A partir da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, que autorizava o governo a promover a colonização nas chamadas glebas devolutas, todas as terras nesta condição tornaram-se objeto de venda pelo governo. Com isso, ressalta Zarth (1998), a ocupação não mais poderia ser “mansa e pacífica” (grifo do autor), mas sim por meio de compra. Esse processo transformou os ervateiros em sem-terras, forçando-os a emigrar para áreas devolutas nas quais dedicavam-se ao extrativismo de madeiras, que eram exportadas pelo rio Uruguai, constituindo-se em moradores isolados em vários pontos da região. Ao mesmo tempo que a colonização se aproximava do rio Uruguai, diminuía-se os espaços da população cabocla. As companhias de colonização e o governo encontraram dificuldades ao colonizar as matas do noroeste do Estado, diante da presença de milhares de posseiros que não possuíam o título legal das terras, tendo que disciplinar o acesso às mesmas, mediante a distribuição de lotes para cada família. O sistema de distribuição de lotes aos lavradores nacionais visava fixar

³¹ Segundo a Sinopse do Censo Agropecuário, IBGE, 1985.

³² Os dados referentes à criação do município de Miraguaí/RS foram obtidos na Prefeitura Municipal, na época, em 1987, sob a administração do Sr. Prefeito Jorge P. dos Santos, eleito pelo Partido da Frente Liberal.

³³ WAGNER, C.; ANDREATTA, A.; PEREIRA, A. A guerra dos Bugres: a saga da nação Kaingáng no Rio Grande do Sul. Ed. Tchê: Porto Alegre, 1986.

aquela população, alterando seus costumes itinerantes (ZARTH, 1998). Em relação à demarcação das terras indígenas, ressalte-se que a reserva indígena de Guarita (a maior reserva indígena do Estado, que situa-se na região de procedência do migrante em questão), foi criada no final do século XIX, pelo então Governo Provincial mas, de fato, a demarcação das primeiras reservas indígenas não aconteceu antes de 1910 e, posteriormente, em meados do século XX, tornou-se atribuição do Serviço de Proteção ao Índio, fugindo da alçada de administração do Estado. Nas últimas décadas, a condição de vida do indígena evidencia disputas pelo poder entre suas lideranças locais e, desamparo por parte do poder público, sendo prática freqüente o arrendamento de terras das reservas para os colonos vizinhos, como forma de obtenção de renda para sua sobrevivência. Esses arrendamentos ilegais, embora com a conivência passiva da FUNAI, representam desgaste do solo (que não recebe insumos), além da destruição da mata nativa local, extremamente rica, uma vez que o Toldo de Guarita possui a maior reserva florestal do Estado.³⁴

O município de Erval Seco, antigo distrito de Palmeira das Missões, foi emancipado em 1965. Quanto aos aspectos físicos, apresenta baixo planalto estrutural erodido, clima ameno, localização próxima ao rio Uruguai, terrenos levemente acidentados à margem dos rios, coxilhas onduladas e terrenos acessíveis à mecanização. Limita-se ao norte com os municípios de Tenente Portela e Palmitinho; ao sul, com o município de Dois Irmãos das Missões e Boa Vista das Missões; ao leste, com o município de Seberi e, a oeste, com os municípios de Redentora e Tenente Portela.

Erval Seco possui alto índice de miscigenação, mas a população de origem alemã é predominante. Entre 1922 e 1924, recebeu colonos atraídos pela Empresa de Colonização Herrmann Meyer, que comprara 600 colônias em 1907, passando a denominar-se Vila Sede Meyer, Sede Maia, como ainda é chamada pelos Kaingáangs, moradores do vizinho Toldo Guarita (GAEDE, 1991). A denominação “Erval Seco” originou-se da queima de um erval que mais tarde veio a secar e, em cujo local os viajantes e tropeiros costumavam fazer repouso, próximo a uma fonte d’água ao pé de um Taquaruçu. No município ocupam relevância as Igrejas Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Evangélica Congregacional do Brasil e Igreja Católica. Neste município, concretizou-se a maior parte da pesquisa de campo, tendo sido realizadas três entrevistas em área limítrofe, pertencente ao município de Redentora, que partilha da mesma realidade sócio-econômica.

³⁴ Essa situação mudou, a partir de 1999, quando foram proibidos os arrendamentos em terras indígenas.

Os conflitos pela terra na região

Para o entendimento do patrimônio sociocultural e da trajetória de precariedade do migrante, merecem destaques as situações de conflito e as reivindicações que marcaram a região estudada, na década de 1980 do século passado.

No final da década de 1970, no ano de 1978, posseiros que ocupavam a reserva indígena de Nonoai foram expulsos pelos índios e, não aceitando a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais, ocuparam duas fazendas (Macali e Brillhante) no município de Sarandi. Essa ocupação inspirou outras ocupações posteriores (GEHLEN, 1983; COSTELLA, 1992).

Em 1983, eclodiu conflito na área indígena que fazia limite com os municípios de Miraguai e Tenente Portela, quando os caciques brigaram disputando o monopólio da venda ilegal de madeira e do arrendamento clandestino de terras e, dividiram a tribo em duas: nas reservas indígenas de Guarita e Irapuá. Em junho de 1988, na reserva de Nonoai, a 150 km a oeste, novamente emergiu tensão quando o cacique da reserva liderou mobilização para que a FUNAI não expulsasse 200 colonos que cultivavam a área.

Em 25 de julho de 1983, aconteceu na região uma grande assembléia dos Sem-Terra, na qual foram discutidas mobilizações para pressionar o governo a conceder-lhes lotes de terra e protestar contra o projeto de construção de 25 barragens na bacia do Alto e Médio Uruguai, o que expulsaria milhares de pequenos proprietários da terra. Dessa assembléia, resultou, em 27 de agosto de 1984, a invasão da área experimental de Santo Augusto, da qual os colonos foram expulsos. Os colonos que efetuaram tal invasão, em 1985, constituíram o acampamento Nova Fortaleza, na estrada da Fortaleza, no município de Erval Seco, em gleba de terra de 3 ha., cedidos pelo pai do Vice-Prefeito do município, Sr. Francisco Pereira, onde durante meses, aguardaram a distribuição de glebas para seu reassentamento. Anos mais tarde, em 1988, as tensões decorrentes da luta pela terra continuavam e Leonídio Gaede, o Pastor Zeca, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, fez greve de fome, em apoio aos colonos Sem Terra acampados no município.

2.3 O locus de chegada do migrante

O Vale dos Sinos está inserido na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e na Microrregião Geográfica de Porto Alegre, possuindo como principal atividade, o comércio e a

indústria de calçados. Esta região, a partir de 1970, teve seu desenvolvimento acelerado frente às exigências dos importadores por um produto de melhor qualidade e também, pelo interesse dos produtores em ganhar o mercado internacional.³⁵ As condições estruturais do parque industrial calçadista aliadas à conjuntura de expansão do setor fazem da produção de calçados, uma atividade geradora de diferentes tipos de organização produtiva, constituindo-se num pólo econômico no Estado que atraiu a população rural selecionada pelo processo de modernização da agricultura

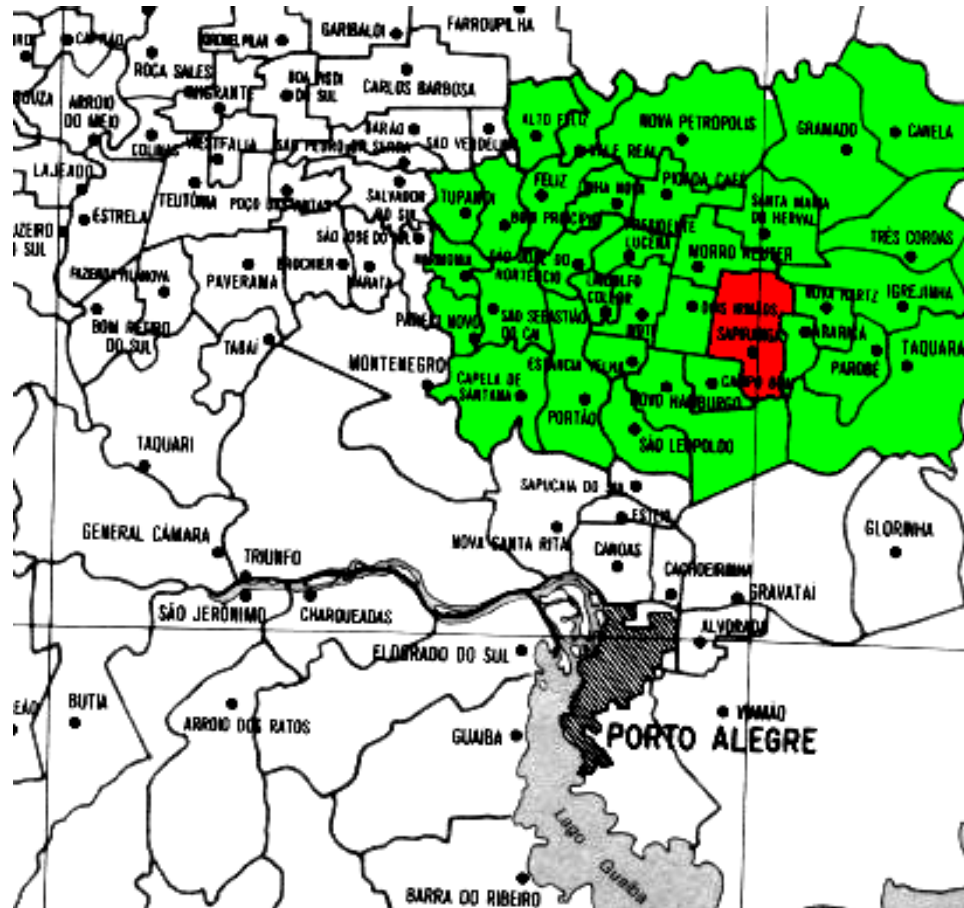
Sapiranga, o município de estabelecimento dos migrantes é uma cidade tipicamente industrial na qual destaca-se a indústria do vestuário (calçados e bolsas, artefatos de tecido), entre outras: madeira, mecânica e metalurgia, mobiliário, papel e papelão, couro e peles, química, produtos alimentares, de artefatos de ferro e de funilaria. Esse município tem sua herança cultural ligada à cultura alemã³⁶ pois, originariamente compunha a chamada Colônia Alemã de São Leopoldo (Colônia Velha). Emancipado em 1954, dista 59 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e faz limites com os municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Igreginha e Araricá,³⁷ conforme os mapas 3 e 4.

³⁵ No ano de 1987, as exportações de calçados atingiram 1,1 bilhão de dólares com a venda de 139.138 milhões de pares. O Rio Grande do Sul destaca-se como o maior exportador de calçados do Brasil e o município de Sapiranga, destaca-se em primeiro lugar, produzindo 26.960.908 pares / 221.035 dólares; seguida por Novo Hamburgo com 22.969.766 pares / 157.586 dólares. Zero Hora, Porto Alegre, 19 jun. 1988, p. 11.

³⁶ A respeito do conceito de **germanidade** Giralda Seyferth, salienta que a comunidade étnica deve se manter homogênea e identificável (SEYFERTH, 1982, p. 9).

³⁷ Os municípios de Nova Hartz, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Araricá e Parobé foram desmembrados de Sapiranga.

MAPA 3 – Região Metropolitana de Porto Alegre



- Município no qual foi realizada a pesquisa no *locus* destino.
- Municípios que compõem a região do Vale do Rio dos Sinos para onde afluem os migrantes do noroeste do estado.

Fonte: Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.



MAPA 4 - Estado do Rio Grande do Sul localizando a região estudada conforme ampliação acima.

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, 2001. Evolução Municipal.

A população do município apresentou um crescimento de 169% de 1970 a 1985 e, neste mesmo período, a população do Estado teve um crescimento de 27% e o maior crescimento da população de Sapiranga se deu na área urbana (219%). Quantitativamente, a população total do município passou, em 15 anos, de 16.402 habitantes para 44.149 habitantes. Esses índices revelam seu potencial de atração populacional.³⁸ Este crescimento explica-se pela dinâmica de sua indústria, pela proximidade dos grandes centros urbanos do Estado e, também, pelo fluxo migratório proveniente do Alto Uruguai.

No período que antecedeu ao desenvolvimento da indústria calçadista, Sapiranga era conhecida como uma cidade pacata e a ela era atribuído o adjetivo de “cidade das rosas” por causa dos inúmeros canteiros de roseiras que enfeitavam a cidade. Dentre suas atividades culturais destacavam-se as sociedades de canto e de ginástica, bandinhas, clubes de futebol, jogos de bolão, terno de atiradores e *kerbs*, tradicionais na sociedade colonial teuto-brasileira.

O desenvolvimento da indústria calçadista ocasionou o acréscimo das migrações para as regiões do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra, onde se encontravam as principais indústrias de calçados do Rio Grande do Sul, marcadamente, no período de 1978 até 1985 (SCHNEIDER, 1994, p. 260).

A partir de 1979, em função do incentivo às exportações de calçados, o município sofreu um rápido crescimento populacional que não foi acompanhado de melhorias em sua infra-estrutura, havendo carência no saneamento básico, na saúde e educação e, em especial, no setor de habitação, sendo intensa a especulação imobiliária e o favelamento. O transporte coletivo é deficitário sendo a bicicleta o meio de transporte mais comum na cidade.

Em relação ao objeto de estudo aqui proposto, as informações acima referidas atentam às condições objetivas da migração. No entanto, a problemática em questão valoriza e centra sua atenção sob os aspectos subjetivos que perpassam a interação do migrante ao novo meio. Por isso, importa conhecer-se os aspectos socioculturais e históricos da sociedade em que o migrante busca sua inserção.

³⁸ Dados retirados do Censo Demográfico de 1970 e da Sinopse Preliminar de 1985. Na contagem realizada pelo IBGE, em 1996, o município apresentava 62.816 habitantes, estando atualmente, com 67.386 habitantes, segundo a População Estimada IBGE (1999).

2.3.1 A sociedade colonial teuto-brasileira: de terras coloniais a terras de indústria

O município de Sapiranga originalmente situava-se na região denominada Padre Eterno e pertencia à freguesia da Aldeia dos Anjos (atual município de Gravataí), onde José Manoel Leão instalou sua propriedade, conhecida como Fazenda Leão (*Leoner Hoff*). Integrado a São Leopoldo, município onde, em 1824, aportaram os primeiros colonos alemães, sua população era quase que exclusivamente composta de germânicos e seus descendentes, em sua maioria, provenientes de *Hunsrück* no sul da Alemanha. Nos primeiros anos, o município exerceu predominantemente a atividade agrícola mas, entre seus habitantes, alguns artesãos, dentre os quais ferreiros e sapateiros, principiavam atividades nesse ramo. Por volta de 1870, Sapiranga viu aberta sua primeira metalúrgica e o setor industrial ganhou impulso a partir de 1935, em moldes familiares e com mão-de-obra semi-especializada.

O nome Sapiranga foi adotado, em 1903, quando da instalação da linha férrea que ligava os municípios de Novo Hamburgo e Taquara, não sendo conhecida a origem do mesmo. O município sediou o episódio que ficou conhecido como a Revolta *Mücker*,³⁹ acontecimento que faz parte da memória dos habitantes da região e, é valorizado também pelos seus novos habitantes – os migrantes do Alto Uruguai.

Sobre o modo de vida colonial

As primeiras levas de imigrantes estrangeiros que ocuparam o Vale dos Sinos, desde 1824, estavam inseridas num projeto de colonização oficial, que objetivava implantar o regime de pequena propriedade trabalhada por mão-de-obra livre e garantir a segurança do território. Esse projeto de colonização ao mesmo tempo em que fixou o imigrante, tornando-o proprietário, obrigou seus filhos a se tornarem novamente pioneiros, em razão do pequeno tamanho dos lotes coloniais e ao uso de técnicas agrícolas rudimentares que provocavam, em curto prazo, cansaço do solo. O colono imigrante, sempre que conseguia juntar algum

³⁹ A Revolta *Mücker* ocorreu entre 1868 e 1874, tendo como cenário o Morro Ferrabrás (Sapiranga). João Jorge Maurer e sua esposa, Jacobina Mentz Maurer, eram os líderes dos *Mücker* (fanático, em alemão). Os seguidores atribuíam à Jacobina o poder de cura e comunicação com Deus. Devido a zombarias, os *Mücker* acabaram se isolando. Em 1874, os seguidores que estavam escondidos no Morro Ferrabrás, foram encurralados e mortos. O acontecimento marcou a sociedade alemã e, mesmo anos após, ocorreram perseguições aos descendentes das famílias *Mücker*. O episódio foi tema de livros e filmes e teve sobre si atribuído um conteúdo de contestação social.

dinheiro, comprava um lote para um dos filhos na frente pioneira da colonização (MARTINI, 1993; AMADO, 1978; WOORTMANN, 1995).

A vinda de alemães para o Brasil seguiu um modelo próximo ao desenvolvido por Catarina II para a Ucrânia e ao das colônias agro-militares do império austro-húngaro: a instalação de conjuntos de famílias produtoras de alimentos e de homens com habilidades militares, em locais estratégicos da fronteira e na proximidade das cidades (WOORTMANN, 1995). A imigração original da Alemanha, como demonstra o estudo de Woortmann (1995), caracterizou-se pela instalação de famílias, e não de indivíduos, e ademais, de famílias aparentadas entre si. A maior parte dos emigrantes era de excedentes estruturais (grifo do autor), isto é, eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura; eram os que tinham de abdicar, menos em benefício do herdeiro do que em benefício de todo o representado pelo patrimônio indiviso da família.

A sociedade instituída pelos imigrantes em São Leopoldo, tinha na família sua principal unidade. Os parentes ajudavam-se uns aos outros e tinham obrigações recíprocas, colaboravam nas pesadas tarefas diárias, os mais velhos orientando os jovens. Festas, casamentos, rituais religiosos, enterros, tudo era partilhado em família (AMADO, 1977). Como diz Amado (1977, p. 40): “A hostilidade do meio, aliada a dificuldade das tarefas a cumprir e à pobreza geral, empurravam uns para os outros na luta comum, tendendo a criar uma forma de vida mais grupal que individual”.

A alta natalidade entre os imigrantes levou à formação de famílias grandes, muitas das quais já eram parentes entre si quando chegaram da Alemanha. O hábito das pessoas, em razão do isolamento, de casarem-se com parentes e vizinhos da mesma Picada ou Paróquia fez aumentar o número de membros de cada família. Não se fazia diferença entre parentes consangüíneos e por afinidade. Também os compadres e comadres eram considerados da família. Levando em conta que os filhos eram muitos e os protestantes tinham três padrinhos para cada um, percebe-se que as relações de compadrio contribuíram substancialmente para a formação de famílias enormes. Padrinhos e madrinhas eram como segundos pais. Tinham obrigações, que geralmente cumpriam, de orientar, auxiliar e tomar a seu cargo o afilhado em caso de orfandade. Muitas vezes padrinhos e afilhados eram aparentados.

A criação de famílias extensas fez com que, de uma forma ou de outra, toda São Leopoldo acabasse por ser um pouco parente entre si, por volta de 1845. Os laços de parentesco resistiram à distância e à dificuldade de comunicação, acompanhando a marcha da colonização. Os filhos deslocavam-se para a frente pioneira em busca de um novo lote, permanecendo com os pais apenas o mais novo, mas a unidade familiar se mantinha (AMADO, 1977, p. 46).

Dentro da família a principal posição era ocupada pelo homem, que devia ser respeitado e ter suas ordens acatadas. Os homens idosos, especialmente os patriarcas de famílias grandes, mereciam a consideração de toda a comunidade, cujas decisões se transformavam em decisões de toda família. Apesar da preponderância masculina, a mulher gozava de certos direitos, que a colocavam, por exemplo, numa situação muito superior à da mulher gaúcha da época. Não se tomava uma resolução familiar sem consultar as mulheres, havendo tolerância religiosa e respeito a seus pontos de vista e conselhos. A posição relativamente importante da mulher dentro da família tinha origem na grande parcela de sua contribuição econômica. Somente a derrubada da mata e a preparação do terreno eram serviços exclusivos do homem, todos os demais eram partilhados por ambos. O trabalho infantil em alta escala prejudicou muito a escolaridade das crianças que, nos primórdios, restringiu-se ao aprendizado doméstico (AMADO,1977).

As circunstâncias da colonização fizeram dos imigrantes homens iguais em tudo (as exceções de tão raras, desapareciam no dia-a-dia da vida). As diferenças hierárquicas que, por acaso, existiam entre eles anteriormente – e eram poucas -, advindas da posição sócio-econômica e cultural, religião, títulos, área de origem, etc. ficaram sem valor em São Leopoldo. As formas de solidariedade desenvolvidas, até 1845, foram variadas e eficientes, fazendo com que os colonos formassem entre si laços que garantiriam a vitória na luta pela sobrevivência. Criando e desenvolvendo este processo, contando quase que exclusivamente com iniciativa e perseverança próprias acabaram por erigir uma sociedade bastante autônoma, sobre a qual exerciam grande parcela de controle.

Contudo, na colônia de São Leopoldo, não ocorreu a integração de seus habitantes à realidade da Província. A sociedade colonial teuto-brasileira manteve-se isolada em relação à sociedade riograndense o que permitiu que sua cultura e tradições se mantivessem estáveis por muito tempo (SCHNEIDER, 1994; AMADO, 1977). Mas, essa tendência ao isolamento não deveu-se apenas a fatores endógenos de natureza sociocultural e étnica mas, sobretudo, à ineficiência dos poderes provincial e central. Para tentar preencher algumas das lacunas e tornar a vida possível, os colonos reuniram-se em grupos, formando associações de vizinhos e amigos encarregadas de zelar pelo interesses de todos. Os serviços públicos tais como conservação e melhoria das Picadas, derrubada da mata para abertura de novos caminhos, construção de pontes ou limpeza dos cemitérios eram realizados em conjunto por grupos de moradores, geralmente escolhidos segundo a idade, força física e disponibilidade, obedecendo a um chefe, indicado por eles próprios. Assim que as tarefas estavam concluídas o grupo se

desfazia, formando-se outro quando necessário. Foi comum, também o trabalho, em regime de mutirão, para construção das casas dos imigrantes recém-chegados na Picada. Para resolver os assuntos de religião e educação, também descuidados pelo governo, os colonos costumavam formar associações (AMADO, 1977).

Expressão da sociabilidade colonial teuto-riograndense manifesta-se através do *kerb* (abreviatura de *kircheweihsfest*). O *kerb* é uma festa religiosa e lúdica que tem vários significados: manifestar a devoção da comunidade e seus habitantes de um povoado aglomerado ao santo padroeiro de sua localidade; brindar os progressos alcançados na nova lavoura oferecendo aos amigos e parentes de outras localidades o melhor da produção agrícola alcançada; reencontrar amigos, parentes e compadres para festejar, jogar e trocar informações e, manter a coesão da família-tronco (SCHNEIDER, 1994).

Posteriormente, com o desenvolvimento de atividades complementares à produção agrícola, após 1870, ocorreu um processo de diferenciação social acentuado com a chegada de novos imigrantes, muitos dos quais traziam capital e vieram a atuar em atividades comerciais e industriais.

2.3.2 Os “novos imigrantes” do Vale dos Sinos

O Desenvolvimento industrial do **Vale dos Sinos** teve origem nos núcleos comerciais para troca de mercadorias entre os povoados da região colonial principiando com o artesanato de couro, na produção de arreios e selas. A produção de artefatos de couro recebia suporte do capital acumulado pelos comerciantes e, matéria-prima da atividade pastoril, a qual era seu principal mercado consumidor. Após 1950, com a crescente atuação do Estado implantando a política de substituição de importações e, a introdução de capital nacional e internacional, ocorreu uma alteração no caráter da indústria. A introdução do progresso técnico, contudo, aconteceu de modo lento e tardio. No final da década de 1960, a política do Estado incentivou às exportações mas, a indústria apresentava estrutura de oferta heterogênea quanto ao porte, à tecnologia e à eficiência.

O Vale dos Sinos apresentou um impulso no desenvolvimento da indústria calçadista no processo de reorganização da política econômica nacional, após o período de recessão de 1964 a 1968. Facilidades creditícias e fiscais foram criadas destacando-se, no início dos anos 70, a proibição, por parte do Governo Federal, da exportação de couros crus. Esse fato levou a indústria a investir em máquinas e equipamentos na busca do mercado externo, o qual tornou-

se alternativa efetiva para a indústria calçadista, tendo seu auge nos valores exportados em 1978 e 1979 com mais de 34 milhões de dólares, fato que trouxe como consequência o aumento da oferta de emprego. Outros fatores tais como incentivos fiscais (imunidade do ICM, isenção do IPI e benefício ao crédito-prêmio, que consistia num mecanismo no qual a empresa exportadora podia adjudicar um crédito extra para abater no imposto devido nas operações internas), foram concedidos aos produtos industriais exportados. As condições estruturais aliadas à conjuntura expansiva do setor faziam da produção de calçados uma atividade aonde apareciam diferentes tipos de organização produtiva, quanto ao porte, desenvolvimento, organização de trabalho e eficiência constituindo-se, portanto, atrativo à mão-de-obra liberada na Produção Agrícola Familiar. A divisão de trabalho na indústria calçadista, por exemplo, constituindo-se da área de modelagem, de corte de couro, de costura de pré-fabricados, de montagem do calçado e de acabamento apresentava defasagem entre setores de uma mesma unidade fabril, o que determinava diferentes ritmos de trabalho e diferenças salariais. Além disso, havia a utilização generalizada de serviços externos na forma de *ateliers*⁴⁰ domiciliares de costura, de corte e até de montagem. Por volta de 1980, cresceram em importância as indústrias de acabamento (RUAS, 1984). O complexo coureiro-calçadista atingiu vulto de modo a vir a responder pela principal indústria do Vale dos Sinos onde aproximadamente 90% da população depende diretamente do seu desempenho.

A trajetória do desenvolvimento e do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista demarca três fases distintas: A primeira, que vai de 1930 a 1970, constituiu-se na fase de consolidação industrial e da passagem definitiva do estágio artesanal para o fabril. A segunda fase, de 1970 até o final dos anos 80, caracterizou-se por um extraordinário crescimento da produtividade. Nesse período foram introduzidas tecnologias e sistemas produtivos modernos e cresceu significativamente a absorção de força de trabalho, através da expansão e interiorização das empresas, que atraiu a mão-de-obra jovem, até então ocupada na agricultura, por toda a região da Colônia Velha alemã, onde hoje se situam as microrregiões do Vale dos Sinos, da Encosta Inferior da Serra, do Vale do Café e do Vale do Taquari. No final da década de 1980, estendendo-se pela década seguinte, a indústria calçadista apresentava mudanças tecnológicas e produtivas que resultaram em formatos organizacionais mais flexíveis dos processos produtivos levando as empresas a recorrer à subcontratação e à terceirização de fases da produção do calçado (SCHNEIDER, 1999).

⁴⁰ As indústrias calçadistas freqüentemente recorrem a trabalhos terceirizados executados pelas famílias, em suas residências.

Por volta de meados da década de 1960, perceberam-se sinais de ruptura no modo de vida e no sistema produtivo da sociedade colonial teuto-brasileira. As relações de sociabilidade como as de reciprocidade e a solidariedade local e vicinal transformaram-se, provocando mudanças nas relações de parentesco, na religião e na cultura. A esse respeito, conforme Schneider (1999, p. 45-46), pode-se dizer que: “com a emergência da industrialização do setor coureiro calçadista, se configura uma nova estrutura social e econômica e alteram-se as formas tradicionais de reprodução da força de trabalho”.

O processo iniciado a partir da década de 1970, alterou a produção agrícola familiar, ao mesmo tempo em que impulsionou a industrialização do setor coureiro-calçadista, que passou a atrair de forma crescente a população residente no meio-rural. A combinação dos processos de transformação sócio-econômica nas regiões de destino e de chegada do migrante constituíram-se elementos que conduziram os agricultores do Alto Uruguai a migrar para o Vale dos Sinos. Contudo, embora considerando-se os condicionamentos estruturais que conduzem à migração de significativa parcela de produtores familiares, outros fatores de natureza motivacional condizentes com o patrimônio sociocultural do migrante e com sua trajetória de precariedade devem ser considerados e analisados. Este é um dos objetivos do presente trabalho: conhecer a identidade sociocultural do novo migrante para o Vale dos Sinos e o significado do processo migratório.

3 IDENTIDADES EM CONFLITO: o modo de vida caboclo e o modo de vida colono

Como foi demonstrado no capítulo anterior, o processo migratório ocorre num campo de conflitos, em meio a duas sociedades que obedecem a específicas lógicas de funcionamento. Na sociedade rural, *locus* de proveniência do migrante, aqui associada às denominações campo e roça, convivem duas diferentes lógicas: a lógica da subsistência, associada ao camponês tradicional e ao tipo social caboclo e a lógica da produtividade, associada ao produtor agrícola moderno, nas categorias granjeiro⁴¹ e colono. Pode-se dizer que a primeira se aproxima da racionalidade cabocla, para a qual o trabalho é um meio de subsistência e o tempo livre dedicado ao lazer é de fundamental importância e, a segunda, caracteriza-se pela centralidade do trabalho. Na sociedade urbano-industrial do Vale dos Sinos, aqui associada às denominações cidade e fábrica, se impõe a lógica da produtividade, através da centralidade do trabalho, como meio de afirmação social e da etnicidade. No entanto, no espaço social complexo, as relações sociais de tipo tradicionais perpassam a racionalidade cabocla e, em certo sentido, também a racionalidade colonial. Isto porque, a racionalidade colonial, embora inserida no processo colonizatório que propunha implementar a modernização das relações agrárias, traz consigo elementos pré-capitalistas que, sob condições de precariedade, ficam potencializadas. Paralelamente, outras relações sociais modernas, do tipo colonial e do tipo cosmopolita, interagem e contornam identidades expressas em diferentes modos de vida, nesse espaço em transformação.

O migrante em estudo vive conflito entre a racionalidade do tipo tradicional e a racionalidade do tipo moderna e traz consigo um patrimônio sociocultural híbrido, marcado por uma trajetória de precária inclusão social. É um “produto social” de um contexto historicamente determinado. Tradicionalmente, os colonizadores e povoadores do Alto Uruguai Gaúcho migraram em busca de novas colônias e de novas posses. No entanto, para a população em questão, o fluxo migratório, ocorrido entre os anos de 1984 e 1987, significou o rompimento com a condição anterior desta população, na estrutura social e produtiva. Neste contexto, a migração teve significado de rompimento com a condição ocupada na estrutura produtiva e apresentou significativas alterações no âmbito das relações sociais, sugerindo até a possibilidade de mudança em seu *status* social.

⁴¹ **Granjeiro** é a identificação do empresário rural, categoria composta por proprietários e arrendatários de áreas com tamanho entre 60 e 300 ha.. Esse grupo social ascendeu com o processo de modernização na agricultura, particularmente através das culturas do soja e do trigo, geralmente mora no meio rural (na condição de proprietário ou de arrendatário) e recorre ao trabalho alheio complementar. Ver GEHLEN (1994, p. 157-158).

O processo migratório acirrou-se após 1980, em decorrência da adoção do padrão de modernização agrícola que selecionou os produtores, especialmente os que ocupavam as áreas mais valorizadas para a produção em grande escala de produtos, tais como: soja e trigo. A seleção se deu tanto em decorrência do endividamento bancário, quanto à venda das terras. Agricultores que praticavam a policultura (gêneros alimentícios de subsistência), trocaram de cultivo recorrendo a créditos bancários que resultaram em endividamento e, por vezes, na perda da terra. Outros, venderam suas terras para granjeiros que detinham condições para o cultivo de produtos de exportação e se transferiam para terras menos valorizadas nas frentes colonizatórias do norte do País, trabalhando para terceiros (como agregados ou meeiros), ingressando no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou, migrando para o mercado de trabalho industrial, em especial, para os municípios do Vale dos Sinos, na região metropolitana do Estado. O migrante em questão optou pela proletarianização urbana.

Considerando-se que o processo de ocupação, povoamento e colonização, assim como a geografia física e os indicadores socioeconômicos, no espaço social de origem, são comuns aos municípios do Médio Alto Uruguai, optou-se por privilegiar informações específicas do município de Erval Seco, onde foi feita a coleta de dados, através da realização de entrevistas com migrantes e não-migrantes; três das entrevistas, foram realizadas com agricultores residentes no município de Redentora. Em Erval Seco, foram obtidas informações oficiais na Prefeitura e foi realizada a observação da vida em comunidade, através da participação em festas e visitas aos locais de moradia dos migrantes potenciais e dos depoentes.

No tocante à ocupação do espaço, o município de Erval Seco encontra-se dividido em três áreas. A chamada área de máquinas, nas quais estão situadas as lavouras mecanizadas, na qual predominam as grandes e médias lavouras de trigo e soja, cujo solo apresenta tonalidades de cores entre o amarelo e o roxo. Elas formam as antigas terras de campo, anteriores ao fenômeno do soja. A área central, que encontra-se ocupada por uma população diversa, compondo conglomerados urbanos das chácaras periféricas, agricultores familiares da Vista Gaúcha e alguns poucos proprietários de áreas maiores ao redor da Vila Arco Iris. Essa população pode ser identificada por sua integração pelas atividades produtivas e comerciais interdependentes. A maior parte dos produtos agrícolas produzidos e consumidos nas vilas e na cidade, bem como a quase totalidade do movimento de comércio local, estão nessa faixa do município. No entorno está a área periférica, acidentada, que se situa às margens dos dois principais rios – o Guarita e o Fortaleza – denominada terra dobrada, e que possui um solo bastante fértil, mas de difícil manejo por causa de seus acidentes e pedras; o que a torna financeiramente menos valorizada. Nesta área o elemento humano predominante é conhecido

na sociedade local como caboclo, embora não esteja vinculado a nenhuma específica etnia. Essa população pouco inserida no processo de desenvolvimento local participa intensamente das mobilizações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sendo dessa área que também aflui a maior parte dos migrantes para Saporanga, no Vale dos Sinos (GAEDE, 1991).

Dados da Prefeitura Municipal de Erval Seco informam que, em relação ao número e à dimensão das propriedades, em 1991, o município contava com 1.438 propriedades com tamanho de 1 ha. a 10 ha.; 11 propriedades com tamanho de 11 ha. a 100 ha. e, 50 propriedades com tamanho de mais de 101 ha.. No âmbito da religião, ocupam relevância, no município, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Congregacional do Brasil e a Igreja Católica. Outros registros oficiais do município destacam que os migrantes efetivos e potenciais para o Vale dos Sinos são provenientes de famílias de baixa renda, vinculadas à atividade agrícola de subsistência, em sua maioria da localidade de Lajeado Grande (área acidentada, de terra preta sobre a laje, na qual o tamanho médio das propriedades é de 2 ha. por família), Figueira, Bom Jesus e Dois Irmãos. Esses migrantes, ocupavam a posição de meeiros, peões e alguns eram minifundiários que adquiriram terra requerendo posse de terra pública e que recorriam a trabalhos temporários para a sobrevivência da família, migrando de safra em safra no próprio município. Destaque-se que esta área está marcada pelo desmatamento.

Para se conhecer a identidade sociocultural do migrante e a relação existente entre o processo decisório de migrar e a trajetória de precariedade, foram selecionadas as seguintes categorias de análise: caboclo e colono (formações sociais de origem do migrante); família e trabalho (os eixos identitários para a análise do patrimônio sociocultural do migrante) e, terra e salário (as representações que dão sentido à prática social do migrante).

Sobre o perfil do migrante:

O perfil do migrante, em relação às suas características socioculturais, pode ser definido, em geral, pela baixa escolaridade, sendo um percentual significativo constituído de analfabetos. Dentre os migrantes entrevistados, provenientes do Alto Uruguai, a maioria possui o primeiro grau completo seguida de alguns que possuem o primário incompleto e, apenas um que completara o segundo grau. Quanto à origem étnica, descendem de portugueses miscigenados com outras diversas etnias, mas dentre os entrevistados, 5

migrantes, embora miscigenados (os sobrenomes eram de origem lusa) referem-se a sua origem italiana, seguidos de 4 de origem brasileira, 3 de origem brasileira e alemã, 1 de origem brasileira e italiana e 1 de origem alemã. Ao mencionar sua origem brasileira admitem a possível miscigenação com indígenas e negros.

Em sua origem social, o migrante, possivelmente por causa de seu isolamento na região pioneira de colonização, pratica a religião com menor formalismo. Observa-se isso tanto na região de origem do migrante (incluindo-se a população indígena local), quanto em seus locais de moradia, a proliferação de Igrejas Evangélicas Pentecostais e algumas seitas. Aliás, em Saporanga, atribui-se ao migrante a proliferação destas igrejas e seitas. Embora, em geral, se autodenominem católicos, não ressaltam a religião como fator de destaque em suas representações cotidianas, a não ser quando a referência está relacionada à participação da Igreja no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no Movimento Operário. Há que se ressaltar que, devido à significativa presença de representantes da Igreja Católica e Luterana como apoiadores no movimento de luta pela terra na região de origem, na qual a comunidade tivera participação e engajamento, esses representantes são mencionados pelos migrantes. Na década de 1980, o Alto Uruguai Gaúcho constituiu-se em região de efervescência política, com sindicatos rurais atuantes e a presença marcante do PT - Partido dos Trabalhadores e da CUT – Central Única dos Trabalhadores nas mobilizações de luta pela terra. Em relação ao MST, os migrantes consideram um movimento justo, legítimo para quem quer produzir, mas um risco.

Quando da realização da pesquisa, os migrantes compunham-se majoritariamente de jovens com menos de 30 anos, provenientes de famílias numerosas e minifundiárias. Os migrantes entrevistados em Saporanga e os não-migrantes no meio de origem, em geral, eram nascidos em municípios do Alto Uruguai: Palmeira das Missões, Tenente Portela, Rodeio Bonito, Redentora, Iraí, Vicente Dutra, Seberi, Frederico Westphalen, Braga e Erval Seco; com exceção de seis que provinham de municípios de outras regiões: Taquari, Catuípe, Condor e Carazinho, e dois do município de Mata.

É notório o fato de filhos homens, terem decidido pela migração após prestarem o serviço militar obrigatório, mas também, que a migração é, muitas vezes, impulsionada por motivo de doença de um dos membros da família, impossibilitado para o trabalho na agricultura, e por jovens mulheres que migram acompanhando o marido ou algum familiar e que servem como ponto de apoio na acolhida aos irmãos. Algumas vezes, famílias inteiras de uma mesma localidade vendem suas terras ou deixam-nas sob os cuidados de algum familiar. Essa é a realidade do **Lajeado Grande**, distrito de Erval Seco, localidade de grande êxodo

para a região industrializada do Vale dos Sinos, na qual predomina o minifúndio com propriedades com tamanho de 2 ha. em média, terreno inclinado e não passível à mecanização. A comunidade é pobre, em sua maioria analfabeta e, segundo Adair Valter, morador e professor nesta localidade, essa população, iludida pela propaganda amplamente divulgada pelos meios de comunicação “plante que o governo garante”, deixou a atividade de subsistência e foi para a atividade monocultora (ADAIR VALTER, entrevistado n.º 24). Originalmente, o Lajeado Grande era ocupação legítima do Estado. Composto por uma população pobre que trabalhava de agregado para outros pecuaristas e ervateiros. Com a instalação da Inspetoria de Terras, muitos agricultores requereram a posse da terra ocupada e passaram a produzir milho, batata, arroz e trigo, produtos que eram vendidos ao comércio de Erval Seco, então 7º Distrito de Palmeira das Missões e que, posteriormente, passaram a ser vendidos ao comércio de Palmeira das Missões e de Ijuí. Por volta de 1968, esses agricultores começaram a recorrer ao crédito bancário, pois bastava ter terra adquirida para obterem empréstimo e, não conseguindo produzir em larga escala, o ganho da colheita era suficiente apenas para o pagamento dos juros bancários. Em decorrência disso, muitos deles, desestimulados e comprometidos com o sistema bancário, deixaram a atividade agrícola e partiram para cidades que ofereciam oportunidades de emprego. Nas palavras de Francisco Pereira: “Somente caboclo ia trabalhar na cidade; cortando calçados na fábrica. Essa gente, pobre, humilde, foi e não voltou mais. Quando vem passear, leva os outros que estão por aí, mal” (FRANCISCO PEREIRA, entrevistado n.º 27).

Em relação às precárias condições de existência vivenciadas já na origem social do migrante, é ilustrativo o depoimento de Aristides, morador do Lajeado Grande:

No Brasil quem morre descansa, porque chega de passar trabalho e sofrer. Eu tenho muita dó de muita gente, porque para mim está pouca a despesa. Eu vivo com qualquer coisa. Não devo, graças a Deus! Tenho saúde e posso trabalhar, mas eu conheço famílias aqui, de chegar ao meio-dia, não ter uma colher de sal para botar na panela, para fazer uma salmoura. É triste! Muitos e muitos por aqui, eu mandei para as fábricas. Meus vizinhos aí, um rapaz bonito, viçoso, trabalhando por dia; estropiado, judiado; de chegar no fim-de-semana não ter um trocado no bolso; chegar a ponto de vir aqui, no tempo de colher laranja e dizer: ‘vizinho, o senhor não quer me dar umas laranjas, vamos colher em sociedade’. Depois daquele dia que vendemos as laranjas, eu disse: ‘olha rapaz, eu vou te dar um conselho – pega esse dinheiro das laranjas, paga a passagem e vai embora para não sofrer mais. E foi mesmo e está bem. Apareceu aqui para fazer uma festa, no ano novo, dá 8, 10 mil para o pai, compram carne, bebida e tudo. Estava alegre com bastante roupa, bem calçado, gordo, melhorou (ARISTIDES, entrevistado n.º 18).

No *locus* de origem, o migrante exercia a atividade agrícola, predominantemente, na condição de agregado ou de meeiro, muitos deles tendo sido posseiros. Quanto às principais justificativas para a migração, destacam-se: a pouca ou nenhuma terra possuída, o trabalho em terra alheia e o desejo de não mais se sujeitar à condição de meeiro e de peão.

Dentre os que possuíam o módulo mínimo colonial (uma ou duas colônias), parcela dos agricultores deixou a policultura (culturas de subsistência) e se endividou no sistema bancário na tentativa de investir nas culturas de exportação (soja e trigo). Muitos venderam suas terras para produtores de médio e grande porte e alguns abandonaram seus lotes de terra (ou de seus pais) e saíram em busca de meios de subsistência, rompendo com a condição de agricultores. Os motivos alegados para abandonar a vida na roça ou na colônia (termos usados como sinônimos pelos entrevistados) são: a insegurança e a falta de garantia na safra, o trabalho árduo, a rejeição à condição de não proprietário da terra e a rejeição à submissão ao proprietário da terra.

Por sua vez, os principais atrativos para a migração, são: a garantia da sobrevivência da família, a segurança através dos direitos trabalhistas, o salário regular e o acesso a bens de consumo. Nas palavras do migrante Alcemir Piccinini: “Eu vim para Saporanga porque eu tinha um amigo que morava aqui e dizia que era melhor para trabalhar; que se o cara trabalhasse recebia aquele dinheiro certo por mês, não tinha risco de não ganhar, porque na Colônia vai um pouco da sorte e tem que se esforçar” (ALCEMIR PICCININI, entrevistado n.º 2).

A grande maioria da população pesquisada é originária da Grande Palmeira, teve experiência migratória na própria região e migrou diretamente do meio rural para o município de destino, Saporanga. Apenas dois dos migrantes entrevistados haviam migrado para outras regiões; um, para o Paraná e, após para Saporanga e, outro, para o Paraná e o Mato Grosso e depois para Itapiranga em Santa Catarina e, por fim, Saporanga.

A migração, durante seu momento de pico, foi incentivada pelos órgãos públicos, empresários e outras pessoas melhor estabelecidas na sociedade que até facilitaram o transporte dos migrantes, tanto no *locus* de origem, quanto no *locus* de chegada.

A principal justificativa alegada pelos agricultores para o abandono da vida no meio rural refere-se ao fato de possuírem pouca ou nenhuma terra e de vivenciarem condições de extrema precariedade, necessitando de alternativas de sobrevivência.

O local para onde se dirigiu a maior parte dos migrantes em estudo, o município de Saporanga no Vale dos Sinos, recebera outros migrantes no decorrer da implantação de seu parque industrial metalúrgico e calçadista. Nos anos 60, houve um afluxo de migrantes do

município de Mata, na região central do Estado, atraídos pelas oportunidades que surgiam e pela qualidade de vida do município, que destacava-se pela tranquilidade e pelas características tradicionais da cultura germânica. Sapiranga era conhecida como “a cidade das rosas” em razão de seus canteiros de rosas plantados em suas avenidas e sua atmosfera de tranquilidade. Nesta fase, outro fator de motivação para a migração foi a trajetória de sucesso de uma migrante, que casou com um promissor empresário local, o qual, anos mais tarde, veio a se destacar por ser proprietário de uma das maiores indústrias de vestuário do Estado.⁴² Perguntado a Evanir Wolff se entre os migrantes muitos tiveram trajetória ascendente, respondeu:

Não, acho que não. Depois de nós vieram muitas pessoas. Nós trouxemos praticamente toda a Mata, em razão de saberem da minha trajetória, de como progredimos. Mas nem todos conseguiram. A maioria não conseguiu. Não sei o que influencia, porque eu estudei, procurei me esforçar, mas tive a sorte de encontrar um companheiro, uma pessoa que também veio de uma família humilde. Nós crescemos juntos. Quando eu conheci o João, a fábrica tinha vinte operários. Há poucos dias atrás ela tinha sete mil. Talvez eu tenha sido uma exceção à regra (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

Um dos atrativos para o migrante era a abundância de emprego, num mercado de trabalho que não exigia qualificação da mão-de-obra, especialmente na indústria calçadista. Em 1985, por causa do aumento do fluxo migratório, ocorreu escassez de emprego no município de Sapiranga. Como confirma Luis Prezzi (entrevistado n.º 29), Vereador e ex-Secretário de Administração do Município, em Sapiranga, no período de 1984-87, quando de sua chegada, ainda na rodoviária, o migrante adquiria colocação nas fábricas. A empresa calçadista estava desesperada e pegava mão-de-obra de qualquer jeito, mesmo não-qualificada. Inversamente à facilidade de obtenção de emprego, o acesso à moradia era difícil, geralmente oneroso, fazendo com que três, quatro famílias se amontoassem na mesma casa. Por volta de meados da década de 1980, contudo, devido à crescente oferta de mão-de-obra, as oportunidades foram sendo reduzidas. Além do desemprego, ficaram potencializados os problemas relacionados à ausência de infra-estrutura porque não houve a criação de condições estruturais (habitação e saneamento urbano) para receber o migrante. Dentre os problemas elencados, os entrevistados foram unânimes em relatar as precárias condições de vida do migrante, a crescente demanda por políticas públicas (na área social, educacional e de saúde) e o decorrente aumento da criminalidade (furtos, roubos, brigas e morte), os quais alteraram

⁴² Em 1988, o Musa Calçados, empresa pertencente a João e Evanir Wolff, ocupava o terceiro lugar em exportação. Em Sapiranga, esta empresa disputava o segundo e o terceiro lugar com a Paquetá Calçados; e a cidade destacava-se como um dos maiores exportadores do Estado e o terceiro do Brasil.

as condições de vida não somente em Sapiranga, como em outros municípios do Vale dos Sinos. Neste sentido, destaca-se o depoimento de Valdir Vasco da Silva, Vereador e ex-Sub-Prefeito do município de Redentora:

Eu fico até revoltado porque muitas famílias (vizinhos e parentes meus) abandonaram a Colônia; venderam a propriedade e pensaram que ir para a cidade era a grande solução. Há pouco tempo eu estive em Novo Hamburgo, na falada Faxinha, onde encontrei vizinhos, amigos e parentes. Aquilo ali me deu até remorso de ver pessoas ali, que tinham propriedade, olho d'água, fonte d'água bonita, lenha, mandiocal, batatal e, lá, têm uma casinha encostada num barranco, com um esgoto produtor de vermes, de doença. Aquilo a gente nem pode calcular quanto pode existir de contaminação. Aquela pobre criança, que aqui na Colônia brincava com os amigos, praticamente num **cativoiro** (grifo nosso), onde o espaço é pequeno e não se produz nem um pé de moranga. Atrás da casa é barranco e, na frente, é um sangão d'água. Principalmente, na época em que eu estive lá, eu vi aquela "fábrica de luto" (grifo nosso) que é a faixa, a estrada onde morrem esmagados várias crianças e pais de família, pela violência do trânsito (VALDIR VASCO DA SILVA, entrevistado n.º 22).

Efetivada a migração, o recém-migrado mantém laços de vida em comunidade, seja por meio de visitas mútuas periódicas, seja por motivo de festas e de torneios esportivos, especialmente de futebol (MÁRCIO ALBARELLO, entrevistado n.º 31).

Em relação ao comportamento do migrante recém-chegado do meio rural, este costuma-se mostrar subalterno ao patrão e se sujeita ao ritmo intenso de trabalho, dispondo-se à intensificação do trabalho, disponibilizando-se para horas-extras. No tocante à origem social do migrante, pode-se dizer, essa característica aproxima-o da capacidade de auto-exploração do colono-camponês.⁴³ Perguntado sobre o por quê da preferência pelos industriais da mão-de-obra recém chegada do campo, Antonio Machado respondeu que o agricultor dá mais produção e pensa que o patrão está fazendo um benefício (um favor) para ele ao lhe dar emprego, o que ele assegura com as duas mãos. A este respeito é ilustrativo o comentário abaixo:

Esse pessoal entra no ritmo da produção e até produz mais; ele faz hora extra, se dispõe mais para o patrão. E esse outro pessoal, que já tem experiência de trabalho, sabe que o patrão não faz favor para ninguém. Então, o salário já é melhor, a reivindicação já é maior. [...] A gente já pegou o ditado, como dizia um padre, 'o agricultor vem para cidade e serve enquanto não ficou ativo, enquanto ele é bobo; depois que ele aprendeu, daí não serve mais' (grifo do entrevistado) (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

⁴³ Jean Bruno (1994) refere-se à agricultura de subsistência ou do autoconsumo (chamada por certos analistas de economia camponesa) como aquela em que a sanção do trabalho agrícola é feita pelo próprio agricultor e sua família. Se o fruto de seu trabalho permite a esta família subsistir, alimentar-se, satisfazer suas necessidades, a sanção é positiva mas, a parte invisível deste trabalho pode ser excessivamente grande e penosa, sobretudo se a exploração está situada sobre terras ruins do ponto de vista agro-ecológico (JEAN BRUNO, 1994, p. 65).

Dos depoimentos obtidos, são inferidas características que se aproximam do modo de vida do caboclo e do modo de vida do colono, ambos os tipos sociais que constituem o patrimônio sociocultural do migrante.

O quadro abaixo busca expressar esses elementos no que tange aos eixos identitários: família e trabalho.

QUADRO 04 - Sobre os elementos identitários no modo de vida caboclo e no modo de vida colono

Camponês - Caboclo	Camponês - Colono
<p>Família: Unidade de produção e consumo. Motivação para ação. Concepção de família ampliada, pela identidade de origem.</p> <p>Trabalho: Meio-de-vida; garantia da subsistência.</p>	<p>Família: Unidade de produção e consumo. Reprodução social. Manutenção dos padrões de herança; Representação étnica, esfera que define a sociabilidade.</p> <p>Trabalho: Meio de afirmação social; busca de realização e possibilidade de ascensão social.</p>

Fonte: Pesquisa de campo (1987-1991) e revisão de literatura.

3. 1 O mundo da família

O material empírico analisado sugere que o grupo migrante estudado apresenta forte vínculo familiar e fraco apego à terra; embora assuma a representação do colono que valoriza a propriedade da terra.

Percebe-se que a família é a fonte motivacional da migração, pois, além da abundância de emprego, a mudança é viabilizada com o apoio de parentes e amigos já estabelecidos. Na opinião do Pastor Zeca,⁴⁴ o motivo que conduz à migração tanto de caboclos, como dos **de origem** possui fundamentação econômica. Porém as justificativas para a migração são diferentes entre os grupos. Percebe-se que, em geral, as pessoas de origem alemã migram para

⁴⁴ Leonídio Gaede, conhecido por Pastor Zeca, atuou ativamente no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tendo feito greve de fome em prol do Movimento, em 1988. Afastado de sua função religiosa, em 1986, devido a sua atuação no Movimento, retornou em 1990, a pedido da Comunidade da Igreja (LEONÍDIO GAEDE, entrevistado, n.º 28).

as cidades e também, por vezes, trabalham em indústrias nas regiões de procedência de seus avós, tendo como referência algum parente bem sucedido no local. No município de Erval Seco, merece destaque a migração para Panambi, local de procedência de muitos de seus habitantes de origem alemã. O migrante para Sapiranga, geralmente caboclo, procura meio de vida e sujeita-se a precárias condições de existência; reside no cinturão da cidade, nas favelas na beira dos trilhos. Mesmo migrando só, com o tempo, traz outros membros da família. Quando empregado, já com o acesso ao crédito, costuma visitar sua comunidade de origem no final do ano. Nesta ocasião retorna com roupas novas, dinheiro no bolso e, passando imagem de êxito, atrai novos migrantes para a cidade.

Efetivada a migração, a presença do migrante altera as relações sociais no novo meio. Isso ocorre tanto no tocante à ocupação dos espaços de convivência, quanto no crescimento da mobilização em prol dos interesses coletivos.

Exemplo da ampliação dos espaços de convivência, em Sapiranga, está na abertura para novos associados do Clube Dezenove de Julho, anteriormente restrito à população local, de origem germânica. Neste clube, em anos anteriores, não havia associados negros e pessoas não pertencentes à sociedade local se constrangiam em frequentá-lo. Essa situação mudou, a partir de 1986, com o acirramento do Movimento Sindical no Vale dos Sapateiros, o qual ocasionou ruptura no comportamento de isolamento do migrante (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5; LUIS PREZZI, entrevistado n.º 29).

Destacam-se como fatores que garantem a sobrevivência e facilitam à adaptação ao novo meio, o capital trazido pelo migrante proveniente da venda da terra e de víveres e a rede de apoio mútuo, verificada nas moradias compartilhadas, na construção de habitações sob o sistema de mutirão e, na prática de cuidado das crianças, pela **mãe crecheira**. Evidência da precariedade das condições de vida do migrante e, ao mesmo tempo, da capacidade de auxílio mútuo e adaptação à adversidade está na estratégia de cuidado das crianças. A este respeito, Luis Prezzi diz:

No bairro, uma senhora cria vinte crianças e no pagamento da mãe crecheira a Prefeitura participa. Então, se o custo é de cinco mil cruzeiros,⁴⁵ a mãe paga quinhentos cruzeiros, a empresa paga mais três mil cruzeiros e a Prefeitura completa o restante e vai se “quebrando o galho” (grifo nosso) assim. A empresa sai ganhando porque ela paga uma quantia e não tem mais responsabilidade (LUIS PREZZI, entrevistado n.º 29).

⁴⁵ Neste período a moeda vigente era o cruzeiro. Em relação ao valor do salário mínimo: em 01/02/1991 correspondia a Cr\$15.895,46 (quinze mil, oitocentos e noventa e cruzeiros e quarenta e seis centavos); em 01/03/1991, correspondia a Cr\$ 17.000,00 (dezesete mil cruzeiros), afixados pela medida Provisória n.º 295, de 31/01/1991, publicada no Diário Oficial da união de 01/02/1991, Lei n.º 8.178 de 01/03/1991. Fonte: Banco Central do Brasil – Departamento Econômico – COACE.

No *locus* de destino, efetivada a migração, a noção de família é ampliada para **Nós do Alto Uruguai** e está associada à condição de colono, origem social do grupo migrante. Isso pode ser ilustrado no depoimento de Antonio Machado, Presidente do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Sapiranga:

A minha família mora toda na colônia e eu sempre digo para eles, quando eles dizem ‘os colonos, os grossos dos colonos’ - não duvidem de nossa grossura, do que a gente é capaz de fazer. E a gente até gosta quando eles dizem colono porque nos identifica com o nosso povo que vem de fora. Sapiranga era uma cidade onde todo mundo aceitava a exploração e a gente transferiu para eles a nossa organização. Sapiranga renasceu ou nasceu da luta dos trabalhadores por salário, por moradia e por tudo – graças ao colono que veio para cá. Porque o colono tem sangue nas veias. O sangue mais quente não aceita certas coisas. A gente se dá melhor com o nosso povo do que com o pessoal daqui (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

A noção **colono** possui significado ambíguo, sendo sinônimo de iletrado, analfabeto, mas também forte, rústico, saudável. O termo está associado à capacidade de reivindicação (aquele que tem sangue nas veias), ao comprometimento (aquele que honra a palavra dada), às relações sociais baseadas no respeito e à intensa capacidade para o trabalho. Esta representação está associada à valentia e à moralidade tradicional baseada em laços pessoais.

A terra para o colono-camponês significa a possibilidade de reprodução social e familiar. No depoimento do agricultor abaixo, fica evidente a associação entre o bem-estar da família e o valor atribuído à terra.

Quando eu casei, nós casamos faz sete anos, nós tínhamos um boi que era meu, só. Mais nada. Mas a gente foi lutando, lutando e, no segundo ano juntos, o guri nasceu, depois ficou doente, aí nós achamos que era sério, mas graças a Deus nós vencemos e hoje, nós conseguimos comprar um pedaço de terra, um peral, mas é nosso (OSVALDIR DE OLIVEIRA, entrevistado n.º 20).

Osvadir de Oliveira, 26 anos, possui 5 hectares, em fase de pagamento, os pais possuíam 17 hectares, terra dobrada e, migraram em decorrência de endividamento bancário em 1988/89. O pai é brasileiro, natural de Miraguaí e a mãe de origem alemã, natural de Carazinho. Família de seis irmãos, cinco homens e uma mulher, sendo que apenas ele permanece na Colônia e planta. O pai e os irmãos residem em Dois Irmãos e trabalham em fábrica de calçados. Para ele a satisfação da superação da doença do filho é equiparada à satisfação e realização pela aquisição da terra própria, meio de garantia do sustento da família. Terra e saúde são igualmente condições para a garantia de sua reprodução social.

O migrante estudado concebe a terra como elemento de reprodução social do colono e direito de quem produz. Mas, ao efetivar a migração e romper com a condição de agricultor,

fica evidente a importância da garantia de seu meio-de-vida e relativizada a importância da terra. Se a quantidade de terra possuída e as condições de vida são insuficientes, a alternativa da migração e a garantia da subsistência familiar em outra atividade, menos penosa, pode ser plenamente satisfatória. Veja os depoimentos dos migrantes:

O pessoal migra porque não tem meios para se manter na Colônia. Porque trabalhar de agregado ou trabalhar dependendo dos outros, não vale a pena. Trabalhando de agregado tem que dar uma parte para o dono da terra, e daí, o que vai sobrar no fim do mês? Aqui o serviço é um pouco mais leve, não pega tanto rigor como na colônia, abaixo do sol e da chuva (ALCEMIR PICCININI, entrevistado n.º 2).

Hoje eu não penso em voltar porque, para voltar para o campo tem que se ter condições de se colocar lá. Eu não tenho condições e, se é para voltar e se colocar mal, dá no mesmo. Então não resolve. Teria que se ter de meia-colônia para cima. Lá um ano você vai bem, noutra vai mal (ANTONIO DOMINGOS, entrevistado n.º 3).

Tanto o agricultor que permanece no campo, quanto os dois migrantes acima referidos, partilham da mesma origem social, mas possuem diferentes disposições para práticas que viabilizem sua afirmação social.

3. 2 O mundo do trabalho

Para o migrante, a noção de trabalho transcende a dimensão da busca de lucro e se aproxima da reivindicação pelos interesses coletivos, na busca pela garantia de sua subsistência. Exemplo disso, é o trabalho desenvolvido por João dos Santos⁴⁶ (entrevistado n.º 12), Presidente da Associação de Moradores e Diretor do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Sapiranga, que participou ativamente das invasões de cinco áreas verdes no município, em 1988. Dado que havia um projeto de habitação popular, as invasões e as decorrentes negociações entre os migrantes e o poder público resultaram na construção de dois loteamentos populares: um, a Vila Esperança onde moram 118 famílias e, outro, a Morada São Luiz onde moram 70 famílias. Nas palavras de João dos Santos (entrevistado n.º 12): “ao deixar as áreas verdes, o pessoal saiu sem estrutura; sem luz e sem água. Viviam embaixo de uma barraca mas, agora, estão se colocando. [...] Eu estou ajudando na minha Vila para sairmos de lá”. Nesse sentido é ilustrativo o depoimento abaixo:

⁴⁶ João dos Santos foi candidato a vereador nas eleições de 1988, tendo obtido 155 votos. Migrante desde 1980, reside no beira-trilhos, onde atua ativamente como líder comunitário. Entre suas atividades está a de coordenador da SIME – Sistema Municipal de Saúde e membro do Diretório Municipal de Sapiranga (JOÃO DOS SANTOS, entrevistado n.º 12). Ver apêndice B no final deste trabalho.

Na associação de moradores, eu abri esse espaço para o grupo de mulheres. Eu falava para elas terem aquele ânimo de ir ver que não é só o homem que tem que trabalhar. Se a mulher trabalha dentro da empresa para ajudar o marido, por que ela não pode trabalhar na vila para melhoria das vilas também? Aqui no sindicato tem grupo que faz trabalho feminino, então, todo mundo se ajuda nessa (JOÃO DOS SANTOS, entrevistado n.º 12).

Perguntado sobre a exigência de qualificação da mão-de-obra e a experiência como agricultor, Luis Prezzi respondeu:

O agricultor, tem aquele que aprende muito mais rápido porque já mora na zona urbana, é curioso, quer produzir, é dedicado. Acostumado à pureza dele, à sinceridade, à humildade. Ele se adapta facilmente, mas sendo jovem, até 30, 35 anos. A Prefeitura era um dos órgãos que era muito procurado por interessados em trabalhar em tarefas tais como: abrir ralos, roçar, capinar, cortar grama principalmente pelos idosos que não se adaptavam na empresa, adoeciam, causavam acidentes, uma série de problemas (LUIS PREZZI, entrevistado n.º 29).

O migrante valoriza o salário regular e o fato do trabalho ser mais leve (menos penoso) na cidade. Nas palavras do migrante João Verganoviz:

Em termos financeiros melhorou um oito porque, lá, eu não conseguia nada e, aqui, embora eu ganhasse pouco, sempre sobrava. Eu sempre tinha dinheiro. É muito melhor trabalhar dentro das firmas. Não precisa estar se matando que nem na lavoura – no sol quente. Foi bem melhor, me dei bem no lugar e no serviço. Não estranhei nada (JOÃO VERGANOVIZ, entrevistado n.º 13).

O agricultor Valter Barbosa Morais, insatisfeito com a vida na colônia, diz que “O salário está meio ruim, mas é mais vantajoso. Trabalhando, sempre se tem um dinheirinho. A planta demora para dar, de seis em seis meses, quando se tem um produtozinho para vender e o preço é muito baixo” (VALTER BARBOSA MORAIS, entrevistado n.º 21).

Mas, subjacente à importância do salário regular está a questão da qualidade de vida no campo e na cidade. Os depoimentos abaixo foram selecionados, porque deixam transparecer, os argumentos observados a este respeito, entre os migrantes e os não migrantes.

Avaliando as condições de vida dos filhos na cidade, o agricultor Aristides (entrevistado n.º 18). observa que “estão melhor, mas são escravo do relógio, porque empregado é empregado. [...] Eles têm vontade, se houvesse maneira, de comprar uma propriedade, ter aquela vida ao ar livre, pois fábrica é fábrica, é fechadiço”. Reforçando este depoimento, João dos Santos (entrevistado n.º 12) comenta a vida no campo: “A vida no campo é boa; você tem liberdade, você é o teu patrão, não é mandado pelo relógio, nem precisa ter medo de sofrer uma repressão como na cidade. Raramente, você sofre um assalto. Não há falta de segurança”.

Em relação aos aspectos negativos da vida na cidade, especialmente no que tange à condição de assalariado e à perda da autonomia no trabalho, o agricultor Vilson Dias diz:

No caso deles que são mandados eu acho muito pior. Eu tenho uma noção dos próprios peões que eu pago e mando para a lavoura; eles são obrigados a ir. Eu, se quero, vou, mas se não quero, não vou. Lá não tem futuro. Para nós aqui tem-se muito pouco por fazer e, eles lá, praticamente, não vão fazer nada. Eu acredito que com uns oito, dez anos, eu possa quem sabe até conseguir um pedacinho de terra e com meus filhos, um dia, viver uma vida tranqüila. Eles vão viver sempre o corre-corre da cidade (VILSON DIAS, entrevistado n.º 23).

Ainda em relação à vida na cidade, o agricultor Valdir Vasco da Silva comenta sobre o migrante que visita a região de origem:

Ele vem com a roupa nova, sapatinho lustroso, a pelezinha lisa, pois está trabalhando só na sombra, dinheiro no bolso e leva outros junto com ele, porque ‘o coloninho aqui tá na pua e mal encabeçado’ (grifo do entrevistado). Quando ele volta leva três, quatro junto com ele; mais o irmão, mais o primo, mais o amigo, jovens que vão para lá. Muitos deles vão e talvez queiram voltar. Muitos ainda dão a cabeçada, trabalham um ano e, quando começam se tornar estável no emprego, levam chute de um lado para o outro, pois se tornam caros para a firma. Nós temos exemplo de filhos de colonos, de gente que nunca poderia ter passado pela memória e, muitos pais nem ficam sabendo, a vida que os filhos levam lá na Grande Porto Alegre, na região do calçado; isso principalmente por motivo de assalto, de roubo, de droga. Os pobres pais deixando as terras em capoeira por não ter força, não conseguem mais trabalhar. A miséria na Colônia se dá porque não existe mais mão-de-obra (VALDIR VASCO DA SILVA, entrevistado n.º 22).

QUADRO 05 - Quadro comparativo das representações do migrante sobre a vida no campo e na cidade

Roça/Campo/“Tradicional”	Cidade/Fábrica/“Moderno”
autonomia	sujeição
liberdade	prisão; escravo-do-relógio
sossego	medo
risco, instabilidade	sobrevivência
penosidade: rigor, intempérie, carência de ganho regular	facilidades: salário regular, direitos sociais, crédito
Melhor qualidade de vida	Corre-corre
Esperança	Ilusão

Fonte: Pesquisa de campo (1987-1991).

A partir das considerações sobre o perfil do migrante, sua origem social, a família e o trabalho, como eixos identitários privilegiados, passa-se agora à caracterização e análise da

relação identidade/alteridade. Para demonstrar o modo como o migrante é visto e o modo como vê o outro, selecionou-se duas diferentes trajetórias ascendentes de migrantes, pessoas influentes na sociedade do município.

A primeira, através da qual se tenciona demonstrar a percepção do migrante pelo outro, trata-se da trajetória de Evanir Wolff (entrevistado n.º 10), empresária calçadista (sócia-proprietária do Musa Calçados) que migrou do município de Mata em 1959, e que encontra-se plenamente inserida na sociedade teuto-brasileira de Saporanga.

Quanto à segunda, trata-se da trajetória de Antonio Machado (entrevistado n.º 5), presidente do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Saporanga, migrante do município de Rodeio Bonito em 1980 e, que participa ativamente das mobilizações coletivas em Saporanga.

Para fins de comparação foram selecionados elementos que caracterizam a condição anterior de vida, os motivos da migração, a inserção no novo meio, o estranhamento cultural e a trajetória profissional destes migrantes.

3. 3 A percepção do migrante pelo outro

Retomando-se o pressuposto de que a identidade se constrói numa relação de alteridade, foi selecionado o depoimento da empresária e também migrante Evanir Wolff, por ser seu conteúdo ilustrativo no tocante à percepção do migrante.

Sobre sua origem social e os motivos da migração:

Proveniente do município de Mata, na região central do estado, Evanir Wolff, migrou aos treze anos em busca de estudo para ela e trabalho para seus irmãos. Sua mãe, viúva, era costureira e, com seu trabalho, garantia o sustento da família. Nas palavras de Evanir: “Nós éramos muito pobres, não tínhamos terra. Quem tinha um pedaço de terra, ainda tinha condições de fazer alguma coisa por si mesmo, por isso buscamos a realização fora, pois a gente não encontrava isso lá” (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

Sobre sua trajetória profissional:

Eu lecionei português, durante 20 anos e, há uns 5 anos, me desgostei. Eu trabalhei por ideal, eu tinha um ideal e hoje estão misturando política, religião e educação. Acho que o indivíduo tem que ser politizado, mas, quando tu falas em sala de aula em política partidária, eu não concordo. Fui me desgostando e saí. Só faltavam 5 anos para me aposentar. Não agüentei mais. Não pelos alunos, mas em função da conjuntura toda. A minha decepção começou com os movimentos de greve. A gente pode reivindicar,

mas tu não deve fazer a cabeça do aluno e, sim, abrir a cabeça dele. E o que acontecia era isso. Eu me senti pressionada, em função da minha posição. Além disso, o João sempre queria que eu trabalhasse com ele. Eu dizia que não, porque era apaixonada pelo magistério e, também, tinha a vantagem de ficar meio turno em casa. Eu achava importante ficar em casa com os filhos. Mas, agora já estão grandes. Já faz 3 anos que trabalho aqui e estou na área que gosto: vestuário e mercado interno, eu administro a grife Vanelli di Musa (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

Sobre a diferenciação cultural e a dificuldade de entrosamento:

Lá onde eu morava também havia alemães e italianos, mas muito mais italianos, e eu me criei muito mais com a família da minha mãe e a cultura italiana. Quando nós viemos para cá, alguns falavam português, alguns falavam dialeto e alguns só falavam alemão. Toda a família teve dificuldade de entender as pessoas, a linguagem e também seus hábitos. Eu, no primeiro ano que estava aqui, queria voltar, chorava toda a noite. Eu sentia que as pessoas me bloqueavam; eu não percebia que o bloqueio era meu, coisa que eu vim a entender mais tarde (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

A própria comida era muito diferente, a maneira de vestir. Parecia que as pessoas não davam bola, importância para os que chegavam. Eu não entendia que elas tinham um horário para cumprir numa fábrica e que não podiam sair conosco. Porque lá na Mata onde eu vivia, como em qualquer cidade da fronteira, quando chega alguém, esse alguém é o máximo, é o centro das atenções, nós nos doamos inteiramente. **Aqui, era hora de trabalhar e lá iam as pessoas, fechavam a porta e iam. São muito fechados. Eu entendia e entendo ainda que são muito fechados** (grifo nosso). Eles não se dão conta, não têm intenção mas eu achava, na época, que eles punham barreira. Eu acho que o alemão, realmente, não sei se é frio, acho que é uma defesa. Os alemães são desconfiados eles ficam perguntando: o que essa pessoa está querendo de mim? Eu vejo pelo meu marido, a família dele, as pessoas que vieram da Alemanha. O italiano é mais espontâneo (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

É de se ressaltar que, quando da solicitação de entrevista com os proprietários da empresa Musa Calçados, constatou-se frieza e desconfiança do empresário João Wolff. O contato foi feito numa festa da comunidade evangélica e mediado por um membro daquela comunidade. Apesar da amistosidade do casal, foi Evanir Wolff quem se dispôs à entrevista e, ela própria, percebera que seu marido estranhara a solicitação.

Evanir possui como representação que os italianos e outras etnias são mais espontâneos, mais hospitaleiros, ao passo que os alemães são frios, desconfiados. Segundo ela, existe diferença no valor atribuído ao tempo de convivência e ao tempo de trabalho entre essas diferentes culturas. Esta percepção tem origem em sua vivência como migrante que sofreu estranhamento cultural, quando de seu processo de adaptação.

Diferentemente, ao comentar a superioridade do trabalho das pessoas de origem, atributo que inclui imigrantes de origem alemã e italiana, Evanir Wolff se posiciona como empresária em busca de maior produtividade. Nesta situação, o estranhamento sociocultural assume menor importância. Veja o depoimento abaixo:

Um detalhe importante, relativo a nossa empresa, quando nós procuramos nos instalar em outros municípios, uma informação importante, era se eram de origem alemã. **A preferência era por origem alemã ou italiana** (grifo nosso). Porque, segundo as pessoas daqui, as pessoas de origem alemã tem maior produtividade (pela cultura e filosofia de vida). E o pior é que se comprova isto mesmo. Se a pessoa se criou dentro de uma cultura de origem alemã ou italiana o resultado é melhor (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

Perguntada sobre a **possibilidade de ascensão do migrante**, respondeu:

Há possibilidade de ascensão mas, o que é fundamental é a possibilidade de compreensão. A pessoa que tem cultura vai entender, porque uma costura tem que estar aqui e não ali. A visão é diferente, ela entende e aceita quando a gente explica alguma coisa. E a pessoa quanto mais ignorante, mais dificuldade tem de aceitar e de entender (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

No aspecto relacionado à compreensão da atividade executada e ao esforço para aumentar a produtividade, identifica italianos e alemães e diferencia-os dos brasileiros e de outras etnias, no seu entender, sujeitos à acomodação, à resistência ao trabalho e ao desleixo.

Evanir acentua o peso do “bom resultado do trabalho” à compreensão das necessidades do processo produtivo e subordina isto às questões culturais, igualmente ao seu próprio estranhamento. Isso reflete seu nível de assimilação e também a posição que ela ocupa na estrutura social – empresária calçadista.

3.4 O outro no olhar do migrante

A fim de ilustrar a auto-identificação do migrante proveniente do Alto Uruguai, selecionou-se trechos do depoimento do migrante e líder sindical Antonio Machado por se tratar de pessoa representativa no grupo.

Sobre sua origem social:

Natural de Rodeio Bonito, Antonio Machado, de origem portuguesa, migrou em 1980 para estudar e trabalhar em Sapiranga, onde possuía irmãos residindo desde 1978. Possui 6

irmãos e 4 meio-irmãos, filhos do segundo matrimônio de sua mãe. A família possui 12,5 ha., nos quais permanecem a mãe e os dois irmãos mais novos. Antonio Machado é o único dos migrantes entrevistados, proveniente do Alto Uruguai, que possui o segundo grau completo. Venceu a eleição para a presidência do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Sapiranga, em agosto de 1989 (ver anexo A). Militante do Partido dos Trabalhadores, em 1990, teve seu nome cogitado para a candidatura à Deputado Estadual, com o apoio dos sapateiros⁴⁷ da região mas, não aceitou concorrer.

Sobre sua trajetória profissional:

Eu, quando cheguei aqui, trabalhava e estudava. E a gente começou a se misturar com o pessoal, a frequentar onde eles frequentavam (e eles também), com o pessoal daqui e de outros lugares, porque, de Sapiranga mesmo, eram poucos. Porque no colégio, todo o jovem se integra mais fácil. Então, a gente ia se identificando e quando a gente viu estava integrado, até no próprio trabalho. Eu só trabalhei em duas empresas aqui; numa em 1980 e noutra em 1981, onde estou até hoje. A integração maior veio depois que eu entrei no Movimento Operário. Eu participava do grupo de jovens e, no colégio, no Grêmio Estudantil; discutia muita coisa e participava de campanhas políticas para os candidatos. No tempo de colégio, cada um tinha seus candidatos. E eu gostava daquilo (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

Em 1985, surgiu o Movimento Operário e a CUT, em São Leopoldo e em Porto Alegre e, com isso, nasceu a idéia de mudar o sindicato. Nesta época, em Sapiranga, a CUT era associada a comunista, anarquista, agitador. Então a gente, mais novo na fábrica, discutia e via que a alternativa estava aí. E daí fui convidado por um grupo, até conhecia só um, que era companheiro da fábrica e fui levado por ele. Mas não conhecia meus companheiros, depois que a gente veio a compor a direção do Sindicato (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

Sobre a diferenciação cultural e a dificuldade de entrosamento:

Para o migrante Antonio Machado, existe significativa diferença cultural entre o pessoal de fora e o pessoal de Sapiranga: "Até na questão de respeito e pela própria educação, porque a gente cumpre o que diz e o pessoal da cidade, às vezes, fala por falar. Para eles, os filhos de Sapiranga mesmo, os naturais daqui, o falar não significa assumir um compromisso" (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

⁴⁷ Sapateiro é o termo atribuído ao operário da indústria calçadista.

Percebe-se certa similaridade na representação que tanto Evanir Wolff, quanto Antonio Machado possuem da população de origem alemã, natural de Sapiranga, conforme o trecho selecionado abaixo:

A gente quando vem, mesmo que a gente esteja na cidade, gosta das coisas do interior. **Aquilo que a gente fazia no interior, a roda de amigos na qual a gente passava horas e horas proseando, tomando chimarrão, tomando uma caipirinha, a gente continua fazendo com o pessoal. Os daqui não se visitam** (grifo nosso). Eles se encontram mas, ou é um encontro casual, ou em festinhas, tudo programado. [...] O pessoal do Paraná chega aqui e logo se identifica com a gente, pelo jeito de prostrar (as prosas, como diz o outro) as mentiras nas rodas de festa (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

Implícita, na representação sobre o outro, está a concepção sobre o pessoal de fora, do interior, que caracteriza-se por sua espontaneidade e gosto pela convivência. Em relação à superioridade do trabalho das pessoas de origem, Antonio Machado destaca a existência de preconceito racial no tocante à valorização da mão-de-obra.

Entre o nosso pessoal do interior não há preconceito racial, mas havia numa época. Porque as empresas aqui, são o seguinte: **Para ser bom tinha que ter a cabeça branca** (grifo nosso). Então eles não prestigiavam quem era moreno, na chefia, eram todos alemães. E a gente lançava charges, em materiais do sindicato dizendo: ‘quer ser chefe, pinta o cabelo’. E isso daí foi mudando, e o pessoal foi levando aquilo como ofensa e a gente foi rompendo. Hoje não há este preconceito, está havendo uma melhora. Até pela capacidade que a gente mostrou (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

Constata-se que existe o esboço de um projeto de transformação social para o futuro, no qual o amálgama que lhe dá consistência está fundamentado na identidade sociocultural do migrante.

[...] Então a gente quando vai fazer a discussão política, discute: ‘Por que nós estamos ali? Qual é o nosso papel?’ Aqui a gente diz : **‘olha a gente é a maioria, a gente vai ter que ser a maioria, vai ter que mandar na cidade** (grifo nosso). Não é questão de mandar por mandar, não. Mas de dar a direção do que a gente quer’ (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

A relação identidade/alteridade:

Desde os primórdios da ocupação do território brasileiro, a minoria branca, de origem lusa, costumava referir-se aos indígenas e mestiços como negros ou caboclos. Ainda na atualidade, no Estado do Rio Grande do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, os indivíduos que possuem sobrenomes luso-brasileiros ou hispânicos são chamados negros ou pêlo-duro. Essa característica pode ser percebida na região da Fronteira Oeste e das Missões,

onde tradicionalmente predominava a produção pecuária de médio e grande porte. Nestas regiões, a partir da década de 1970, a produção agrícola passou a ser mecanizada e voltada para o mercado exportador (destacando-se produtos tais como: trigo, soja e arroz), sob o domínio de granjeiros de origem européia, na sua maioria descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. O termo *pêlo-duro* constituía-se, inicialmente, auto-denominação dos habitantes tradicionais (em sua maioria descendentes de portugueses e de espanhóis, por vezes miscigenados com indígenas) que orgulhavam-se por sua rusticidade e valentia, estando associado ao modo de vida vinculado à atividade pastoril, mas que, posteriormente, adquiriu conteúdo depreciativo atribuído pelos novos grupos sociais que disputavam posições e *status* na sociedade em que se inseriam.

A diferenciação social entre a população local e a migrante, nos anos 80 e 90, se manifesta publicamente, na identificação que separa os alemães ou gente daqui, dos *pêlo-duro*, ou os de fora. O idioma é fator de identificação e de alteridade. Isso pode ser percebido na referência feita aos migrantes: “A maioria é *pêlo-duro*, a gente vê pelo próprio sobrenome. Mas alguns são alemães, italianos se percebe na fala” (LUIS PREZZI, depoimento n.º 29).

QUADRO 06 - Comparativo de representações identitárias

<p>Nós do Alto Uruguai, identidade expressa no comportamento político, na reivindicação coletiva, na espontaneidade, na valentia, na solidariedade, na hospitalidade e, na adaptação ao trabalho rude e ao esforço contínuo.</p>	<p>Nós os de origem, identidade expressa no comportamento constante e pacífico, na capacidade de compreensão e, na produtividade e zelo.</p>
<p>ELES – os de origem/ os alemães, alteridade expressa na subalternidade política, na frieza de comportamento, na desconfiança e, também, no empreendedorismo e na disciplina.</p>	<p>ELES – os de fora/os do Alto Uruguai/os brasileiros/o português, alteridade expressa na acomodação, na resistência ao aprendizado, na volubilidade, na insubordinação, no baixo rendimento e pouco capricho.</p>

Fonte: Pesquisa de campo (1987-1991).

A representação atribuída ao trabalhador de origem alemã no *locus* de destino está associada aos adjetivos: disciplinado, caprichoso, adequado ao ritmo de produção, de boa educação, pacífico. Em relação a sua sociabilidade, ele apresenta forte religiosidade, preserva o idioma de origem e as tradições da cultura alemã, tais como o *kerb*. De outra parte, o operário migrante o vê como subalterno, fechado e pouco mobilizado em prol dos interesses comunitários.

O operário local de origem alemã possui essas características, as quais o diferenciam do migrante, mesmo aquele de origem alemã ou que sofrera miscigenação com esta etnia. O migrante de origem alemã preserva menos as tradições da cultura de origem e já assimila outras práticas sociais e culturais.

Por sua vez, as representações atribuídas ao operário migrante de origem brasileira estão associadas à pouca iniciativa para o trabalho, à indisciplina, à acomodação, ao desleixo, ao despreparo, e ao pendor para a violência. O seguinte quadro ilustra a relação identidade/alteridade.

4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA MIGRAÇÃO

A esperança só o é como o possível, o que poder ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico – pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que se crêem isentos de limites de compreensão.

(José de Souza MARTINS, 2002)

Tendo em vista os pressupostos teórico-metodológicos anunciados e os elementos demonstrados nos capítulos anteriores, retoma-se as hipóteses e os objetivos com o apoio dos conceitos e autores para compreender as transformações que a migração opera sobre os que vivem essa trajetória e sobre o meio social de chegada.

Tais transformações se dão num ambiente de conflito entre as relações sociais do tipo tradicional e do tipo moderno, tanto no espaço social de origem quanto no espaço social de chegada. As representações e as práticas dos migrantes e não migrantes, segundo as informações coletadas expressam esta tensão. **Precariedade, rotatividade e mobilização em prol dos interesses coletivos e do bem-comum**, são características marcantes do grupo migrante, que evidenciam a recriação cultural cabocla e contrastam com a racionalidade moderna da sociedade teuto-brasileira, potencializando os conflitos.

No campo social, as disputas por afirmações societárias são constantes e nem mesmo as tentativas de interpretação da sociedade estão imunes ao conflito, pois buscam impor conceitos. Aceitando-se essa complexidade e os limites de seu entendimento, o presente estudo visa resgatar os elementos que demonstram a origem social do migrante e oportunizam discutir os atributos colono e caboclo, valorizando-se para tanto, a perspectiva diacrônica e sincrônica.

Sobre os tipos sociais **caboclo** e **colono**, recaem diferentes expectativas de desempenho, ao longo da formação histórica brasileira e, em especial, da riograndense. No caso do colono-imigrante, a afirmação pelo trabalho e a aquisição da terra foram condições para sua afirmação. De outra parte, o povoador nacional cabocloizado, tradicionalmente, ocupou posição de subalternidade política e econômica e não recebera atenção, senão como população legitimadora do poder dos setores dominantes da Sociedade Brasileira; a princípio

como braço armado nos conflitos e guerras e, após, como massa votante. Além de se constituir em mão-de-obra não especializada, muitas vezes sazonal, ao longo do tempo, essa população tem sido percebida como um “problema social” que dificulta o desenvolvimento do Estado e que demanda políticas públicas e sociais. Não raras vezes, o atraso do País é atribuído, genericamente, ao povo brasileiro despreparado e pouco trabalhador. Para essa grande parcela da população nacional, a migração, em busca de novas condições de sobrevivência, tem sido uma constante e uma condição constitutiva de sua existência.

Mas existem contrastes significativos e especificidades na formação social brasileira. Em relação à imigração européia no século XIX, pode-se dizer que, no momento da implantação do sistema colonizatório, os colonos-imigrantes, embora não estivessem coagidos pelo tempo e pela competitividade produtivista, trouxeram incorporado como valor cultural a centralidade ética do trabalho, o que lhes forneceu um *status* diferente em relação aos povoadores nacionais.

Destaque-se ainda, que a dimensão social no modo de vida colonial expressa ambivalências: de um lado, a busca pela manutenção dos laços familiares (*household* germânica) e, de outro, a impessoalidade nas relações modernas capitalistas. Esse comportamento cultural aproxima-se da racionalidade moderna, centrada no trabalho, que prioriza a produtividade, o valor atribuído à propriedade e ao desempenho individual, características potencializadas quando associadas à outra, específica da cultura teuto-colonial, que tem no trabalho seu elemento de afirmação socio-identitária com conteúdo étnico

Em relação ao objeto em estudo, deve-se observar que, a representação étnica do trabalho, presente na população de origem alemã, é estimulada pelos setores dominantes da indústria no Vale dos Sinos e constitui-se em fator motivacional para o engajamento e a valorização do operário de origem teuta, com vistas à garantia da produtividade e da qualidade do produto. Em contraste, a mão-de-obra migrante, para a qual o trabalho não é o elemento central, embora não sendo preterida, é desprestigiada por não reforçar esta expectativa e, em virtude de sua presença ocasionar alterações significativas nas relações sociais na sociedade teuto-brasileira, especialmente no âmbito das mobilizações coletivas. A presença do migrante ocasiona a transformação das relações sociais de modo a constatar-se um processo de desestruturação cultural da sociedade teuto-colonial. Isso é visto de modo negativo pela população local, de origem germânica, que se sente ameaçada pela perda de *status* e de posição social baseados na origem de procedência e na identidade sociocultural.

4.1 A colonização do caboclo e a caboclicização do colono

A migração proveniente do Alto Uruguai para a região do Vale dos Sinos, em especial para o município de Sapiranga, evidencia a busca de garantia de sobrevivência e de um futuro melhor para uma parcela da população ameaçada nessas condições e na possibilidade de inserção social. No período auge da produção e exportação de calçados no Vale dos Sinos, famílias inteiras migraram a partir da iniciativa de um de seus membros. Dada sua condição de origem, o migrante, anteriormente minifundiário ou meeiro, que muitas vezes garantia seu sustento como peão em outras unidades de produção, por não conseguir acompanhar as imposições do sistema produtivo monocultor (o qual exige grandes investimentos e tecnificação), dirigiu-se ao pólo industrial calçadista e passou a exercer atividades de baixa qualificação, na maioria dos casos, residindo em subhabitações. Para garantir sua sobrevivência e os mínimos vitais, essa população faz uso de estratégias de auxílio mútuo, estabelecendo redes de convivência, fortalecidas pela condição de origem e pelo patrimônio sociocultural comuns e, recriando práticas identitárias que se tornam visíveis na forma de ocupação do espaço comunitário, nas atividades de lazer, na atuação e participação sindical e em outros movimentos de reivindicação coletiva.

Ainda que, histórica e geograficamente, o Alto Uruguai Gaúcho, tenha se constituído em desdobramento das Colônias Antigas, das quais o Vale dos Sinos faz parte, o grupo migrante não é o colono retornado, embora o represente parcialmente. O migrante é detentor de um patrimônio sociocultural híbrido, que mescla elementos do modo de vida caboclo e do modo de vida colono, pois, ao longo das últimas quatro décadas, esta população miscigenou-se, étnica e culturalmente, com a população que lá se encontrava e com os descendentes de imigrantes que para lá se dirigiram. Em decorrência disso, o processo de interação na sociedade industrial do Vale dos Sinos ocorre de forma conflituosa e ambivalente, transparecendo diferenças. Ao se autodenominar Nós do Alto Uruguai, o migrante resgata valores culturais, legitimados em seu meio social de origem, renovando um sentimento de pertencimento social que passa a fortalecê-lo na disputa por posição e em sua afirmação social no meio de inserção. Os aspectos associados à cultura cabocla, já no meio social de origem, constituem-se fatores de distinção e, em geral, possuem valoração negativa, porque são associados à precariedade: indefinição étnica, deficiências no aprendizado, pouca iniciativa para os empreendimentos, indisciplina, insubordinação, volubilidade, comportamento paternalista, entre outros atributos. De outra parte, a representação colono, ainda que idealizada, ambígua e que, por vezes, tenha conotação depreciativa no meio-urbano-industrial,

no meio social de origem, carrega valoração positiva em seus atributos: produtor de alimentos, empreendedor, com capacidade para a intensificação do trabalho, disciplinado, pacífico, forte, entre outros.

Os não-migrantes, no espaço social de destino percebem o migrante como alguém pouco preparado, sem-paradeiro e, por vezes, arruaceiro e, costumam referir-se a eles como o **pessoal de Frederico**. Esta denominação surgiu de forma estigmatizada, associada, segundo relatos dos entrevistados, a alguns migrantes que vieram do município de Frederico Westphalen e fizeram baderna nas fábricas, no princípio da década de 1980. Esse grupo, no entanto, não representa a grande maioria dos migrantes provenientes dos municípios do Alto Uruguai, que é pacífica e ordeira.

A mudança nas relações sociais e de trabalho afetou as representações sobre o rural/urbano; o tradicional/moderno tanto para os migrantes, quanto para os membros da sociedade colonial teuto-brasileira no Vale dos Sinos.

A partir dos anos 70, as transformações da estrutura produtiva, decorrentes do aprofundamento da divisão social do trabalho, alteraram o conjunto de normas sociais, manifestações culturais e religiosas que caracterizavam a cultura e a sociabilidade do modo de vida colonial pré-industrial. A ampliação do mercado de trabalho e a monetarização das relações econômicas, baseadas no trabalho assalariado dos jovens operários da indústria de calçados, foram fundamentais para a ampliação da diferenciação social. Com isso lentamente um novo conjunto de valores passou a tomar corpo e a substituir os padrões de sociabilidade vigentes (SCHNEIDER, 1994). Na sociedade teuto-colonial-brasileira, ressalta Schneider (1994), antes da industrialização consolidar relações de trabalho tipicamente capitalistas, as relações entre operários e empregadores eram fortemente perpassadas pelo parentesco e por relações de interreconhecimento. Nesse ambiente de trabalho, em que se impunha o processo de produção capitalista e a racionalidade voltada para o cálculo e para o lucro, afloraram também as relações de sociabilidade remanescentes do modo de vida colonial. O parentesco, a religião e, sobretudo, a etnia estabeleciam laços que se sobrepunham à relação capital/trabalho *per si* (SCHNEIDER, 1994). Para a população de origem, em especial, germânica, as relações familiares são estabelecidas e perpassadas pela etnicidade.⁴⁸

A inserção do operário migrante, proveniente do meio rural, num primeiro momento, é funcional às exigências de baixa qualificação da indústria mas, na esfera das relações sociais, tende a quebrar o padrão de sociabilidade estabelecido na sociedade urbano-industrial teuto-

⁴⁸ Por **eticidade** entende-se o meio formativo cultural comum. Neste sentido, Seyferth (1982, p. 9) trabalha o conceito de germanidade.

brasileira. A integração social entre a população local e o migrante é frágil, o que tende a se acirrar com o fortalecimento das mobilizações sindicais, em meados da década de 1980.

Ao migrante é atribuído a instalação da precariedade, percebida nas precárias condições de moradia, no estilo de vida reprovado, na origem social e étnica e no baixo nível econômico e cultural. Deve-se ressaltar que, muitos deles, nem chegam a se inserir plenamente nas atividades do sistema de produção industrial (calçadista e metalúrgico) e exercem outras atividades no setor de comércio formal ou informal, afirmando-se com isso o risco de desfiliação (CASTEL, 1998, p. 532), uma vez que o trabalho é o grande integrador nas sociedades industriais.

Destacam-se como efeitos da presença do migrante sobre a população não-migrante: a instalação da precariedade, a degradação da condição salarial e a falência dos modos de transmissão familiar escolar e cultural que acirra o processo de desfiliação em relação às estruturas portadoras de sentido, tradicionais da sociedade teuto-colonial-brasileira. Entre o grupo migrante, são recriadas formas de solidariedade orgânica, por intermédio de laços de cooperação, do estabelecimento de tutelas tradicionais e da recriação da noção de pertencimento, fortalecida na atuação do migrante nas mobilizações em prol de sua comunidade de origem.

Em relação à precariedade (CASTEL, 1998) verifica que o migrante, no meio social e econômico de origem, sofre processo de desfiliação, entendido como ausência de inscrição do sujeito nas estruturas portadoras de sentido, tanto pelo fato de encontrar-se à margem do sistema produtivo local, quanto por suas especificidades socioculturais que destoam do modo de vida colonial predominante. No meio social de inserção, por sua vez, ocorre a continuidade das condições precárias de existência (moradia em subhabitacões, carência de saneamento básico e de transporte urbano, baixos salários e seletividade no processo produtivo) mas, através da migração ele recupera um sentimento de pertencimento, o qual lhe auferia maior respeitabilidade e possibilidade de afirmação social, tanto em seu meio de origem e no meio em que busca sua inserção social. Evidência da fragilidade na afirmação social do migrante, está na necessidade de demonstrar aparente melhoria nas suas condições de vida, quando nas freqüentes viagens que faz ao seu local de origem, apresentando-se bem vestido e transparecendo imagem de **sucesso**, a despeito de suas dificuldades e carências cotidianas.

Em relação ao objeto estudado, parece pertinente a abordagem de Candido (1977), quando refere-se à existência de uma verdadeira latência social e cultural, que manifesta a vitalidade da tradição caipira, com toda a rusticidade elementar de um modo de vida formado pela perda de padrões europeus e a adoção de padrões das sociedades primitivas (CANDIDO,

1977, p. 222). Entretanto, como alerta Candido (1977, p. 223), deve-se ter em vista a gradativa absorção dessas variedades culturais rústicas pelas culturas dominantes das cidades. Observa-se que o migrante do Alto Uruguai recria práticas e características embasadas em seu patrimônio sociocultural comum, as quais, sob certos aspectos, aproximam-se do modo de vida cabocla.

Entre os que emigram, o ajustamento à situação urbana, dadas certas condições econômicas mínimas, é quase sempre mais fácil do que poderia parecer (CANDIDO, 1977, p. 218) e, se deve ao fato de, mesmo no ritmo atual da incorporação rápida, o afastamento cultural entre os agrupamentos rurais e os centros urbanos ser menos abrupto do que se supõe. Isto pode ser visto na aceitação de um novo ritmo de trabalho, nas novas relações ecológicas, no consumo de certos bens manufaturados, na racionalização do orçamento, no abandono das crenças tradicionais, enfim, na individualização do trabalho quando da passagem à vida urbana.

Segundo Castel (1998, p. 531), a precarização do trabalho comandada pelas exigências tecnológicas e econômicas acarreta a “desestabilização dos estáveis” (grifo do autor). Essa precarização atinge, não apenas o migrante, como também, o operário local de origem teuto-brasileira, uma vez que não acompanhe as exigências propostas pelo processo produtivo e, é potencializada pela quebra das relações tradicionais e pelo sentimento de desfiliação. Evidência disso está na fragilização dos suportes relacionais e a perda de *status* social, o que o deixa na zona de vulnerabilidade social, a que se refere Castel (1998, p. 535).

Mas a perspectiva de precarização possui efeitos diversos sobre esses grupos sociais. Para o migrante o sentimento de identidade sociocultural; de pertencimento, recupera sua auto-estima no plano cívico e político e o impulsiona, através da criação de suportes relacionais, a participar nas associações de bairro, em grupos de discussão, partidos e sindicatos. Os movimentos reivindicatórios assim como a ampliação dos espaços comunitários em Sapiranga abrem possibilidades para a construção de um projeto coletivo. É comum ver-se famílias inteiras de migrantes ocupando os lugares públicos no centro da cidade, seja em atividades de lazer (passeios e encontros), seja fazendo uso dos serviços públicos (postos de saúde, etc.). A afirmação identitária com base na origem social, na comunidade de moradia, no estilo de vida e na valorização do espaço comunitário transparece mediante a ampliação das práticas sociais que são indicativos de inclusão.

No âmbito das relações sociais do migrante, transparece a importância que ele atribui aos interesses coletivos, especialmente nas práticas e mobilizações na busca do bem-comum. Este é um fator estigmatizante do grupo, assim como seu estilo de vida centrado em atitudes

espontâneas e afirmado na identidade social e na origem de procedência. Os migrantes se auto-definem como Nós do Alto Uruguai. Em relação à família, observa-se o fortalecimento da concepção de família ampliada, que não se restringe aos laços de sangue. A auto-denominação Nós do Alto Uruguai (por vezes associada à denominação Nós os Sapateiros) recebe a conotação de família. Observa-se a influência do parentesco e das redes familiares no processo de decisão de migrar, tanto quanto na constituição das redes de auxílio mútuo, através das práticas e estratégias de sobrevivência, que consolidam a migração. Neste aspecto existe um ponto de aproximação com a cultura cabocla, pois a base associativa cabocla está na família ampliada que inclui o compadrio. Seu sistema de organização do trabalho se orienta pela lógica da subsistência e, o tempo livre é um valor cultural (GEHLEN, 1998). Expressão da afirmação identitária do migrante está na ocupação do espaço público ou comunitário: o hábito de visitas mútuas, a roda de chimarrão e de prosa (hábito de se reunir para conversar e contar casos), idas às praças, clubes e bailões, a prática do auxílio mútuo, a atuação sindical, entre outras.

Os integrantes da sociedade teuto-brasileira local tendem a perceber a precarização como um processo de desestruturação do seu tradicional modo de vida, que costumava oferecer oportunidades para todos. Isso é traduzido num sentimento de perda de identidade, invasão e descaracterização de seu espaço social, pelo abandono das tradições e a mudança no padrão de comportamento. Tanto este processo de descaracterização cultural quanto a acentuada seletividade no processo produtivo e a mudança nos padrões de comportamento dos jovens operários, são atribuídos à presença e à influência do migrante. Muito embora, a vulnerabilidade econômica do mercado produtivo tenda a atingir ambos os grupos sociais, esses argumentos deixam transparecer as diferenças e conflitos no seio da sociedade em que o migrante busca sua inserção, que mostra-se ambígua ao revelar alguns traços de relações sociais modernas, típicos nas sociedades de mercado e de grande industrialização, convivendo com relações tradicionais, baseadas na solidariedade orgânica e em fortes vínculos familiares (expressões do tipo *gemeinschaft*) (CASTEL, 1998, p. 56).

Uma vez consolidada, a migração persiste a precariedade nas condições objetivas de existência do migrante e a deficiência em sua capacitação perante os parâmetros seletivos impostos pelo desenvolvimento do processo produtivo, mas também, torna-se evidente o fortalecimento de sentimento de pertença, fundamentado na condição social de origem e em seu patrimônio sociocultural.

Entretanto, há que se ressaltar que a sociedade industrializada do Vale dos Sinos integra uma camada social com alto poder aquisitivo e que possui uma visão de mundo

cosmopolita, que difere das características relativas às visões de mundo de tipos tradicional e moderna, as quais obedecem a peculiaridades e a condicionamentos regionais, que perpassam os demais setores sociais e, também, o grupo migrante. Essa camada diferenciada da sociedade teuto-brasileira no Vale dos Sinos, particularmente em Sapiranga, consome e desfruta de produtos e idéias de países e sociedades do Primeiro Mundo. Entretanto, para além do poder econômico, sustenta seu *status* e legitimidade, valorizando aspectos endógenos à cultura teuto-brasileira, fundamentada no sistema de colonização, por exemplo, incentivando e valorizando a representação da superioridade do trabalho alemão.

Na região industrializada do Vale dos Sinos, existe uma combinação de elementos. O tempo do relógio marca o ritmo do trabalho, impondo o elemento fundamental da racionalidade capitalista moderna, o individualismo que, associado à ideologia do valor trabalho proveniente do puritanismo na sociedade colonial alemã, fica ainda potencializado. De outra parte, o migrante encara o trabalho como meio de vida e, valoriza igualmente o tempo livre e o espaço comunitário. Além disso, as práticas de solidariedade e auxílio mútuo são recriadas na comunidade de moradia no sistema de mutirão para construção das casas, nas atividades da associação de moradores e no sistema de cuidado das crianças, a mãe crecheira, reafirmando-se sua capacidade de sujeição a mínimos de sobrevivência.

O depoimento abaixo mostra a transformação que os municípios do Vale dos Sinos, em especial Sapiranga, sofreu com o crescimento desordenado de vilas e o aumento da demanda por políticas públicas.

Sapiranga, por todos os problemas, não é violenta. O povo é pacífico, rústico, mas pacífico. Nós sentimos a necessidade de que o homem não saia do campo. A prefeitura faz campanha para o pessoal não vir. Nós também fazemos e, nos sindicatos rurais em que nós estivemos, pedimos para eles fazerem esta **formação** (grifo nosso) no programa de rádio e até no trabalho sindical, de modo a mostrar que a vida na cidade é muito ruim em relação a deles lá. Os industriais, pelo contrário, pois daí eles exploram mais facilmente.[...] Todo esse povo que veio de fora, a burguesia daqui se sente ameaçada porque está perdendo seu poder que era grande sobre a cidade. Hoje eles têm poder só no que é deles, na empresa deles, que é privado (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

O processo de trabalho na indústria calçadista é simples e não exige a qualificação da mão-de-obra. Por esta razão o migrante recém-chegado, completamente alheio àquele ritmo de trabalho, é bem aceito na condição de aprendiz. João dos Santos, líder comunitário e Diretor Sindical, após ter trabalhado três anos como auxiliar, relata o seguinte:

Eu conheço todas as etapas necessárias no trabalho da fábrica. Então eu poderia ser um gerente da empresa hoje, se eu não tivesse saído, mas eu achei que não era para mim. Eles me ofereceram para pegar de chefe do

setor. Eu disse que não, que tem tantas outras pessoas mais qualificadas do que eu que poderiam pegar. [...] Uma coisa que, para a minha pessoa, eu me sentiria magoado é se me tocasse de chegar num parceiro meu de serviço, repreendê-lo por estar fazendo um serviço mal feito, porque ele é um aprendiz que está começando há pouco tempo ou por causa que o material não era bom e eu mandei ele fazer um serviço e o material não prestou. **Eu acho que, assim como eu pego e faço o serviço, eu não preciso do chefe estar me mandando e vendo se está certo ou errado, não acho certo chegar por qualquer coisinha e repreender o aprendiz** (grifo nosso). [...] Eu saí da empresa porque vim trabalhar no Sindicato e não vi, não tem, um trabalhador, até hoje, que diga: ‘o João me repreendeu dentro da empresa porque era auxiliar’ ou que diga: ‘o fulano se aproveitou do cargo que exerce para me repreender’. Isso é coisa que eu não faço (JOÃO DOS SANTOS, entrevistado n.º 12).

Neste depoimento, fica claro o valor que o migrante atribui à autonomia do trabalho e à dimensão de sociabilidade nessa esfera. Para além de ser uma relação competitiva (característica das relações de trabalho modernas), o trabalho é um ambiente de companheirismo, de laços solidários.

Decorre daí, o incremento dos conflitos perpassados pela etnicidade que fazem ressurgir a ambivalência colonização/caboclicização, sugerindo-lhe como significações correlatas as noções de progresso/atraso, com valoração positiva e negativa, respectivamente. Nas décadas de 1980 e 1990 **o novo imigrante** no Vale dos Sinos é o migrante do Alto Uruguai Gaúcho. O processo de interação social decorrente de sua presença é conflituoso e expressa tensões, a exemplo do que ocorrera em meados do século XIX, entre os primeiros imigrantes alemães e os novos imigrantes.

Sobre os traços identitários do migrante:

Ao se auto-definir como Nós do Alto Uruguai, o migrante resgata o sentido de família ampliada, aproximando-se à concepção cabocla, mas isso não ocorre de modo puro, pois, também, lhe é constitutiva a concepção que o colono tem da terra. Isso é evidente no valor que ele atribui à propriedade da terra, quando somente admite a hipótese de retorno à situação de origem, na condição de dono da terra. Ao proletarizar-se, no entanto, fica evidenciado que, na prática, a terra é valorizada pelo migrante como espaço em que vive e secundarizada como propriedade ou posse.

No contexto de industrialização do Vale dos Sinos, no qual as disputas por posições sociais e *status* entre a população local de origem germânica e os migrantes se acirram, o termo colono, quando associado à origem social do migrante, recebe outro significado.

Colono passa a não mais significar inovação e modernidade, mas sim, rudimentaridade e atraso. Além disso, para a população de origem teuto-brasileira de Sapiranga é fortalecido o sentimento de pertencimento pela origem étnica.

Ao reconstruir relações sociais baseadas na solidariedade de vizinhança, tais como o sistema de mutirão para a construção de habitações em áreas verdes e o serviço de mãe crecheira instituído para o cuidado das crianças nos bairros em que vive, o migrante aproxima-se das práticas de solidariedade de vizinhança da cultura cabocla (CANDIDO, 1977, p. 209), que promovem a interdependência das famílias, contribuindo para integrá-las no grupo e, revelando sua característica de adaptabilidade e de sujeição a mínimos de sobrevivência.

Ao expressar de modo contraditório o valor que atribui à autonomia de trabalho e à mobilidade, embora rejeite a condição de assalariado e/ou de meeiro no meio rural, significativa parcela do grupo migrante se sujeita ao assalariamento e à autoridade do patrão na indústria, o que inviabiliza sua autonomia, alterando seu desempenho e sua organização de tempo.

A moral cabocla, pode ser traduzida num sentimento de lealdade com base na identidade de origem e na condição social, nas práticas de solidariedade e na noção de família ampliada - Nós do Alto Uruguai.

As práticas de lazer e valorização do espaço comunitário são verificáveis no hábito de visitas mútuas, na frequência a bailes e parques, no jogo de bocha e de futebol e, em encontros para matear e prosear.

Na rotatividade de emprego, que é vista pelo operário de origem teuta como fator de desprestígio e, para o migrante, significa a não sujeição à exploração o que expressa a tendência à mobilidade, característica da cultura cabocla.

No comportamento político e nas relações pessoais e profissionais, quando apresenta tendência à insubordinação e à contestação, motivados e embasados por patrimônio sociocultural e afirmados nos laços de origem e na valorização de carisma pessoal.

Na valorização do espaço público e da reivindicação coletiva, perceptível na tendência a apoiar politicamente candidatos provenientes da região de origem - o Alto Uruguai.

Deve-se destacar que existem ambivalências na concepção do migrante sobre a vida no meio rural (no campo) e sobre a atividade exercida na roça. Esta atividade está associada aos atributos de insegurança e risco, ao mesmo tempo em que ao sossego e a melhor qualidade de vida. A vida na cidade e a atividade na fábrica, por sua vez, são associadas à segurança e, ao mesmo tempo, à intranquilidade (violência, corre-corre).

Os elementos acima destacados conduzem à análise empreendida a constatar que, na busca por inserção social, a integração do migrante é conflituosa. Esses conflitos se expressam nas afirmações socio-identitárias, nos valores e na concepção de bem-comum.

4.2 O processo decisório de migrar e a identidade sociocultural do migrante

Concebendo-se a migração como um campo de processos identitários que, possibilita a mudança ou a transformação das condições objetivas de vida, mas, que também, oportuniza a recriação dos aspectos identitários que condicionam a ação social e, atentando-se às ambivalências e aos conflitos existentes no seio das representações socioidentitárias, verifica-se que o migrante de origem camponesa, proveniente do Alto Uruguai Gaúcho, traz consigo diferenças culturais, as quais evidenciam diferentes racionalidades: o modo de vida tradicional e o modo de vida moderno. Essas diferenças estão expressas no estilo de vida, na concepção de trabalho e de família, no valor atribuído à terra e ao salário, nas práticas sociais e em sua atuação na atividade produtiva.

O migrante vive conflito entre a lógica da subsistência, do caboclo e, a lógica da produtividade, do colono. Partilhando da racionalidade cabocla que obedece à lógica de subsistência, para a qual o trabalho é importante como meio de vida; a terra é valorizada como bem-comum e lugar para se viver; o salário pode significar sua afirmação identitária e a garantia de sobrevivência, além de viabilizar sua inserção social e, a família é fortalecida pelos laços de compadrio, podendo ser ampliada no âmbito de sua rede de sociabilidade em que o tempo livre para convivência é valorizado.

No entanto, no espectro de suas representações, transparece a influência da racionalidade colonial moderna, que obedece à lógica da produtividade, para a qual o trabalho é o elemento central. A propriedade da terra é condição de reprodução e de afirmação social. As representações identitárias de si e do outro são produzidas por meio de estigma e não afetam substancialmente a posição de classe do migrante, na sociedade de origem e naquela em que busca sua inserção. Essas representações estigmatizadas revelam disputas por prestígio e afirmação social em ambas as sociedades. Na sociedade de origem, o migrante ocupa posição de subalternidade e evidencia precariedade em suas condições de vida, na esfera do trabalho e na esfera da sociabilidade. Na sociedade em que busca sua inserção, dada a acentuada diferenciação sociocultural, permeada pela etnicidade (o germanismo), outros elementos na esfera da sociabilidade são elencados de forma estigmatizada, são eles: hábitos

de convivência, concepção do espaço comum e privado, disposição para mudanças e mobilizações em prol dos interesses comunitários (na atuação sindical, partidária e associativa).

Em relação aos fatores estigmatizantes, pode-se dizer, segundo Goffman (1982, p. 17), que o estigma surge em situações de luta por posição num espaço social em conflito, no qual existe situação de risco de perda de *status quo*. É um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, cuja área de manipulação pertence à vida pública, o qual envolve um conjunto de indivíduos (estigmatizados e normais), constituindo-se num processo social de dois papéis, no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. Portanto, o papel dos normais e dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes de um mesmo tecido padrão (GOFFMAN, 1982, p. 13).

O migrante, em virtude de seu comportamento e estilo de vida, recebe sobre si atributos, tais como: insubordinado, desleixado, impaciente, volúvel, sem paradeiro, de pouca compreensão e pouco preparo. De outra parte, refere-se ao alemão local como aquele que assume o comportamento do patrão, da burguesia.

Ainda que a maioria dos migrantes recém-chegados, no final dos anos 70 e na primeira metade da década de 1980, fossem jovens (nem todos eram), o estigma de impaciente e sem paradeiro não encontra justificativa na tipicidade do comportamento do jovem. Parece sim, estar relacionado ao patrimônio sociocultural do migrante que, em sua maior parte, possui uma herança cultural mais próxima ao modo de vida caboclo, fortemente influenciado pela tradição indígena, no qual, diferentemente do modo de vida colonial (incluindo as colônias alemãs e italianas), não é cultuado o apego à propriedade e, a própria atividade laborativa é entendida como um meio de garantia de sua subsistência, sem preocupação com a acumulação.

Além disso, dada à experiência anterior, como trabalhador agrícola, a noção cíclica do tempo de trabalho, a qual estavam acostumados, ao ser modificada para uma jornada diária de oito horas de trabalho, no ambiente fechado e formal, contribui para explicar essa possível dificuldade ou diferenciação no processo de adaptação ao ritmo de trabalho urbano. Isso, contudo, não tem a ver com dificuldade na assimilação do processo de produção industrial, uma vez que o mesmo, sob o sistema taylorista, caracteriza-se pela simplificação no processo de produção. De outra parte a sujeição aos baixos rendimentos pela garantia do salário regular e outros direitos sociais evidenciam a situação de penúria e precariedade vivenciadas pelo migrante, na sua condição anterior, de agricultor familiar. Essa questão transcende a origem étnica, pois muitos dos migrantes, embora miscigenados ou descendentes diretos de

imigrantes europeus, tais como, alemães, italianos e poloneses, apresentam características muito mais próximas à cultura cabocla, condição que facilitou seu ingresso na sociedade, fragmentada e recente, da região do Alto Uruguai.

Nesta perspectiva, o peso dos condicionantes étnicos é relativo em se tratando de um processo de integração numa sociedade diversificada e conflituosa na qual os agentes, ainda que, no nível das representações, recriem elementos identitários vinculados a sua condição anterior, para impor-se na sociedade de inserção.

Sobre o contexto que origina a valorização do colono e o preconceito em relação ao caboclo

A condição social do migrante deve ser compreendida à luz de sua origem social e das características do processo de ocupação e colonização do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A implantação do Sistema Colonial no Estado do Rio Grande do Sul realizou o objetivo da Lei de Terras, datada de 1850, transformando terras devolutas em mercadoria e criando um campesinato parcelar, ao mesmo tempo em que expropriou o posseiro. Por iniciativa da oligarquia pecuarista, associada a grupos sociais emergentes provenientes das colônias alemãs instituídas pelo Império, foram empreendidas as empresas colonizadoras (WOORTMANN, 1995, p. 97).

O movimento emigratório caracterizava-se por famílias numerosas e, com a implantação do sistema de produção agrícola familiar, gerava um excedente populacional ao qual cabia a migração em busca de novas terras. Neste sistema, tanto o fracionamento da propriedade colonial, como sua indivisão, são fatores que conduzem à migração, porque as parcelas de terra tornam-se crescentemente insuficientes para a produção e reprodução social (WOORTMANN, 1995). A migração é funcional à preservação da condição camponesa.⁴⁹ Acirrando a disputa pela terra, a expansão da colonização pressionou a população cabocla que, tradicionalmente, garantia suas condições vitais pela posse do solo, cultivando-o para a subsistência familiar. Entretanto, em relação à agricultura familiar do sul do País, o esgotamento das terras na fronteira agrícola e a mudança nas diretrizes político-econômicas,

⁴⁹ Este trabalho considera a definição de **campesinato**, como categoria social para a qual a família é a unidade econômica básica, não assalariada, onde o grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho agrícola. Ver: SHANIN, 1980; TEPICHT, 1973; GALESKY, 1977.

com a implantação da política de substituição de importações na década de 1950, conduziram à constituição de uma parcela da população excedente que vislumbrou a possibilidade de inclusão social através da proletarização urbana. Outra parte da população ingressou nas frentes de colonização no norte do País e, por sua vez, enfrentou a seletividade do processo, vindo a engrossar o movimento de proletarização. Como alerta Santos (1993) critérios de produtividade são estabelecidos e os colonos que não conseguem cumpri-los são abandonados pelas agências de colonização, tanto do ponto de vista material como ideológico.

Mas, subjacente à questão da seletividade constitutiva ao processo colonizatório, encontra-se a diversidade sociocultural do migrante, que também interfere no processo decisório de migrar.

Colono e caboclo são representações conflitantes operando nos mesmos sistemas classificatórios que permitem colocar em ação os processos e diferenciação/identificação, através dos quais o grupo de imigrantes foi positivamente particularizado (MEYER, 2000 p. 127). Os imigrantes europeus (em sua maioria alemães e italianos) estavam inseridos no contexto de implantação da política oficial de colonização, a qual visava a afirmação e a modernização do sistema agrário pela implantação do sistema agrícola familiar e a ocupação das zonas de fronteira.

Como diz Meyer (2000, p. 120), a identidade é construída de forma complexa e sob difusa rede de interesses religiosos, políticos, econômicos, nacionalistas e corporativos que se articulam e se confrontam de modo diverso. Esse pressuposto é válido para o entendimento das coletividades que foram ao longo do processo de povoamento brasileiro, identificadas como caboclo e colono.

Embora assumindo a lógica da produtividade imposta pelo Projeto de Colonização que visava consolidar a economia agrária, no decorrer do processo colonizatório, os imigrantes se constituíram numa população instável e de vida precária (PRADO JUNIOR, 1957, p. 252). A “vocação agrícola do colono” é, nesse sentido, uma justificativa ideológica para a implantação da política de imigração. Entretanto, as falhas e os problemas que surgiram neste processo, muitos deles de responsabilidade do Estado, fizeram com que o imigrante europeu também vivenciasse a condição de precariedade que delineou a trajetória histórica dos povoadores nacionais.⁵⁰ E, para dificultar ainda mais o alcance do objetivo do Projeto Colonizatório, significativa parcela dos imigrantes, efetivamente, não possuía experiência na atividade

⁵⁰ A categoria **nacionais** é mais ampla do que a categoria caboclo, pois a abrange diferentes setores sociais. O presente argumento, entretanto associa o termo “povoadores nacionais” aos setores sociais não detentores de poder político e econômico na Sociedade Brasileira.

agrícola; ao contrário, muitos traziam consigo a tradição artesanal que, no caso do Vale dos Sinos, veio a impulsionar o desenvolvimento da indústria metalúrgica e calçadista, em meados do século XX.

Em situações de instabilidade, de crise, as diferenças entre os grupos sociais ficam potencializadas e, também a relação identidade/alteridade. No espaço social de destino do migrante, isto pôde ser percebido tanto quando da chegada de imigrantes alemães, por volta de 1845, na relação que estabeleceram com os primeiros imigrantes, chegados em 1824, como observa Amado (1978), quanto na reação dos migrantes provenientes das Colônias Novas para com a população local das Colônias Velhas e, vice e versa.

Estudiosos do sistema de colonização e da cultura alemã (WILLEMS, 1946; AMADO, 1978; WOORTMANN, 1995) ressaltam que a primeira leva de imigrantes alemães chegados ao Vale dos Sinos, em 1824, apresentava heterogeneidade, trazendo consigo diferentes valores morais, tradições e habilidades. Além disso, a Alemanha deixada por eles seria muito diferente daquela deixada por outros imigrantes alemães, trinta anos mais tarde. Esses imigrantes tiveram que passar por duplo processo de adaptação: o primeiro, interno, numa busca de identificação como grupo; o segundo, externo, foi relativo ao meio ambiente novo e hostil no qual foram praticamente abandonados.

As condições de precariedade vivenciadas pelos imigrantes alemães que, vivendo em situação de isolamento (AMADO, 1978; WILLEMS, 1946), devido a pouca atenção recebida pelo promotor da colonização, o Império Brasileiro, tiveram que se adaptar à brusca mudança em seus hábitos e práticas sociais e religiosas, representaram quebra em seus rígidos padrões de comportamento, flexibilização dos códigos morais e de costumes, com a inclinação ao abuso no consumo de bebidas alcoólicas e às tensões no relacionamento entre os membros da comunidade e entre esta e a sociedade que a englobava. Entre eles encontravam-se protestantes e católicos e, segundo Amado (1978), superstições e misticismo, embora próprios aos colonos alemães, foram intensificados com o contato com os brasileiros. Nos primeiros tempos, os brasileiros mais bem aceitos em São Leopoldo talvez tenham sido os curandeiros e benzedoras, logo assessorados por aprendizes teutos: em 1854 contavam-se na colônia um mínimo de cinco curandeiros brasileiros e três alemães, além das benzedoras ambulantes que percorriam todas as Picadas, e dos videntes, dois brasileiros e um teuto-brasileiro. Pode-se dizer que os imigrantes, em certa medida, sofreram processo de caboclicização em relação à comunidade germânica chegada tardiamente.

À época da implantação do sistema de colonização, a sociedade riograndense apresentava contrastes que a dividiam em sociedade pastoril da campanha e sociedade

agrícola do litoral e, começavam a se delinear diferenças entre a sociedade rural e a sociedade urbana. Os aspectos variados e complexos que a aculturação assumiu (WILLEMS, 1946, p. 198), perpassaram divergências culturais internas no meio nativo que complicaram os problemas relacionados com as diferenças culturais entre os imigrantes e, entre imigrantes e nativos.

Os imigrantes desprezavam as características atribuídas ao tipo social caboclo (o pescador e o pequeno lavrador litorâneo), tais como, indolência, falta de previsão e atraso mental. Como ressalta Willems (1946, p. 199), à tendência do imigrante germânico em classificar o caboclo como representante de uma cultura inferior, correspondia o reconhecimento espontâneo, pelo caboclo, da “superioridade” (grifo do autor) cultural dele imigrante. Muito diferente era a situação na Campanha (WILLEMS, 1946), uma vez que, além da dominação política dos estancieiros, aos olhos do imigrante, a atividade pastoril era valorizada e admirada.

De modo a garantir sua sobrevivência, os primeiros imigrantes, com o tempo, incorporaram elementos da cultura nativa. Os outros, chegados mais tarde, espantavam-se com os compatriotas, julgando-os totalmente diferentes de todos os alemães que haviam conhecido até aquele exato momento. Eles estranhavam a vestimenta dos velhos imigrantes, que lhes parecia uma excêntrica miscelânea de trajes regionais da Alemanha com ponchos, bombachas, botas, chapéus de palhas e camisas quadriculadas e, não reconheciam a alimentação: ao lado da batata, da salsicha e do trigo, estavam a mandioca, o charque, o chimarrão, o chuchu e a abóbora. A língua tornara-se uma mistura de dialetos alemães com palavras desconhecidas (stanz = estância, bombaschen = bombachas). Muitos imigrantes recém-chegados achavam que seus compatriotas tinham decaído moralmente, deixando de se preocupar com os aspectos mais dignos da existência para se dedicar apenas ao lado material. Não aceitavam, por exemplo, as bebedeiras e lutas generalizadas na Venda, para festejar as boas colheitas. Escandalizavam-se com o uso de palavrões, muito mais frequentes do que podiam admitir. E chocavam-se com a transformação do *Kerb*, originalmente a festa votiva da paróquia, transformada numa estrondosa comemoração coletiva, muito mais leiga do que religiosa. Os recém-chegados lastimavam também a ignorância dos colonos: eles nada sabiam do que ocorria no mundo, no Brasil, e muito menos na Alemanha. O mundo deles começava no lote de terra e terminava no núcleo de São Leopoldo (AMADO, 1978, p. 47-48).

Em relação ao imigrante alemão, cuja cultura contrasta frontalmente com o migrante em estudo, em seu espaço social de origem e no espaço social em que busca sua inserção, o atributo colono, segundo Meyer (2000, p. 171), constituiu-se no núcleo do processo em que se

buscava costurar as diferenças internas do grupo, de um modo tal que estas diferenças pudessem submergir quando se apresentava, para o conjunto da sociedade brasileira, por exemplo, o sujeito teuto-brasileiro. Esse atributo e a expectativa social que recaía sobre ele, encobria as diferenças culturais, de linguagem e de trajetórias de vida.

No âmbito das afirmações identitárias, diante da experiência da imigração italiana e germânica, no Estado do Rio Grande do Sul, as opiniões contra o negro e o caboclo se fortaleciam. O êxito das colônias, ao cumprir as expectativas do projeto colonizatório oficial, reforçaram a tese da superioridade do trabalho do colono (ZARTH, 1998, p. 58), ainda que seja reconhecido o fato de que o negro e o caboclo tenham tido forte participação em atividades diversas tais como aquelas próprias das estâncias, das charqueadas, das olarias e das atafonas.

Em relação à constituição social do caboclo, ao proletarizar-se, ele rompe com sua precária estabilidade social (CANDIDO, 1977). A falta de terra o exclui e o aniquila, já que não cumpre sua reprodução (GEHLEN, 1998). Mesmo considerando o que os estudiosos da cultura cabocla enfatizam sobre os efeitos da proletarização e a perda do vínculo com a terra pelo caboclo, este estudo mostra que o tipo social caboclo preserva-se culturalmente recriando sua identidade pela afirmação da origem comum e pela recriação de práticas e relações sociais no âmbito da comunidade de moradia e no estilo de vida.

O estudo mostrou que a caboclicização, descrita também por Meyer (2000), é um processo de incorporação, adaptação, reformulação e exclusão de saberes e, germanismo é uma homogeneidade cultural construída, como representação do real que expressa convergência e divergência na busca por impor sua autoridade e em transformar-se em senso comum.

Tendo-se presente as características associadas à cultura cabocla, tais como precariedade, sujeição a mínimos de sobrevivência, rusticidade, tendência à mobilidade/cultura itinerante, valorização do tempo livre, práticas de auxílio mútuo, relações de parentesco e vizinhança (CANDIDO, 1977), pode-se destacar elementos identitários e situações de vida do migrante estudado que se aproximam da cultura cabocla e, outros, que se aproximam da cultura colonial.

Dentre as características do migrante, que são fatores estigmatizantes na relação identidade/alteridade do migrante e nos conflitos estabelecidos no campo social de inserção – a sociedade teuto-brasileira de Sapiranga –, está a **rotatividade**.

A presente análise procura demonstrar que a rotatividade é uma forma de expressão do nomadismo, como traço cultural do modo de vida caboclo, incorporado pelo migrante e expressa nas constantes mudanças de locais de trabalho.

O significado da rotatividade é diferenciado para a população local e para a população migrante. Perguntado sobre a permanência do operário na empresa, Luis Prezzi, Vereador e ex-Secretário de Administração do município, respondeu que os técnicos, em geral, ficam na empresa:

Agora, esses outros que não se adaptam muito bem, que vem da roça, mudam mais seguido. Porque esses a empresa dispensa. Ela, precisando de mão-de-obra, não quer nem saber, faz contrato de 60, 90 dias e, não dando certo, seleciona outro. Tem gente que já passou por oito empresas mas, daí a carteira fica marcada. E tem aqueles que vão terminar se aposentando. **Uma parte, talvez 20%, adotam aquela empresa como sua casa. Eles trabalham com dedicação e a defendem com unhas e dentes** (grifo nosso) (LUIS PREZZI, entrevistado n.º 29).

O depoimento de um administrador público municipal evidencia a centralidade do trabalho na sociedade em que o migrante busca sua inserção. Dentro da perspectiva racional moderna, a rotatividade expressa a seletividade do operário que não se adapta às exigências do mercado produtivo. Contudo, sob outro aspecto enfocado, essa característica relaciona-se à capacidade de adaptação do migrante ao novo ritmo de trabalho. A este respeito, Clóvis Kauffman, migrante proveniente do município de Mata na década de 1960 e empresário na indústria de cartonagem, diz:

A causa da migração está mais na abundância de oferta de trabalho do que na segurança do salário regular. A **mentalidade anual** (grifo nosso) do colono, devido a safra agrícola, se opõe a rapidez do processo de desenvolvimento do trabalho na indústria. Por isso os migrantes param na primeira faixa de emprego, não especializado. Por outro lado, da parte dos industriais não existe planejamento para o pessoal recém-chegado, nem no sentido de aperfeiçoamento, nem proporcionando infra-estrutura (CLÓVIS KAUFMANN, entrevistado n.º 8).

A indústria calçadista sapiranguense, diz Clóvis Kauffman está organizada em bases gerenciais familiares, o que dificulta o aperfeiçoamento exigido pelo mercado externo. Além disso, entre os industriais, o nível de entrosamento/relacionamento é proporcional ou equivalente ao porte da empresa.

Para o trabalhador proveniente da agricultura, a atividade na indústria calçadista (principal atividade da região), por ser contínua, exige alterações no comportamento do empresário e melhor e maior qualificação do profissional o que, difere da atividade agrícola. Segundo o referido empresário, fatores como a persistência e a subordinação do migrante recém-chegado colaboram em sua aceitação. Por outro lado, pessoas que já migraram há um certo tempo não se fixam no trabalho, pois consideram a atividade desgastante e repetitiva e

aprendem mecanismos de “malandragem” para ficarem por período breve em cada serviço (CLÓVIS KAUFMANN, entrevistado n.º 8).

A respeito da rotatividade, João dos Santos, líder comunitário e Diretor do Sindicato da Indústria e do Vestuário de Sapiranga, comenta que “existe diferença entre a mão-de-obra estabelecida em Sapiranga e a mão-de-obra recém-chegada. Porque o profissional mais qualificado ele diz: ‘não, eu só trabalho se for tanto a hora’ ” (entrevistado n.º 12):

[...] aí é que pega a questão da rotatividade, porque havendo uma empresa que paga melhor, eu sou um montador, eu saio daqui e vou para outra empresa que tem uma vaga então, abre espaço para outro aqui. Sai outro de lá, porque não se deu bem com o chefe e tal e vai para outro emprego, abre outra vaga. Isso acontece como uma agulha zigue-zague que está sempre, toda a vida se cruzando (JOÃO DOS SANTOS, entrevistado n.º 12).

De modo diferente, o migrante entende a rotatividade como um processo em que, ele operário, atua ativamente em busca de novas oportunidades. Pode-se estabelecer analogia entre esta disposição para a mobilidade, marcante no operário de origem rural, e a tendência ao nomadismo, característica do tipo social caboclo. Neste sentido, indo-se ao encontro da análise feita por Candido (1977) é ilustrativo destacar:

[...] a urbanização veio propiciar ao caipira, no plano ecológico, novas manifestações da sua velha e já aqui muito comentada tendência ao nomadismo. Não se trata mais agora da agricultura itinerante, nem da busca de novas terras para substituir as que se tornam inóspitas por cansaço ou expulsão. Trata-se, da mobilidade como fuga à sujeição econômica total – seja mudando de lugar na mesma área, seja buscando zonas pioneiras, seja rompendo com o passado e migrando para a cidade (CANDIDO, 1977, p. 222).

Perguntada sobre a diferença no ritmo de trabalho na agricultura e na indústria, Evanir Wolff responde:

Eu acho que o trabalho é mais intenso aqui, na indústria. Na agricultura se tu vais para a roça hoje, está bom. Mas, se tu tens uma **dorzinha de barriga** (grifo nosso), tu não vais e recupera depois. Dentro de um processo de produção, numa esteira de fábrica, aquele trabalho tem que ser feito. A noção de trabalho é diferente. O tempo do trabalho, a necessidade de fazer alguma coisa para o outro andar - o fluxo da produção tem que andar. Na agricultura isso não acontece sem prejuízo do produto final. Não vejo que eles tenham dificuldade de se adaptar ao trabalho, mas sim, de entenderem a importância daquilo que estão fazendo (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

A empresária Evanir Wolff acentua o peso do “bom resultado do trabalho” à compreensão das necessidades do processo produtivo e subordina a isto às questões culturais, igualmente, ao seu próprio estranhamento cultural quando de sua chegada à Sapiranga. Isso reflete seu nível de assimilação e também a posição que ela ocupa na estrutura social. Seu

posicionamento está comprometido com os interesses específicos de sua condição de empresária e pela racionalidade do trabalho que visa produtividade e lucro.

Logo de sua chegada, os migrantes costumam reclamar do novo ritmo de trabalho, mas depois adequam-se a ele. Segundo Márcio Albarello, condutor de ônibus que transporta os migrantes de Erval Seco para Sapiranga, “eles dizem que é por pouco tempo, que vão ficar lá. A idéia é adquirir um capitalzinho e voltar para a nossa região porque lá não é futuro” (MÁRCIO ALBARELLO, entrevistado n.º 31).

O migrante do Alto Uruguai se adapta facilmente ao novo ritmo de trabalho e à mudança no ritmo de tempo. Estranha, mas se sujeita, trabalhando horas superiores à jornada regular e vivendo em moradias, na maior parte dos casos, muito precárias (nas áreas verdes; nos beira-trilhos), nas quais, não raras vezes, vários membros de uma só família partilham um espaço muito pequeno. Entretanto, a garantia de ganho, através do salário regular é privilégio daqueles que possuem vínculo no mercado de trabalho formal. Em muitos casos, o rendimento é obtido através da prestação de serviços na atividade de serventes de limpeza, trabalhadores da construção civil e, em outras atividades na economia informal, tais como: em *ateliers* de costura, em bares e em pequenos armazéns nos quais são vendidos também produtos trazidos da colônia.

Ainda que sofra os efeitos da alteração no ritmo de trabalho e na transposição do tempo cíclico (condicionado pelas safras agrícolas) ao tempo do relógio, o migrante se adapta às novas condições de vida e tende a recriar suas práticas socio-identitárias. Essas práticas, a exemplo, do trabalho solidário e da ocupação dos espaços públicos para atividades de lazer e de reivindicação, são aspectos que atenuam a ruptura e que reforçam sua auto-estima do grupo, sendo indicativo de sua busca por reconhecimento e afirmação social. Para ele é igualmente importante o tempo do trabalho, investido na garantia de suas condições de sobrevivência, assim como o tempo da convivência.

Outra característica do recém migrado é a manutenção de laços de vida em comunidade (manutenção da rede familiar, respeito à autoridade paterna, aos valores morais e éticos, etc.), reforçados pela tendência à manutenção de vínculo com a comunidade de origem no Alto Uruguai, em freqüentes viagens ao lugar de origem em visita a parentes para atividades de lazer, eventos festivos ou simplesmente a passeio.

Ao sujeitar-se a condições precárias de existência, o migrante expressa sua capacidade de adaptação às condições estruturais e de recriação de suas características culturais num campo em conflito, no qual as representações se impõem na busca por sua afirmação identitária. A presente análise percebe correlação entre o processo de adaptação e

ressocialização vivenciado pelos imigrantes, nos primeiros tempos da sociedade colonial alemã e o processo vivenciado pelos migrantes rurais, quando buscam sua inserção na sociedade teuto-brasileira. Especialmente, quando da recriação de elementos culturais próximos à rusticidade do modo de vida caboclo. Caboclização, pois, fundamenta-se na predisposição cultural associada às condições estruturais tais como: isolamento, rusticidade e prática de auxílio mútuo e, não está diretamente relacionada com a questão étnica.

Em relação à avaliação do **significado da migração**, é ilustrativo o depoimento de Marcio Albarello:

Todos os fim-de-semana a gente está viajando para lá. A gente nota que tem gente que está aventurando a vida. Acham que a terra que tinham era pouca, não servia. Na minha opinião tudo o que se tem deve ser preservado, cuidado. Nem que sofra um pouco. Porque a maioria das fábricas, lá em Sapiranga, está lotada. Eles não sabem. De repente, eles podem acertar, ou eles podem se arrepender depois. Quando pensam em viajar e ir embora para lá, os grandes compram o pouco que eles têm. Daí os caras vão para lá, não dá certo e viram no que dá: **gente sem terra por aí, aventurando a vida** (grifo nosso) (MÁRCIO ALBARELLO, entrevistado n.º 31).

O texto acima atesta o perfil do migrante e sua posição de subalternidade, no espaço social de origem. Mas, além disso, faz transparecer a concepção vigente naquele meio social de que a terra é condição que assegura a reprodução social do colono-camponês. Nesta perspectiva, migrar significa perder esta condição e ficar à deriva de uma aventura.

Em relação à importância do salário para o migrante, pode-se dizer que isso refere-se à garantia da subsistência familiar. O salário assegura direitos e representa poder de consumo (acesso a crédito), garantindo sua sobrevivência, mas a estrutura de integração é instável (CASTEL, 2000). O migrante adapta-se à condição de assalariado, mas não assimila ou incorpora a centralidade do trabalho. O tempo livre, associado ao que Candido (1977) denomina como **margem de lazer**, permanece importante na visão de mundo do migrante aproximando-se, nesse sentido, da racionalidade cabocla. Embora valorize o poder de consumo que o salário oportuniza, o migrante não prioriza o aumento da produtividade. Perdura para ele a lógica da subsistência e o ambiente de trabalho é, por ele, valorizado como *locus* de sociabilidade. O tempo investido no trabalho é o tempo necessário para garantir suas condições básicas de sobrevivência, mas o tempo do lazer é igualmente importante.

De outra parte, para o não-migrante plenamente inserido na sociedade urbana-industrial, predomina a lógica da produtividade para a qual o trabalho é elemento central. Nessa ótica, o migrante mostra-se pouco capaz de adequar-se ao ritmo e às demandas do mercado industrial, o que se constitui em elemento para sua estigmatização.

O migrante em estudo não pode ser associado ao colono-operário, pois, na prática, rompe com a condição de agricultor, passando a não mais exercer a atividade agrícola. Ainda que alguém da família permaneça na terra (pai ou mãe ou, irmão), a migração não ocorre para a reprodução da unidade de produção agrícola familiar. Na região de origem do migrante, a regra é sair e não permanecer. Percebe-se isso em sua origem social porque em sua maioria, fez trajetória não de proprietário de terra, mas de meeiro, posseiro e peão, não tendo conseguido inserção no processo de desenvolvimento da agricultura monocultora do Alto Uruguai e, por isso, não tendo se sujeitado à permanência na atividade agrícola na condição de assalariado. Mas, dado que representações e práticas evidenciam conflitualidades, neste plano, o migrante assume para si a representação do colono em relação à terra. Assim, a possibilidade de retorno existiria somente na condição de proprietário, com autonomia no trabalho e plenamente inserido no sistema de produção. Esta é a utopia⁵¹ relativa à situação anterior.

A recusa⁵² à venda da força de trabalho no campo evidencia o estado de precariedade e a posição de subalternidade vivenciados pelo migrante no meio rural. Uma vez que, na sociedade rural, a condição de assalariado indica subalternidade e é fator de desprestígio, nesse campo de relações, o migrante assume a representação de colono para o qual a propriedade é elemento constitutivo para sua afirmação social. De outra parte, a sujeição a baixos salários e às precárias condições de vida revela sua capacidade de adaptação e sujeição a mínimos de subsistência, características do caboclo-camponês.

Aspectos culturais híbridos são expressos, por exemplo, na forma como o migrante vivencia a condição de precariedade e, contraditoriamente, no modo como assume a representação do granjeiro, monocultor de culturas de exportação. Isso se traduz no argumento de que **Eles do Alto Uruguai** possuem a melhor agricultura do Estado porque produzem em quantidade e em diversidade diferenciando-se **Dos Daqui** que produzem culturas de subsistência em pequeno vulto: tambo de leite, criação de porcos e plantação de acácia em quantidade.

Paradoxalmente, a afirmação da identidade através da expressão Nós do Alto Uruguai se dá em relação à grande produtividade de cereais naquela região. Representação idealizada

⁵¹ O conceito **autonomia** remete a uma vasta gama de valores e de experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um grupo maior. De outra parte, as utopias transcendem a situação social, pois orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresenta em dada época, não contém. Ver: MANHEIM, 1976, p. 219.

⁵² Neste sentido, José Vicente Tavares dos Santos (1993, p. 174) estudou os colonos retornados de Terranova, Mato Grosso, que se recusaram a continuar a viver nas condições miseráveis que lhes foram legadas pelas agências de colonização.

uma vez que, a parcela da população que migra para o Vale dos Sinos foi selecionada pelas exigências de produtividade e ocupou, historicamente em sua trajetória, posições subalternas, tais como, minifundiário, posseiro, peão.

De igual modo, no meio social de inserção do migrante, a comunidade teuto-brasileira tende a reafirmar os valores tradicionais do modo de vida colonial, a despeito da industrialização e da mudança de padrões de comportamento e do nível de tecnologia. Indo nessa direção, o migrante enaltece a representação do colono-empendedor, ainda que não tenha vivenciado esta condição e que, ao efetivar a migração tenha rompido com a possibilidade de vir a realizá-la. Percebe-se, isso quando valoriza a importância da terra de produção, embora não se sujeite à lógica da produtividade.

As representações identitárias (de si e do outro) são produzidas de modo estigmatizado. Embora, não afetem substancialmente as posições de classe na sociedade de origem e na sociedade na qual o migrante busca sua inserção, revelam disputa por prestígio e afirmação social em ambas as sociedades. O migrante que ocupava posição de subalternidade na sociedade de origem, com a migração, disputa posições sociais em meio à população local, na sociedade em que busca sua inserção. Nesse campo de disputas, valores e aspectos identitários específicos, tais como, hábitos de convivência, tipo e ritmo de atividade produtiva, tornam-se evidentes.

Na prática social do migrante a importância da propriedade é relativa. A conquista da terra e do solo urbano significa viabilidade nas condições de vida. A atividade agrícola é considerada um esforço não valorizado e risco de perda e, a participação no MST, um risco. O migrante aceita a condição de assalariado na cidade como definitiva, porque garante sua subsistência e de seus familiares, mas sua inserção em relação ao mercado é relativa. É comum manter vínculos com o meio social de origem de modo a complementar sua renda e consumo, especialmente com víveres trazidos da Colônia.⁵³

Na sociedade urbano-industrial, a posição ocupada na condição de assalariado é elemento definidor de sua identidade social e, portanto, sinaliza a possibilidade de inserção social. Contudo, o migrante reivindica a representação de colono, ao afirmar sua força e potencial de trabalho, proveniente da condição de produtor de alimentos, acostumado ao trabalho intenso, aquele que tem sangue nas veias e compromisso com a palavra empenhada. Em contraste, na visão da população não-migrante no *locus* de destino, o termo assume conteúdo pejorativo, significando baixo nível educacional, gosto duvidoso e atraso.

⁵³ O termo colônia é, em geral, usado no sentido de local de produção mas, por vezes também, como sinônimo de campo ou roça, significando local de moradia.

Na sociedade teuto-brasileira, embora predomine a racionalidade capitalista moderna, na relação social estabelecida com a população de fora, sobressaem elementos tradicionais da comunidade germânica (utopia do passado), reação ao sentimento de falência dos modos de transmissão familiar, escolar e cultural, em decorrência da alteração dos padrões de comportamento, ocasionada pela presença e estilo de vida da população migrante.

4.3 A migração e a precariedade: quais as perspectivas?

Nas décadas de 1980 e 1990, a região de procedência do grupo migrante em estudo, o Médio Alto Uruguai Gaúcho, apresentava alto índice de analfabetismo e baixo índice de crescimento econômico e, por sua vez, a região do Vale dos Sinos que acolheu o migrante, apresentava acréscimo no índice de violência e criminalidade, decorrente do crescimento desordenado das cidades. Juntos, esses elementos fortalecem o estigma negativo atribuído à população migrante, proveniente daquela região, pois a ele vinculam-se os malefícios da migração.

Esse período esteve marcado por movimentos sociais no campo e nas cidades, em especial pelo acirramento do Movimento Operário, no qual o migrante atuou ativamente. Dentre os migrantes, destacaram-se lideranças comunitárias e políticas que articuladas com assessorias de organizações sociais e sindicais, além de partidos políticos combativos, têm sido porta-vozes dos interesses de sua categoria profissional e social.

Após, 1986, com o fortalecimento do Movimento Operário, os migrantes perceberam a diminuição das diferenças étnicas e culturais, que se traduziam no fechamento da sociedade local. Passaram a ocupar lugares públicos e comunitários (clubes e outros), anteriormente restritos à comunidade teuto-brasileira local. Além disso, muitos jovens operários, membros daquela comunidade, ingressaram no Movimento afirmando interesses comuns à condição de operário, os quais transcendiam às peculiaridades socioculturais. A mudança no comportamento do operário local, foi percebida pela população local de Sapiranga, como influência negativa do migrante. Isso foi interpretado como algo degenerativo ao padrão tradicional de comportamento do operário-alemão.

Em Sapiranga, a gente vê que **o alemão é do patrão** (grifo nosso). Ele incentiva que o patrão tem que crescer para dar emprego. Ele é explorado, vinte, trinta anos e ainda cumprimenta o patrão e gosta dele. Eles respeitam ele como um rei: 'o patrão manda, eu faço'. A gente acha que o patrão manda, porque é dele, mas também que a gente tem que fazer por alguma razão, não vai fazer por fazer. E, nosso potencial de luta vem justamente

disso, que o pessoal vai trabalhando e chega uma hora e para pensar: ‘eu sou contra o Movimento, mas eu não sei porque eu sou contra. Eu vou ter de descobrir porque’. E, no descobrir porque está contra, ele acaba vendo que não tem porque ser contra. Muito pelo contrário, ele tem que ser a favor. Então, isso está acontecendo e acontece com todos (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

A partir de 1985, quase todos os sindicatos de sapateiros do Vale dos Sinos assumiram características ideológicas e contestatórias da exclusão social, cujas vítimas eram, sobretudo os migrantes. Utilizando a greve como principal instrumento de luta, os sindicatos lograram conquistas econômicas que, paulatinamente, elevaram o valor da força de trabalho em toda a região. Tratava-se do crescimento da organização política e social e o aumento da mobilidade sindical da classe trabalhadora (SCHNEIDER, 1994, p. 274).

No final da década de 1980, os representantes das classes alta e média urbanas, no Vale dos Sinos, estranharam o comportamento rústico e a precariedade do estilo de vida do operário migrante e, sentindo-se ameaçados pela pressão sindical e pela violência decorrente do crescimento desordenado e da acentuada desigualdade social, passaram a preteri-lo por uma mão-de-obra mais qualificada. Este foi o período em que começaram a interiorização das fábricas. O receio pela perda de posições e *status* contribuiu em parte para que a população local de origem germânica estigmatizasse o migrante recém-chegado, auferindo-lhes os atributos de subordinado, indolente, volúvel e pouco confiável.

No entanto, como diz Schneider (1994), o preconceito não sustenta o argumento da interiorização das fábricas e, sim, a busca por maior lucratividade (SCHNEIDER, 1994, p. 274). As principais razões que levaram as fábricas a optar por este recurso são duas: o interesse por uma força de trabalho de baixo custo, mais disciplinada e mais cativa, representada pelos jovens colonos de origem alemã residentes nas áreas rurais; e a “fuga” (grifo do autor) da crescente institucionalização das relações de trabalho nos centros urbanos, estimulada pela sindicalização crescente dos operários, que resultou em movimentos grevistas e no aumento dos salários nominais (SCHNEIDER, 1994, p. 276-277).

Perguntada sobre a existência de infra-estrutura para receber os migrantes, a empresária Evanir Wolff respondeu:

Não, aqui não havia infra-estrutura para atender todo esse pessoal que vinha de fora. Nós (empresários calçadistas) íamos para fora, mas, independente disso, as pessoas continuavam a vir para Sapiranga. Nós e outras empresas procurávamos fora, sempre entrando em contato com a prefeitura (o governo local), onde nós íamos nos instalar, fazíamos pesquisa para saber do interesse e se o apoio da Prefeitura era vantajoso, se não, nós procurávamos outro lugar. Nós temos fábrica em Bom Jesus, Torres, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Tapera, Venâncio Ayres e outras (EVANIR WOLFF, entrevistado n.º 10).

O aumento do grau de organização e da mobilidade política dos trabalhadores e as mudanças ocorridas nos mercados consumidores internacionais de calçados levaram as empresas a adotar novas formas de organização dos processos produtivos. Uma das principais alternativas adotadas neste sentido é o deslocamento de unidades de produção (filiais) para as zonas rurais de regiões próximas ao Vale dos Sinos, como o Vale do Caí e o Vale do Taquari. Juntamente com a descentralização industrial, cresce a tendência à terceirização de fases do processo produtivo e a confecção de peças de sapatos por sub-contratados e prestadores de serviços, mais conhecidos como *ateliers* (SCHNEIDER, 1994, p. 274).

Neste contexto de transformações na esfera produtiva em que novas tecnologias são introduzidas e, no qual o empresário busca a redução de gastos com salários, o migrante proveniente do Alto Uruguai vislumbrou nas mobilizações coletivas sua possibilidade de inserção social.

Expressão do reconhecimento de sua precariedade social está na representação que as lideranças sindicais do Alto Uruguai possuem sobre o Movimento *Mücker* que, no século XIX, expressara condições específicas dos colonos alemães. Na década de 1980, algumas lideranças sindicais do Movimento Operário, migrantes, o interpretam como o princípio do movimento de resistência e luta da população que não encontra plena inserção social, numa sociedade elitizada. Ainda que, em nível das representações, este ponto de aproximação entre a população migrante atual e um grupo de imigrantes revoltosos, ambos no Vale dos Sinos, transcende ao fator étnico e evidencia a identificação com a condição de risco de desfiliação de ambas as populações, nos diferentes momentos históricos.

Além da motivação decorrente de suas precárias condições de vida, há que se destacar o gosto pela política, evidente nas lideranças sindicais atuantes provenientes do Alto Uruguai. A este respeito, abaixo destaca-se o comentário do Vereador Luiz Prezzi:

Esses que vêm, quando eles chegam, ninguém imagina e, de repente, **tem um baita político ali** (grifo nosso). Ele já foi candidato ou trabalhou para um candidato na cidade dele, ele gosta de política. Quando ele se sente com maior liberdade, começa se abrir, falar com os políticos. Os políticos, por sua vez, também têm interesse, então ele termina sendo um cabo eleitoral, um defensor do partido dele. Isso é normal, também dentro da empresa, ele se solta um pouco mais. Mas isso são poucos, a grande maioria vota só pela obrigação de votar. Para Sapiranga, atualmente, é negativa essa migração porque é grande, em torno de 60%, mais da metade da população, e influencia muito na decisão política. E qual é a capacitação deles? Nenhuma. A empresa não exigiu, muitos são analfabetos, semi-analfabetos (LUIS PREZZI, depoimento n.º 29).

Se no plano profissional, a população teuto-brasileira local compartilha da racionalidade moderna, no plano político, demonstra passividade maior do que o migrante. Esse comportamento, possivelmente, tenha origem no alijamento político dos imigrantes, fruto de um duplo processo – da parte do Estado Brasileiro e do nível de consciência política dos colonos (AMADO, 1978, p. 53), que favoreceu, posteriormente, certas formas de comportamento político, como o “carneirismo”, o voto de cabresto ou a extrema receptividade a idéias totalitárias. Mas, esta pesquisa entende que, para além desta possibilidade, o simples fato de a sociedade teuto-brasileira não destacar o aspecto político como central constitui-se num diferencial cultural em relação ao migrante.

E a grande questão permanece: em que medida a migração pode viabilizar a transformação da trajetória de precariedade do migrante? Na tentativa de responder a esta indagação, este estudo entende que existem alguns indícios de transformação, especialmente no âmbito da recriação sócio-identitária e no fortalecimento da auto-estima do grupo; em suas práticas sociais e no sentimento de pertencimento. Porém, a consolidação da transformação dependerá de outras instâncias, especialmente na esfera das políticas públicas. A população migrante, aqui entendida como próxima ao tipo social caboclo, ao longo da história brasileira, ainda disputa **seu lugar** no espaço social.

Até que ponto essa população está sendo representada na reivindicação e na construção de políticas públicas de inserção social, é uma questão a ser avaliada e analisada. É notório, porém, o acirramento das disputas e das mobilizações por posições sociais, ao longo da década de 1990. Expressão disso está no fato de que, a população oriunda da agricultura familiar do noroeste do Estado (parte da qual, encontra-se inserida ou vive no entorno do parque industrial metalúrgico e calçadista do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra Gaúcha) encontrou representação política na Assembléia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional.⁵⁴ Esta população se vê representada por intermédio de candidatos egressos de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento Operário e de Luta pela Reforma Urbana), nos quais os migrantes participaram ativamente ou como apoiadores.

Dado o caráter cultural híbrido do migrante, não seria adequado afirmar, categoricamente, que seu modo de vida esteja mais relacionado à ordem social tradicional ou à ordem social moderna. É certo que o tempo do trabalho – regular, homogêneo, contínuo,

⁵⁴ Deputado Federal Paulo Paim, líder metalúrgico, eleito Senador nas eleições de 2002 e, Deputado Federal Adão Preto, líder atuante nos movimentos sociais na região de origem do migrante, ambos do Partido dos Trabalhadores.

exterior, coercitivo, linear e abstrato – é o tempo social dominante e que isto afeta outros tempos sociais existentes (OLIVA-AUGUSTO, 2002). Mas, a relativização da importância da centralidade do trabalho é notória no modo como o migrante valoriza o tempo do lazer, freqüentando espaços públicos e comunitários, cultivando o hábito de visitas e de auxílio mútuos, participando das rodas de prosa e, de outra parte, sofre os efeitos da precarização do trabalho que atingem a diferentes grupos sociais, tanto na sociedade brasileira, quanto na sociedade européia, conforme mostra o estudo de Castel (2000).

Isso nos remete à indagação: até que ponto a identidade sociocultural do migrante não traria, em si, o germe propulsor de uma nova ordem social, para a qual o trabalho não é mais o elemento central e, na qual a experiência do passado (sua histórica trajetória de precariedade, com risco de desfiliação) já não seria a base condicionante para sua atuação no presente, podendo significar novas possibilidades de afirmação social? E, até que ponto existe positividade na ausência de vínculos com os padrões modelares da sociedade moderna?

Em ambas as sociedades em que se move o migrante (a rural e a urbana) predominam relações políticas tradicionais, e a sociedade teuto-brasileira expressa certa apatia ou desinteresse pela mobilização político-partidária. Diferentemente, a sociedade de origem do migrante é marcadamente combativa e participativa nas mobilizações sociais (berço do MST), embora perdurem relações sociais baseadas em laços pessoais.

Mas é certo que a presença e atuação do migrante do Alto Uruguai no Vale dos Sinos alterou o comportamento político da região. No decorrer da década de 1980 e de 1990, foram freqüentes as mobilizações sindicais, apoiadas por assessorias de organizações sociais (MST-Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional, entre outras). O grupo migrante introduziu lideranças e impulsionou a participação sindical no Vale dos Sapateiros, como ficou conhecida a região, ainda que perdurem características assistencialistas na concepção das funções do sindicato e, sejam privilegiados laços pessoais, quando do apoio a lideranças, priorizando-se a condição de pertencimento de origem. Pelo contrário, as relações pessoais (relações sociais tradicionais), o medo de retaliação e perseguição pelos patrões são mais visíveis entre a população que compõe a chamada sociedade colonial germânica (na qual predomina a racionalidade moderna capitalista). Esse comportamento evidencia os fortes, ainda que latentes laços tradicionais de relacionamento social. O trecho abaixo, destaca as características acima referidas:

Hoje, na direção do Sindicato, nós somos em vinte e quatro, e nenhum é de Sapiranga. Nenhum Sapiranguense. Na direção passada tinha só um, em 1986 e, esse um, foi expulso por aceitar o jogo do patrão. Isso levou eles a lançarem material dizendo que o sindicato não ia ser de Sapiranga, que não

tinha nenhum Sapiranguense, que o pessoal de fora veio ocupar o sindicato. Isso não é verdade, porque a gente, considerando que está aqui há dez anos, trabalhando com vínculo e a família, tentando construir alguma coisa, é Sapiranguense. Então, na direção do sindicato, nós temos: eu que sou de Rodeio Bonito, o João dos Santos que é do Alto Uruguai, o Vitor Eder que é de perto de Portela, Itapiranga, o Ari e o João Nascimento que moravam em Portela, sem falar dos companheiros que dão sustentação política e que são da região. **Quando desperta uma liderança de um lugar, vamos supor, existe um laço de amizade, de companheirismo, de identidade com o pessoal do Alto Uruguai** (grifo nosso). Hoje a gente ganhou, sou presidente do sindicato, daí é gratificante para o pessoal que vem e que me apoiou. Nós temos condições (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

Constata-se que o migrante possui a oportunidade de afirmar sua cidadania, através da participação social e política, decorrente de seu específico patrimônio sociocultural.

Expressa em sua cidadania, está a reafirmação de sua identidade sociocultural no âmbito do local de moradia e no modo de vida semelhante à cultura original, através da recriação de práticas solidárias, na esfera do parentesco, na sujeição a mínimos de sobrevivência e na disposição para a condição itinerante. Pode-se inferir até mesmo que, no seio dos aspectos identitários do migrante, existem possibilidades para que uma nova ordem mundial⁵⁵ se imponha, destacando-se como evidência disso: a valorização dos laços solidários, o fortalecimento do sentido de pertença, o hábito de compartilhar narrativas e experiências e a disposição para a mudança na busca de significado que dê dignidade às suas vidas.

Nossa categoria tem gente de todo o lugar e a gente diz: ‘sapateiro é uma família na qual os problemas são de todos e as soluções tem que ser de todos’.[...] **Quando os interesses são comuns, o que se quer são condições de trabalho** (grifo nosso). Todo mundo quer se preservar, garantir seus direitos, então a gente busca a unidade em cima disto. Quando a questão é ideológica, relativa à estrutura da sociedade, daí a gente questiona lá no fundo, a gente se diferencia e têm espaços para fazer. Em relação a isso, eu milito no Partido dos Trabalhadores, eu sou filiado, era provável candidato e nunca alguém me chamou: ‘lá vem o PT’ (grifo do entrevistado). Eu nem puxo política, porque, eu sempre disse, a categoria é de todos os partidos. Nós queremos a democracia. Agora, cada um vai vender a sua imagem e a sua ideologia, seu programa para a sociedade, na política mesmo, pois, sindicato não pode ser aparelhado. Essa minha prática sindical tem sido boa. Então é isso que a gente faz; não aparelhando não tem problema (ANTONIO MACHADO, entrevistado n.º 5).

De outra parte, em paralelo, transcorre a tendência à desfiliação e o acirramento de sua estigmatização, uma vez que esse grupo é selecionado pelas exigências de qualificação e de produtividade e é desprestigiado por seu modo de vida e por sua inadequação à lógica da

⁵⁵ A este respeito, sugere-se a leitura do artigo “Tempo, Indivíduo e Vida Social” In: OLIVA-AUGUSTO, Ciência e Cultura, v. 54, n. 2, p. 30-33, out./dez, 2002

produtividade. Além disso, a disponibilidade de um tempo sem ocupação (já que cresce o desemprego e existe carência de alternativas ocupacionais e de capacitação) impede seu crescimento como indivíduos, deixando-os suscetíveis à violência e ao abuso de substâncias tóxicas (álcool e outras drogas).

A tendência à continuidade de sua trajetória de precarização encontra fortes condicionamentos estruturais.⁵⁶ Contudo, está em curso um processo de ações que, nesses primeiros anos do presente milênio, não ignora essa população e que planeja estratégias para sua plena inclusão social. É um desafio para pesquisa, a observação e a análise do andamento dessas estratégias, anunciadas para responder as demandas dessa população que traz consigo a capacidade e a disposição para a mudança. Pois, para além dos condicionamentos estruturais e das possíveis políticas de inclusão social que estejam em andamento, o sentimento de pertencimento de origem e o patrimônio sociocultural comuns, constituem-se em força moral que sustenta a esperança de reconhecimento social. Os elementos identitários que alimentam esta força moral são os laços de solidariedade e a valorização do espaço comunitário – na busca pelo bem comum os quais, na presente abordagem, são creditados à tradição cultural cabocla.

⁵⁶ A este respeito ver a noção de **subordinação à trajetória**. Putnan (2000, p. 188).

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou demonstrar como no processo decisório de migrar ocorre a quebra e a recriação de padrões culturais e comportamentais. Considerando que a relação identidade/alteridade expressa pontos de identificação e de sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história esteve-se atento à reconstituição da trajetória social do migrante num corte diacrônico, que expressa um sentido de continuidade da precarização, mas também percebendo-a numa perspectiva sincrônica que revela processos locais, motivações do lugar, zonas de produção e distribuição de códigos alternativos, de afirmação e recriação de representações simbólicas e sociais. Para efetivar este propósito esteve-se amparado em pressupostos teórico-metodológicos de diversos autores, dentre os quais destacam-se: Candido (1977), Castells (1999), Castel (1998) e Putnam (2000).

Estudando-se o processo de formação social riograndense, em meio a sua diversidade, pôde-se reconhecer elementos identitários que deram significado à ação da população migrante do Alto Uruguai para o Vale dos Sinos. Concluiu-se, então, que se tratava de um grupo social que, já em seu meio de origem vivenciava o conflito entre duas racionalidades: a tradicional e a moderna, sofrendo a influência de dois diferentes modos de vida; um próximo à racionalidade cabocla e outro, próximo à racionalidade colonial. O migrante traz consigo, preponderantemente, características da cultura cabocla, em que predomina a lógica da subsistência, as quais transparecem em seu estilo de vida rústico, especialmente no que tange à precariedade de suas condições de vida.

Em sua gênese, a noção caboclo decorre de uma percepção estigmatizada. Refere-se à população miscigenada, ao “brasileiro pobre”, cujo comportamento está associado, de um lado, à espontaneidade, à simplicidade, à solidariedade e ao gosto pela vida em comunidade e, de outro, à volubilidade de comportamento, à insubordinação e à impaciência.

A noção colono, por sua vez, possui conotação ambígua. Quando refere-se ao trabalhador rural, está associada ao povo que vem de fora, ao pequeno produtor de alimentos, àquele que tem palavra e sangue nas veias. Mas, também está associada, de modo depreciativo, à pessoa de pouca cultura e de gosto duvidoso. Em relação ao atributo colono, pode-se dizer ainda que, no espaço social rural (campo, roça), este possui conotação positiva, estando associado à capacidade de intensificação do trabalho. No espaço social urbano (cidade-fábrica), contudo, possui sentido pejorativo, associado a atraso, à rudimentaridade.

O migrante em estudo representa um híbrido cultural pois, em sua origem rural, partilha dupla influência: tanto do modo de vida do caboclo-camponês, quanto do modo de

vidado colono-camponês. De modo sintético pode-se dizer que, ele atribui o direito à terra a quem produz; concebe o salário como meio de garantia de sua subsistência e valoriza o tempo livre e de convivência na comunidade.

Cabocização significa a predisposição cultural associada às condições estruturais tais como: isolamento, rusticidade e prática de auxílio mútuo e, não está diretamente relacionada com a questão étnica. A migração do Alto Uruguai para o Vale dos Sinos, ao transformar o espaço social, indica um acentuado processo de cabocização, que é acentuado pela quebra de padrões culturais e sociais na população de origem colonial teuto-brasileira. Além deste aspecto de natureza sociocultural, refere-se à precarização como empobrecimento e ao risco de desfiliação em relação ao processo produtivo. Donde conclui-se que, para esta população que encontra relativa integração no mundo globalizado, a sujeição à precariedade, entendida como elemento característico do modo de vida caboclo, perdura e está evidenciada na inserção precária do migrante.

Consolidada a migração, o conflito entre as racionalidades de tipo tradicional e de tipo moderno é reafirmado e tem a si associada a dualidade rural/urbano, mas de fato, reflete a complexidade do espaço social em que o migrante busca sua inserção. A presença e a atuação do migrante do Alto Uruguai Gaúcho na sociedade teuto-brasileira potencializa o campo de disputas pela imposição de projetos identitários vinculados a interesses específicos.

Neste campo, contínuo e conflituoso, em que representações identitárias são recriadas, expressando diferenciações e desigualdades, o migrante ocupa posição de subalternidade e luta por melhores posições sociais. É exatamente essa característica de mobilização em prol dos interesses comunitários que, fortalecida pelo sentimento de pertencimento pela origem social comum, o diferencia da população local, a qual, por sua vez, procura fortalecer sua identidade sob a mediação da germanidade.

O processo decisório de migrar constitui-se de fatores estruturais e subjetivos, expressos na ação de diferentes setores da população não migrante, no local de origem e de chegada, dentre os quais, autoridades públicas e empresários.

A análise constata que a prática social do migrante está associada à cultura cabocla, a exemplo da tendência ao nomadismo, recriada na constante rotatividade e, a facilidade de adaptação à adversidade e a sujeição a mínimos de sobrevivência, perceptível nas precárias condições de existência do migrante, assim como, na sua capacidade de adaptação ao novo ritmo de trabalho. Mas, sobretudo na valorização do espaço comunitário e no sentimento de solidariedade potencializado pela condição de origem e pela busca do bem-comum, em que está pautada a ação e a reivindicação coletiva.

Esses condicionantes culturais, ao mesmo tempo em que fortalecem o sentimento de pertença, sintetizado na identidade de origem que se traduz na noção Nós do Alto Uruguai, constituem-se em fatores estigmatizantes que atribuem ao migrante despreparo, comportamento volúvel, indisciplina e insubordinação, em contraponto à valorização positiva das características da cultura colonial teuto-brasileira que apresenta formas específicas de incorporação da disciplina e a observação de valores étnicos e morais os quais transparecem na concepção do trabalho associada à germanidade. O descendente de imigrantes alemães se considera “mais” trabalhador do que o outro, utilizando-se de critérios valorativos subjetivos para afirmar-se socialmente “melhor”. Essa subjetividade remonta ao estabelecimento de laços comunais e de parentesco, quando da formação da sociedade colonial teuto-brasileira que, em sua fase inicial de constituição, apresentava-se de forma igualitária e participativa entre seus membros. Adjetivos, tais como, disciplina, organização, ordem, zelo e capricho tornam-se critérios de diferenciação. É, aliás, essa mesma subjetividade que faz com que o operário de origem germânica encontre dificuldade em participar ativamente no movimento sindical, pois tende a associar essa participação a uma represália pessoal ao patrão, membro de sua comunidade.⁵⁷

O migrante, por sua vez, não partilhando da moral teuto-colonial, apresenta comportamento distinto, no qual sobressai sua tendência à mobilidade visível, na rotatividade de emprego, na adaptabilidade à mudança, na constante busca por novos espaços para viver, na sujeição às precárias condições de moradia e, em certo sentido, no desapego à propriedade. Essa predisposição à mudança remonta às condições de vida da população cabocla, a qual, na origem, constituía-se de moradores nas fazendas de gado (entre a segunda metade do século XVIII ao final do século XIX, quando eram responsáveis pelas culturas de subsistência), que foram expulsos para as matas e passaram a competir em condições desiguais quando da instauração da colonização oficial. Expressão da moral cabocla está também na sua capacidade de aglutinar-se e agir em prol do direito do espaço público, perceptível nas mobilizações em torno dos interesses comunitários. Desde sua origem, a trajetória histórica de caboclos e de colonos, revela-se diferente na forma de inserção social. A continuidade do caboclo era socialmente concebida pela existência de terras devolutas e de condições que garantissem a reprodução de seu modo de vida. Sobre o colono, por sua vez, recaía a expectativa de inserção por sua capacidade de trabalho.

⁵⁷ Essa interpretação da concepção étnica do trabalho é sugerida nos trabalhos de Seyferth (1982, 1987) e Schneider (1994, 1999).

Embora o migrante em questão possua matriz cultural híbrida, algumas das características do modo de vida caboclo se sobressaem na disputa por imposição social e evidenciam a recriação da prática social do migrante no meio em que busca sua inserção. Visto que, no espaço social de destino, o migrante age ativamente, transformando as relações sociais existentes. Evidência dessa transformação está no crescimento do movimento sindical urbano, o qual fez emergir várias lideranças comunitárias e políticas, na década de 1980, algumas das quais provenientes do Alto Uruguai e, a maioria, apoiada pelos migrantes.

Considerando-se que, em termos efetivos, o processo produtivo na indústria calçadista do Vale dos Sinos, até o início da década de 1990, não apresentava maiores exigências na qualificação da mão-de-obra, constata-se que o migrante não teve dificuldade na adaptação ao mesmo, em relação às exigências tecnológicas do setor.⁵⁸ Contudo, mesmo neste contexto, ele sofria um processo de discriminação de ordem social e cultural. Em contraste com a população local, de origem germânica, o migrante estabeleceu novas relações sociais, marcadamente na esfera política e da organização comunitária e, isso sim, constituiu-se em fator de competição entre a população de fora e a população local, inserida na cultura colonial teuto-brasileira.

O que se tentou demonstrar no presente estudo é que a identidade do migrante se constrói numa relação de alteridade. Para além da sua auto-identificação, a forma como identifica os outros grupos sociais e a forma como é identificado por estes constitui sua identidade, a qual é reelaborada na proporção em que amplia suas relações sociais. É assim que se observa, especialmente, em situações de instabilidade, de crise, que as diferenças entre os grupos sociais ficam potencializadas, produzindo-se um estado de anomia, ou atenuadas, por exemplo, quando diminui a discriminação, quando é chamado a participar do processo eleitoral (ou percebe que seu voto pode influir no resultado desse processo), quando é valorizado para ocupar cargos de chefia nas fábricas e quando é aceito em locais públicos e de lazer. No contexto em estudo, isto pôde ser percebido tanto quando da chegada de imigrantes alemães, por volta de 1845, na relação que estabeleceram com os primeiros imigrantes, chegados em 1824, como observa Amado (1978), quanto entre os migrantes provenientes das Colônias Novas e a população local das Colônias Velhas.

Esse “estado de anomia” vivenciado pelos imigrantes alemães que, estando em situação de isolamento, dada à pouca atenção recebida pelo promotor da colonização, o

⁵⁸ Essa situação foi alterada, na década de 1990, quando sob pressão de retaliações externas, a indústria calçadista dirigiu seus esforços para a modernização do parque tecnológico na busca de novos mercados consumidores (especialmente o europeu); processo em que foi privilegiada a informatização e qualificação da mão-de-obra.

Império Brasileiro, tiveram que se adaptar à brusca mudança em seus hábitos e práticas sociais e religiosas, representou quebra em seus rígidos padrões de comportamento, flexibilização dos códigos morais e de costumes (WILLEMS, 1946; AMADO, 1978), com a inclinação ao abuso no consumo de bebidas alcoólicas e às tensões no relacionamento entre os membros da comunidade e entre esta e a sociedade que a englobava.

No último quartel do século XX, esse quadro se repete com atores distintos – os migrantes provenientes da Região do Alto Uruguai para a Região do Vale dos Sinos e Encosta Inferior da Serra. Entre os migrantes, encontram-se alguns indivíduos que descendem dos imigrantes alemães, assim como de italianos, poloneses e espanhóis, entre outros, que colonizaram o Estado no século XIX mas, não apenas destes, pois a maior parte da população migrante encontra-se miscigenada ou descende diretamente de luso-brasileiros, negros e indígenas que já habitavam a Região do Alto Uruguai e que, constituíram, ao longo de aproximadamente cinco décadas de convivência e interação, um patrimônio sociocultural específico, que transformou suas relações sociais e contornou uma trajetória caracterizada pelo modo de vida próximo à cultura cabocla, conforme nos dizem pesquisadores do assunto tais como: Willems (1946), Candido (1977), Gehlen (1992; 1998). O patrimônio sociocultural do migrante, é, pois, constituído por elementos que transcendem a dimensão étnica mas que, ao combinar diferentes influências e ao interagir em situação de precariedade, constitui-se específico.

Essa foi a intenção do trabalho - relativizar a ênfase nos fatores econômicos, valorizando os fatores de natureza social e cultural dos atores sociais que atuam ativamente na sociedade e que contribuem para que ela seja um “bom” ou “mau” lugar para se viver. Privilegiou-se, para tanto, o estudo de sua identidade, considerando-se que as distorções existentes no auto-reconhecimento e no reconhecimento de outros geram e sustentam distorções sociais, reforçando a desigualdade social. Conhecendo-se a história e a trajetória social da população do Alto Uruguai Gaúcho, pôde-se compreender as diferenças internas à categoria, genericamente conhecida como produtor agrícola familiar, a partir da análise do específico patrimônio sociocultural do migrante. É certo que a marcante e crescente desigualdade social transcende aos fatores de natureza étnica e sociocultural, mas está permeada por estes, e, não raras vezes, encontra-se acobertada pelos mesmos. Essa atitude não é neutra e é reforçada pelos setores sociais privilegiados econômica e culturalmente da sociedade que, com isso, solidificam o processo de precariedade, ao impor sua legitimidade e autoridade social.

Violência e criminalidade, precarização e quebra no padrão de valores são apenas conseqüências desse processo que, para além da vontade dos atores sociais, redefinem os condicionantes de sua ação. Pois, é um dado concreto, o inchamento populacional das cidades na região metropolitana do Estado, em que famílias inteiras vivem em condições de extrema carência valendo-se das sobras da sociedade dominante. É também um dado concreto e ilustrativo, o abandono da região de produção agrícola, a exemplo do Alto Uruguai e da região das Missões onde diversas cidades encontram-se com redução populacional e nas quais o poder público que, há poucas décadas, propiciava condições para o êxodo (no intento de solucionar seus problemas sociais locais), na década de 1990, dirigiu ações no sentido de incentivar e auxiliar o retorno da população que deixou o meio rural, devido à seleção imposta sobre si pelo modelo agro-exportador.

É de se rezear que, a exemplo dos negros escravos, dos indígenas e mestiços (os gaúchos guascas⁵⁹) combatentes nas guerras, que tanto orgulham o imaginário da sociedade gaúcha e a impõe no cenário político nacional, os migrantes de hoje, trabalhadores anônimos, biscateiros, inseridos ou não no mercado formal de trabalho, cuja presença no processo produtivo obedece às flutuações e demandas do mesmo (sendo incluídos, apenas, ocasionalmente), também continuam ignorados ou, na melhor das hipóteses, estigmatizados como indisciplinados, pouco confiáveis, porque inconstantes, desapegados/desenraizados, suscetíveis a mudanças e, selecionados por sua pouca qualificação profissional. Mas a sociedade como um todo está vulnerável, dado que inexistente fronteira em expansão e que o mercado de trabalho está demasiado especializado, a reiterar o risco de desfiliação deste grupo social que insiste em se auto-preservar, a despeito da nem sempre significativa e adequada ação governamental. E, nesse sentido, faz juz à identificação de valentia, ousadia e liberdade, genericamente, atribuída ao gaúcho e que, combinada com mudanças estruturais, podem vir a ser fator de transformação social e de afirmação da cidadania do migrante.

⁵⁹ O termo **guasca** origina-se da língua indígena quíchua e significa próprio ou relativo ao riograndense do sul, ao gaúcho. Também está associado ao caipira. FERREIRA, Aurelio Buarque de Hollanda. Novo dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Família e operários de origem camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **Cultura & identidade operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 123-70. (Aspectos da cultura da classe operária).
- AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil**: a revolta Múcker no Rio Grande do Sul (1868-1898). São Paulo: Símbolo, 1978.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Emigrantes brasileiros para os EUA e a (re)construção da identidade étnica. In: TORRES, Sônia (Org.). **Raízes e rumos**: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 199-211.
- BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do não**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERTAUX, Daniel. L'Approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers internationaux de sociologie**, Paris, v. 69, p. 198-225, 1980.
- BOLETIM DE SERVIÇO, Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, n. 1763, 31 jul. 1989.
- BOTTOMLEY, Gillian. **From another place**: migration and the politics of culture. New York: Cambridge University Press, 1992.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. L'Illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Paris, v. 62/63, juin. 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987b.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **El Oficio del sociólogo**: presupuestos epistemológicos. México: Siglo Veintiuno, 1987a. p. 11-110.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Coleção Elos).
- BRUNO, Jean. Perspectivas da Produção familiar. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, n. 6, 1994
- CALÇADOS: só a falta de couro ameaça exportações. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jun. 1988. Caderno de Economia, p. 11.

CAMARGO, Aspásia. O Ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson Oliveira (Org.). **A Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 277-304.

CAMARGO, Aspásia. Os Usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARDOSO, F. H. A Cidade e o campo. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 7, p. 3-27, 1972.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: DURHAM, Eunice et al. **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARDOSO, Ruth. Sociedade e Poder: as representações dos favelados de São Paulo. **Ensaios de opinião**, São Paulo, 1978.

CARRION JUNIOR, F. A Economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 403-424.

CATTANI, Antonio D. Autonomia. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L.E.W.; BELFIORI-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social no Brasil**. São Paulo: Educ, 2000. p. 17-50.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

COLLINS, Randall. **Four sociological traditions**. New York: Oxford University Press, 1994.

CORADINI, O. **Os Significados da noção de italianos**. Nós os ítalo-gaúchos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 33-39.

CORADINI, O; RIEDL, M. **Produção familiar, tecnologia e produção de soja**. Porto Alegre: PPGSR, 1987. (Textos de Estudo; 4).

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de sociologia: pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 9, p. 11-47, 1998.

COSTELLA, Maria. **Igreja e luta pela terra no Rio Grande do Sul**: organização e poder. 1992. 274 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

DREHER, Martin N. O Desenvolvimento econômico do Vale dos Sinos. In: SULIANI, Antônio. **Etnias e carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DURHAM, Eunice. A Pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-34.

DURHAM, Eunice. **A Caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAM, Eunice. A Família operária: consciência e ideologia. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 201-213, 1980.

ENDERLE, Armando Triches. **Palmitinho**: origem e trajetória histórico-cultural. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 1996.

ENDERLE, Armando Triches. **Trabalhadores por conta própria**: estratégias de reprodução e identidade socioprofissional de agricultores familiares migrantes. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FORTES, Amy; SANTIAGO, J.B. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: AHRGS, 1963.

FRANKLIN, S. **The European peasantry**: the final phase. London: Methuen, 1979. p. 1-20.

FRANZOI, Naira Lisboa. Controle e disciplina fabris. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAEDE, Leonídio. **Sem terra**: a praga do Faraó. São Leopoldo, Escola Superior de Teologia. 1991. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, Instituto Metodista de Ensino Superior. Núcleo São Leopoldo, 1991.

GALESKI, Boguslaw. **Sociologia del campesino**. Barcelona: Provenza, 1977. p. 1-20.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n. 7, p. 5-41, jun. 1988.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989. (Pensamento Antropológico).

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo (Org.). **Os Caminhos da exclusão social**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

GEHLEN, Ivaldo. **Terres de lutte et luttés pour la terre**: etude sur le mouvement social pour la terre et la Reforme Agraire na sud du Brasil. 1992. 645 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Paris X, Nanterre, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRASMUCK, S.; PESSAR, P. R. **Between two islands**: dominican international migration. Berkeley: Univ. Calif. Press. 1991.

HALBWACHS, Maurice. Os Movimentos migratórios. In: __. **Morfologia social**. São Paulo: Abaeté, 1941. p. 94-106.

HEIDRICH, Álvaro L. **Migrações rurais e transformação da estrutura agrária no Norte do Rio Grande do Sul**: contribuição ao estudo da evolução das oportunidades econômicas na agricultura. 1984. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1984.

HERÉDIA, Vânia. Emigração temporária: uma solução para a crise. In: SULIANI, Antônio. **Etnias e carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 1104-1109.

HOBBSAWM, F. Os Camponeses e a política. **Ensaio de opinião**, São Paulo, n. 8, p. 42-56, 1978.

IBGE. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IBGE, 1970.

IBGE. **Censo regional do Rio Grande do Sul**: sinopse regional. Porto Alegre: IBGE. 1985.

IBGE. **Cronologia dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Divisão de Pesquisa/IBGE, 1996.

IBGE. **Divisão territorial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IBGE, 1996.

IBGE. **População estimada**. Porto Alegre, IBGE, 1999.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KLIEMANN, S. Luiza. **Terra & poder**: história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Documenta; 21).

LAERTE, Rolando. **Max Weber**: ciência e valores. São Paulo: Cortez, 1986. (Questões de Nossa Época).

LOPES, José S. Leite. Introdução: formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 11-32.

MACHADO, Elisabeth Mazon. **Identidade e violência na adolescência**. 1999. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MAMARELLA, Rosetta. **(Im) pertinência do uso da noção de exclusão social na análise empírica das desigualdades no meio urbano**: as cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no 23º Encontro da ANPOCS, Caxambú, 1999.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MANHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTINE, G.; GARCIA, R. **Os Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINE, George. Sugestões para o censo demográfico: migrações internas. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 21, p. 149-158, jul./set. 1977.

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. **Sobre o caboclo-camponês**. 1993. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MARTINS, José de Souza. As Coisas no lugar. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. O Problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES et al. **O Fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEDEIROS, Rosa M. V. **As Formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul**. 1988. 118 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

MELO, Itamar; SPECHT, Patrícia. Capital tem a melhor qualidade de vida. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 fev. 2000. Informe Especial, p. 4-5.

MENEZES, Cláudia. **Análise da ideologia de um grupo de migrantes**. Brasília: MEC, 1976.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades traduzidas**: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

MULLER, Geraldo. A Economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 358-402.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, EDUC, 1989. (Estudos Rurais;10).

MUNOZ, H.; OLIVEIRA, O. de. Migraciones internas en América Latina: exposicion y crítica de algunos análisis. In: MONOZ at al. **Migración y desarrollo**: consideraciones teóricas. Buenos Aires, [s. n.], 1972. p. 5-31. (Informe Investigación, Série Población).

MUSZYNSKI, Maria Judith. **O Impacto político das migrações internas**: o caso de São Paulo (1945-1982). São Paulo: IDESP, 1986. (Monografia; 1).

NEWBY, Howard. Câmbio estrutural en agricultura y futuro de sociedad rural. **Agricultura y sociedad**, Madrid, n.38/39, p. 171-183, ene./jun. 1986.

NEWBY, Howard. Rural Sociology. **Current sociology**, London, v. 28 n. 1, p. 141, 1980.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Carteira assinada**: tradicionalismo do desespero? Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1982.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. Tempo, indivíduo e vida social. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo: SBPC, v. 54, n. 2, p. 30-33, out./dez. 2002.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, A. Wagner. A Invenção da migração. In: PROJETO emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. v.1.

PEDRAZA, Silvia. Women and migration: the social consequences of gender. **Annu. Rev. sociol.** n. 17, p. 303-325, 1991.

PEDRAZA-BAILEY, Silvia. Immigration research: a conceptual map. **Social science history**. v.14, n. 1, (spring) 1990.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Do Rural ao urbano no Brasil. In: SNZRECSÀNY, Tomás; QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1976. p. 160-176.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMSOM, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida** : (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

PINSKY, Jaime (Org.). A Percepção do salário entre trabalhadores rurais. In: SIGAUD, Lígia. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: [s. n.], 1977. (Col. Estudos Brasileiros; 7).

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (Contribuições em C. Sociais; 7).

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PUTNAN, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

REIS, Ana Maria. **Integração do operário de origem rural na sociedade urbano-industrial da grande Porto Alegre**. 1971. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1971.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**: (estudos de antropologia da civilização). Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos**: a colonização do norte matogrossense, Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 23-44.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia dos Representantes do Estado. **Anais**. Porto Alegre: ARERS, 1930. p. 122.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Agricultura. **Mapa divisão municipal**. Porto Alegre: SARS, 1999.

ROMANO, Jorge. Identidade e política do campesinato: representações e construção da identidade política do campesinato. In: __. **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e remanescências**. Fortaleza: UFC/NEPS, 1986. p. 194-204.

RUAS, Roberto. **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados**. Porto Alegre: FEE, 1985.

RUBERT, Rosane A. **Construindo tempos, recompondo tradições: um estudo etnográfico de memória junto a moradores de um contexto rural – Região do Médio Alto Uruguai (RS)**. 2000. 236 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SANTOS, J.V.T. dos A Geração da recusa: o "colono retornado" dos projetos de colonização da Amazônia. In: SANTOS, José Vicente Tavares. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone, 1985.

SANTOS, J.V.T. dos **Matuchos - exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SCHMITT, Cláudia Job. **O Tempo do acampamento: a construção social e política do "Colono Sem-Terra"**. 1992. 2 v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. **Os Colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. 1994. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN; COOK, S. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SEYFERTH, Giralda. A Representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, 1982.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **Cultura & Identidade Operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 103-120. (Aspectos da cultura da classe operária).

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 1-15, 1983.

SHANIN, Theodor. A Definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e exclusão**: os movimentos sociais urbanos e a experiência da participação na gestão municipal – uma análise da trajetória do movimento da Vila Jardim em Porto Alegre/RS. 1997. 286 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SINGER, Paul. Migraciones internas: consideraciones teóricas sobre su estudio. In: MUNOZ et ali. **Migración y desarrollo**: consideraciones teóricas. Buenos Aires, [s. n.], 1972. p. 45-68. (Informe Investigación, Série Población).

SOARES, Mozart P. **Santo Antônio da Palmeira**. Porto Alegre: Bels, 1974.

SORJ, B.; GOODMAN, F.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 5, n.4, p. 31-55, out./dez. 1985.

SUDESUL. **Considerações sobre o êxodo rural na região Sul entre 1970 e 1980**. Porto Alegre: SUDESUL, 1987.

TEPICHT, J. La Nature de l'economie paysanne. In: __. **Marxisme et agriculture**: Le Paysan Polonais. Paris: Armando Colin, 1973.

THIOLLENT, M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 45-50, maio, 1984.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America**. New York: Alfred A. Knopf, 1927. 2 v.

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1. p. 9-14.

THOMPSON, E. P. **Tradição, revolta y consciência de classe**: estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.

O VALE DO SAPATEIRO. **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 ago. 1988. Caderno de Economia, p. 6-11.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WANDERLEY, Mariangela Belfiori. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26. (Análise psicossocial e ética da desigualdade social).

WEBER, M. **Economia y sociedad**: esboço de sociologia compreensiva. México: Fondo de Cultura Economica, 1974.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Nacional, 1946.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na História e na Literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral, Brasília: UNB, 1989. (Série Antropológica; n. 69).

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. Os Esquecidos da História; exclusão do lavrador nacional no RS. In: ZARTH, Paulo Afonso (Org.). **Os Caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra, a conquista da cooperação**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

ZNANIECKI, Florian. A noção de valor cultural. In: CARDOSO, F.; IANNI, O. (Orgs.). **Homem e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1976, p. 88-91.

APÊNDICE A – Relação e identificação dos entrevistados

N.º	Migrante/ Local/Data Entrevista	Origem Étnica	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Experiência Migratória anterior	N.º de Familiares	Terra Possuída	Avaliação sobre a atividade exercida
01	Adalvan Botega Erval Seco, Março 1991		21	Migrante em visita à comunidade de origem	1º grau incompleto	Sapiranga	3 irmãos	Pai: 3 ha + 2 ha arrendados	Terra dobrada
02	Alcemir Piccinini Sapiranga, Janeiro 1991	italiana	24	Seberi	primário incompleto	Sapiranga (1983)	9 irmãos, todos migraram	O pai possuía colônia e meia	Terra dobrada, sem maquinário.
03	Antonio Domingos Sapiranga, Junho 1990	luso-brasileira (branco)	61	Redentora Funcionário SIVS	primário incompleto	Barracão/Paraná (1982) – Sapiranga (1983)	9 filhos e esposa	14 ha. (Pais 10ha.)	Má sorte na planta.
04	Antonio Faria (pai Maria Botega) Sapiranga, Janeiro 1991		48	Erval Seco	1º grau incompleto	Sapiranga			
05	Antonio Machado Sapiranga, Maio 1990	luso-brasileira (branco)	28	Rodeio Bonito Presidente no SIVS	2º grau completo	Sapiranga (1980)	6 irmãos (1º casamento) – 4 irmãos (2º casamento)	12,5 ha. (ainda a possuem) própria / arrendada	Trabalho na terra de família – plantava por empreitada em terra de terceiros
06	Arcelio e Maria Botega Sapiranga, Janeiro 1991	italiana	22/25	Braga/Erval Seco	1º grau incompleto	Sapiranga	2 filhos, 3 irmãos	Pai: 3 ha + 2 ha arrendados	Terra dobrada
07	Augusto Copatti Vitalli Sapiranga, Janeiro 1991	italiana	62	Frederico Westphalen	1º grau incompleto	Ijuí – Frederico Westphalen – Sapiranga (1977)	Filho único (trabalhava na construção civil) Possui onze filhos	Pai 25 ha. – vendeu para terceiros.	“Sem sorte na planta; desolado porque o pai vendera a terra”
08	Clóvis Kauffmann Sapiranga, Outubro 1990	alemã		Mata migrou para Sapiranga no início da década de 70	Superior completo	Sapiranga		Proprietário de indústria de cartonagem “Muller Kaufmann”, de médio porte	A “mentalidade anual” do colono, devido a safra agrícola se opõe a rapidez do processo de desenvolvimento do trabalho na indústria.

N.º	Migrante/ Local/Data Entrevista	Origem Étnica	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Experiência Migratória anterior	N.º de Familiares	Terra Possuída	Avaliação sobre a atividade exercida
09	Edgar e Vera Schmidt Sapiranga, 30/09/1990	luso-brasileira e alemã	30	Iraí ele: Vicente Dutra; ela: Iraí	1º grau incompleto	Sapiranga (1989)	1 filho ela: 11 irmãos	Ele: pais 6 ha; ela: pai 12 ha + 10 ha arrendados	Colônia = ritmo livre; MST = risco
10	Evanir Wolff Sapiranga, Outubro 1990	italiana e alemã		Mata Migrou para Sapiranga no início da década de 60	Superior Completo	Sapiranga		Diretora e sócia- proprietária do Musa Caçados Ltda;	Percebeu diferenças cultura alemã; trajetória de êxito serviu de modelo para outros migrantes.
11	Fátima Sapiranga, 30/09/1990	luso-brasileira e alemã	30	Iraí	1º grau incompleto	Sapiranga (1986)	1 filho e esposo	Trabalhavam como meeiro na terra da sogra	Cidade = recursos, possibilidade de estudo, rendimento certo mas, sensação de prisão
12	João dos Santos Sapiranga, Julho 1990	luso-brasileira, italiana (avô) e indígena (avô)	30	Tenente Portela Diretor no SIVS	4ª série	Paraná – Mato Grosso – Sapiranga (1980)	5 (3 filhos, mãe e sogra)	24 ha. (arrendada)	Terra dobrada (pai falecido. 1971)
13	João e Judite Verganoviz Sapiranga, Janeiro 1991	brasileira e alemã		Frederico Westphalen mas origem Taquara	primário incompleto	Sapiranga	Ele possui 7 irmãos, 2 filhos	12,5 ha.	Sem sorte na criação, migrou devido doença do filho
14	Luis Farias Sapiranga, Setembro 1990	brasileira	35	Frederico Westphalen, mas origem Taquara, indo para SC	1º grau incompleto	Sapiranga (1987)	5 irmãos, todos migrantes	Meeiro (pai 12 ha.)	“Na cidade melhor; sempre sobra um dinheirinho; não precisa se matar”

N.º	Agricultor/ Local/Data Entrevista	Origem Étnica	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Experiência Migratória Anterior	N.º de Familiares	Terra Possuída	Avaliação sobre a atividade exercida
15	Entrevista Coletiva, realizada em Erval Seco, Erval Seco, 28/03/1991	migrantes potenciais		Erval Seco					Distrito Lajeado Grande, que apresenta intenso fluxo migratório
16	Adão A. de Souza Erval Seco, 29/03/1991	Caboclo (os pais são da 'Grande Palmeira')	48	Erval Seco	Primário – Ex. suplente de Vereador	Erval Seco (migrante retornado) Passou 10 meses em Sapiranga	9 irmãos (2 professores, 2 soldados BM)	4 colônias dos pais 37 ha de terra própria 5 ha. arrendados + 10 ha. do pai	
17	Arlindo Botega (pai de Arcélio Botega) Sapiranga, 12/01/1991	italiana	55	Catuípe	1º grau incompleto	Braga, Três de Maio, Sapiranga Encontrava-se em visita a familiares migrantes	4 filhos homens, 1 filha adotiva (12 anos)	3 ha	Terra dobrada
18	Aristides Redentora, 29/03/1991	brasileira 'caboclo': (branco de olhos claros)	65	Erval Seco		Redentora	7 filhos – migraram para David Canabarro	11 ha.	Milho, suinocultura
19	Fredolino Borba Erval Seco, 29/03/1991	italiana	54	Carazinho		Erval Seco – Os filhos migraram menos o caçula de 23 anos.		12,5 ha. de terras próprias	Agricultura de subsistência
20	Osvaldir de Oliveira Redentora, 29/03/1991		26			Redentora	5 irmãos	5ha. – pagando 1998- pais possuíam 17 ha.	Terra dobrada – milho e soja.
21	Valter Barbosa Morais Erval Seco, 29/03/1991	brasileira; mãe descendente de italiano e pai caboclo (cor clara)	42	Distrito de Bom Jesus/Erval Seco		Erval Seco		10 ha. – os pais possuem 14 ha.	Feijão, milho, e soja consorciado
22	Valdir Vasco da Silva Redentora, 29/03/1991	luso-brasileira e italiana (branco) "Família paterna 'pêlo duro'	50	Taquari, se criou em Catuípe	Vereador, Ex-Sub-Prefeito	Catuípe (pai 11 ha.) -Redentora (1970) (pai 20 ha.)	2 filhos; Esposa é enfermeira	fértil	
23	Vilson Dias Erval Seco, 29/03/1991	alemã	23	Condor	5ª série	Erval Seco	Irmãos migrantes	20 e meio ha. arrendados – Cuida 50% terra da mãe	Soja, trigo, agricultura de subsistência

Nº	Entrevistas qualificadas	Origem étnica	Local de Procedência	Grau de escolaridade	Local de Residência	Cargo ou Função	Atividade/posicionamento de destaque
24	Adair Valter Erval Seco, 28/03/1991					Professor e morador do Distrito de Lajeado Grande	Filho de agricultor familiar; convivência intensa com migrantes potenciais.
25	Arti Hugentobler	franco-belga	Sapiranga		Sapiranga	Comerciante	Pessoa influente e popular na comunidade de Sapiranga
26	**Emília Falcão Pereira, Erval Seco, 30/03/1991	luso-brasileira	7º Distrito de Palmeira das Missões, atual Erval Seco		Moradora antiga da região da Grande Palmeira, residindo em Erval Seco	Esposa do Senhor Francisco Pereira; Professora Rural no 7º Distrito de Palmeira das Missões	Avô materno Escrivão e 1º Prefeito de Palmeira das Missões; Residiu temporariamente, em sua juventude, com família alemã.
27	**Francisco Pereira, Erval Seco, 30/03/1991	luso-brasileira	7º Distrito de Palmeira das Missões, atual Erval Seco		Morador antigo da região da Grande Palmeira, residindo em Erval Seco	Pecuarista, foi carreteiro (comerciante de marcadorias) e tropeiro em sua juventude.	Avô coletor de erva-mate; Pai 1º Exator Municipal e Sub-Prefeito de Palmeira das Missões; O pai do Sr. Francisco possuía, aproximadamente 900 ha.; Emprestou gleba de 3 ha. para agricultores Sem Terra expulsos de Santo Augusto (Acampamento “Nova Fortaleza”)
28	Leonídio Gaede, Erval Seco, 30/03/1991	alemã			Erval Seco	Pastor da Paróquia Igreja evangélica de Confissão Luterana	Fez greve de fome em 1988 em apoio ao MST. Conhecido por “Pastor Zeca”
29	Luis Prezzi Sapiranga, Fevereiro 1991	italiana	Migrou para Sapiranga no início da década de 70	Superior completo	Sapiranga	Ex-Secretário da Administração Municipal; Vereador	Os nossos migrantes vieram direto do interior. Para Sapiranga, atualmente, essa migração é negativa porque é grande e, em torno de 60%, mais da metade da população são migrantes que influenciam muito numa decisão política. (...) A empresa não exigiu, muitos são analfabetos, semi-analfabetos.
30	Lúcio Fleck	alemã	Sapiranga		Sapiranga	Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana	Pessoa influente na comunidade de Sapiranga.
31	Márcio Albarello. Erval Seco, 30/03/1991	italiana			Erval Seco	Auxiliar de Motorista em ônibus excursão desloca migrantes entre AU e VS	
32	Osmar Bonella Erval Seco, 30/03/1991	italiana			Erval Seco	Prefeito Municipal de Erval Seco	Forneceu dados oficiais do município

N.º	Pesquisa Exploratória Agricultores/Local/Data Entrevista	Origem Étnica	Idade	Procedência dos pais Terra possuída Escolaridade	Atividades exercidas
33	Albano Miraguaí, Agosto 1987	alemã	56	Possui 23 ha. terra própria; Possui o primário; Possui 9 filhos;	Arrenda e cultiva 100 ha. na área indígena Sócio-fundador da COTRIJUÍ Agricultor Moderno, inserido no processo de modernização agrícola
34	Alencar Miraguaí, Agosto 1987	alemã (pai) italiana (mãe)	31	Pais naturais de Ijuí e de Jaguarí; Possui o 1º grau incompleto	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí
35	Emílio Miraguaí, Agosto 1987	polonesa		Possui 2 colônias (50 ha.) Natural de Getúlio Vargas Possui 6 filhos;	Dentre seus filhos, um é militar, outro funcionário da Petrobrás e a filha é professora. O filho caçula herdará a terra. Sócio-fundador da COTRIJUÍ Agricultor Moderno, inserido no processo de modernização agrícola
36	Genilda Miraguaí, Agosto 1987	luso-italiana		Pais provenientes de Santa Maria, tendo migrado para Santa Catarina (São Miguel do Oeste) antes de se estabelecerem em Miraguaí	Líder no Movimento das Mulheres Agricultoras “A cidade é alternativa de sobrevivência para os que não possuem terra e também é possibilidade de crescimento, de estudo”.

Da 01 a 14, entrevistas realizadas com migrantes;

Da 15 a 23, entrevistas realizadas com agricultores residentes nas áreas de grande afluência de migrantes;

Da 24 a 32, entrevistas realizadas com informantes qualificados no *locus* de origem e no *locus* de partida dos migrantes;

Da 33 a 36, entrevistas realizadas com agricultores residentes no município de Miraguaí, por ocasião da realização da pesquisa exploratória.

**O casal Francisco e Emília Pereira descendem de famílias tradicionais e de prestígio político na região da “Grande Palmeira”, que ocuparam importantes cargos na administração do 7º Distrito de Palmeira das Missões, atual Erval Seco. propriedade de grande porte para a região.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Por que decidiste migrar para cá ?

Por uma questão de trabalho, pois a gente trabalhava na lavoura que, na época, estava difícil, porque tinha que dar a **meia** (grifo nosso) para o patrão, que é dono da terra. Aí não estava dando o suficiente para a gente se manter. Então, a gente veio para cidade procurar um meio de sobrevivência mais fácil.

A terra onde tu trabalhavas, era própria?

Não, era terra arrendada e, além de ser terra arrendada, era muito dobrada, muito difícil para trabalhar. Trabalho só braçal. Não tinha maquinário algum.

Quantos hectares vocês possuíam, o que plantavam?

Era em torno de 24 ha., pouca terra. Não dava para negócio. Nós plantávamos de tudo: soja, milho, arroz, feijão, batata-doce, aipim, batatinha, mas a única coisa que se tirava para vender, que dava para aproveitar um pouco o preço, era o soja e o milho, pois havia um galpão grande. Então, o milho se armazenava e conforme a necessidade se vendia, senão, ficava com ele estocado. E o soja então, assim como saía da lavoura, ia para comércio, porque tinha que pagar os outros custos. Por uma questão até do próprio financiamento para a compra de sementes. Uma coisa se tirava para outra.

E tu trabalhavas com a tua família?

Sim. Nós somos em sete irmãos. Todos nós trabalhávamos juntos.

E o teu pai e a tua mãe também?

Não, meu pai faleceu em 1971 e, daí, ficamos só com a mãe. Inclusive a questão de nós ficarmos sem terra foi por questão da doença do próprio velho. Nós tínhamos sessenta e dois ha., que devido à doença do velho foram vendidos.

O teu pai era da região mesmo?

Meu pai era de Carazinho mas ele foi para lá em 1952. Posso dizer que, quando ele entrou lá, era tudo mato ainda. Ele comprou terras e o que o velho mais tentou fazer foi plantar mandioca e trabalhar com **tafona** (grifo nosso).

Fazia farinha?

É, mas daí o velho ficou doente e, com a doença dele, acabamos tudo.

Quando ele faleceu vocês já eram adultos?

Eu era pequeno ainda, eu tinha 8 anos quando ele faleceu.

Qual a ascendência de vocês: brasileiro, italiano, alemão...?

Sim, tem uma pequena mistura por causa dos antepassados. Então a minha avó, bisavó, era italiana da região de Carazinho e o finado meu bisavô puxava mais para índio mesmo.

Do lado da tua mãe, também são brasileiros?

Brasileiros. Todos nascidos e criados aqui, dentro do Rio Grande.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Na tua decisão de vir para cá, os teus irmãos também vieram ou só tu vieste?

Olha, fui eu inclusive quem teve a iniciativa. Porque eu saí de lá com 12 anos e fui para o Paraná, trabalhar na agricultura. Eu trabalhava, plantava, ajudava a plantar e colher

E com quem tu foste para lá ?

Eu fui para lá com um agricultor que, no caso, a gente se conhecia desde pequeno. Ele me convidou para ir trabalhar com ele e eu fui para Capanema, no sul do Paraná.

Tem muito gaúcho por lá?

Tem bastante. E com ele eu fiquei 3 anos, no Paraná. Larguei a agricultura e fui trabalhar na cidade. Lá mesmo em Realeza do Pinho. Fui trabalhar numa cerâmica, no caso trabalhei 90 dias com o cara da cerâmica e ele perguntou se eu queria ir embora com ele para o Mato Grosso, cuidar de uma fazenda lá. Em 1977, eu fui. Naquela época eu ganhava na cerâmica 1.600 por mês (1.600 nem sei dizer que moeda era na época, acho que era cruzeiro, na época). E, ele me pagava 5 por mês, com tudo livre: cama, mesa, roupa limpa. Nós estávamos em 18; éramos 6 gaúchos.

Ele tinha fazenda lá?

Tinha fazenda lá e nós, os gaúchos, fomos nos conhecer. Fiquei até 79.

Por quê tu decidiste voltar?

Eu vim passear e resolvi ficar. Os próprios irmãos mesmo, eles já tinham saído da roça e ido trabalhar na cidade, em Itapiranga em Santa Catarina. É de lá que nós viemos para cá. Eu sou o mais novo de três irmãos. Tem uma que está no trabalho da agricultura, em São Miguel do Oeste, Santa Catarina. É casada e a única que ainda está na lavoura.

No mais todos da tua família saíram do campo?

Todos. Faz 10 anos que nós viemos para cá. Os dois que viemos na frente, faz 10 anos e, até agora, estamos no calçado. No caso, a vinda do resto dos irmãos que estão aqui se deu no próximo ano, quando eu fui a passeio, eles resolveram vir também. Porque a gente já estava se sentindo melhor aqui. Nós aqui estamos em cinco.

Para Sapiranga, por que tu vieste? Para visitar algum irmão que estava aqui?

Não. Para Sapiranga, foi porque, um dia, eu estava conversando com o meu irmão e eu soube que um colega nosso tinha vindo ver como era Sapiranga. Porque na época, Sapiranga lá, **era o coração do Brasil** (grifo nosso), era o coração do Rio Grande que seja.

E isso onde, no Mato Grosso?

Aqui em Santa Catarina. Na volta de lá para cá.

Quando tu voltaste para o sul, vieste para Santa Catarina, o pessoal estava lá?

Vim para Santa Catarina e, conversando com meu irmão que, no caso, estava ganhando muito pouco e a família estava aumentando, esse colega disse que vinha para cá, para ver como era Sapiranga, na questão de emprego.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Isso foi quando, em 1979 ou 1980?

No final de 1979, começo de 1980. Quando ele voltou, ele disse que aqui era bom, que tinha emprego e tal. Daí nós resolvemos vir para cá também. E eu estou mais envolvido com a questão de 1986 para cá (**refere-se ao seu envolvimento político**), mas até então eu estava no calçado, dentro da empresa.

Quando vocês vieram para cá foi difícil conseguir emprego ou não?

Não foi difícil. Na época havia uma concorrência muito grande. Como existe até hoje, eles utilizam a pessoa que vem do interior por causa do salário. Porque ele é um aprendiz, eles vão pagar menor salário, em vez de pagar para um profissional. O salário de um profissional dá para dois de aprendiz. E, no caso, esse aprendiz, em poucos dias, ele vai dar a mesma produção que um profissional.

E para mulher também existe facilidade em arranjar emprego?

Também. Isso independe. Agora mudou um pouco, com a mudança econômica, a própria estrutura que nós estamos vivendo hoje. Porque, a gente fica muito constrangido quando as pessoas falam de largar a agricultura e vir para a cidade. Para muitas pessoas que a gente conversa hoje, aqui dentro do sindicato, nos movimentos onde a gente participa, eu sempre coloco que a questão da agricultura para nós é fundamental, porque se eu ganhasse um pedaço de terra para trabalhar na agricultura eu iria.

Voltaria?

Voltaria. Mas, não para plantar a meia (**refere-se a condição de meeiro**). Sendo proprietário que eu vou plantar para usufruir; o que eu fizer é meu, eu não tenho que dar parte para o outro. Porque, se não é a agricultura, nós, aqui na cidade, também é difícil.

Tu achas que piorou o padrão de vida?

Piorou bastante, porque é muito colono deixando a lavoura. E o pequeno e o médio produtor são os que plantam, porque o grande empresário, latifundiário, dificilmente, planta arroz, feijão, milho...

Os produtos básicos de subsistência?

Sim, os produtos básicos. Ele vai criar gado, plantar soja.

Produtos de exportação?

Produtos de exportação. Então isso são coisas que não vem para nós. Muito pouco. É aí que se torna bastante **descontativo** (grifo nosso) o trabalho na cidade. Lá na agricultura se tu crias um porco, galinhas, tem ovos, tem a horta sortida - verdura. Aqui não tem como fazer isso.

Mas com a atividade agrícola, em si, tu te identificas, tu gostas?

Gosto, porque sempre gostei de trabalhar na lavoura. Só que o trabalho na agricultura é uma aposta que tu estás fazendo contra o tempo e contra a própria estrutura que nós temos hoje. A questão de valores, o que tu plantas e colhe, se tu vais vender, és muito explorado. Os

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

produtos da agricultura não são valorizados. O próprio colono, principalmente o pequeno e o médio, para fazer uma plantação maior, vai depender de um financiamento bancário para compra de máquinas, etc.. As coisas básicas para agricultura aí é onde, às vezes, o **boneco** (grifo do entrevistado) fica enterrado no banco. Esse foi um dos motivos que a gente utilizou para evitar de fazer isso. Eu achei melhor vir para cidade.

Tu vês a tua saída do campo, um pouco por força das circunstâncias e, outro tanto, porque era importante ficar na terra como dono da terra?

Sim, como dono da terra. Mas não adianta, se eu ganho e eu não tenho condições de cultivá-la, eu estou ralado, porque se eu não posso plantar bastante eu também não vou colher bastante. Já vai depender do tempo. Então, tudo isso aí, a gente tem que botar na balança para, no final da própria colheita, tu vires a ter lucro.

Como era a vida na comunidade - lá no campo?

A vida no campo é boa; tu tens a liberdade, és o teu patrão, não é mandado pelo relógio, nem precisa ter medo de sofrer uma repressão como na cidade. Raramente, tu sofres assalto. Não há falta de segurança.

Quem sabe até pelo grande contingente de pessoas que vêm e não tem condições de se colocar bem...

Muitas vezes, a gente conversando com o pessoal aqui, analisa os problemas, e eu até vejo o seguinte: tem muita gente que faz isso, não por falta de serviço, mas, sim, por falta de vontade de trabalhar. Porque a pessoa que quer trabalhar, ela acha o que fazer. Porque tantas e tantas pessoas que vem de lá, às vezes, o miserável chega aqui para trabalhar direto - dia e noite, feriado e domingo - para tirar o seu pão de cada dia para poder fazer alguma coisa. Porque só com o salário que nós ganhamos, nós não vamos fazer futuro. Na cidade, tu não tens futuro. Na cidade tu só vai trabalhar para se manter.

As pessoas, em geral, quando estão no campo e tão pressionadas pela falta de política agrícola que incentive a produção agrícola, de certa forma, idealizam uma vida melhor na cidade, não é? Até pelas garantias que um salário daria, o salário regular, os direitos sociais e tal. E, quando estão aqui, de certa forma eles vêm o limite disso, qual é a tua impressão a esse respeito?

O que eu vejo é o seguinte: está certo que aqui na cidade tu estás empregado. Tu trabalhas 30 dias, tu recebes teus 30 dias. Bem ou mal tu recebes, mas só que a cidade, os municípios aqui no Vale dos Sinos nunca tiveram preparados para acolher essas pessoas que vêm do interior para cá. Os preços dos aluguéis imobiliários são muito altos. Do que tu ganhas não sobra absolutamente nada por causa disso. Tu dependes do aluguel, do transporte, tu tens que pagar luz, vestir, calçar, essas coisas. Para tu comprares o teu básico, o que comer no dia-a-dia, o que te sobra? Então isso aí é uma coisa que na cidade é dramática. No campo, também tem partes quase iguais, porque tu trabalhas e tu está apostando, mas, tu tens a tua liberdade. Tu planta milho, se não der milho, dá arroz ou feijão ou trigo. Se não der trigo dá soja, fumo. De uma maneira ou de outra, tu tens como sobreviver na lavoura. A carne tu tens em casa. Tu vais depender de comprar muito pouco. O sal, o fermento que, assim mesmo, dá para se fazer em casa, pois na época, a mãe fazia o fermento. Então, são as

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Saporanga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Saporanga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

coisas mínimas que tu tens que comprar se tu está na lavoura. Na roça tu andas à vontade, podes botar qualquer roupa. Tu vais para roça, vais trabalhar não tem problema nenhum. Aqui na cidade, para trabalhar, já tens que andar bem vestido, mais bem calçado. Não que o serviço exija, mas por ti mesmo.

Tu achas que os industriais do calçado preferem e estimulam a vinda de pessoas do campo por pagarem menos? Tu achas que existem pessoas, em Saporanga, no Vale, que pressionam por maiores salários, e que por isso dão margem para que o agricultor tenha preferência?

Existe diferença entre a mão-de-obra estabelecida em Saporanga e a mão-de-obra recém-chegada. Porque o profissional, mais qualificado já diz: ‘não, eu só trabalho se for tanto. Com o tempo, acontece a mesma coisa e, aí, é que pega a questão da rotatividade, porque havendo uma empresa que paga melhor, se eu sou um montador, eu saio daqui e vou para outra empresa que tem uma vaga então, abre espaço para outro aqui. Sai outro de lá, porque não se deu bem com o chefe e tal e vai para outro emprego, abre outra vaga. Isso acontece como uma agulha zigue-zague que está sempre, toda a vida se cruzando.

Para o pessoal que vem do Alto Uruguai existe chance de que venham a ocupar cargos mais importantes, posição melhor na linha de montagem ou em algum setor de controle, de administração?

Isso acontece, mas depende muito do interesse da pessoa. Eu, na época em que estava como oposição para diretoria do Sindicato, eu trabalhava como auxiliar do chefe de setor. E, com pouco tempo de serviço eu consegui isso, basta teres a característica de pegar o jeito do serviço, de se interessar e fazer, que é o que leva ao conhecimento, tu consegues. Não que eu fosse um cara que vivesse adulando o patrão. Eu fazia o meu trabalho, porque eu acho que se tu tens que trabalhar, tens que trabalhar. Então, era o que eu fazia, eu ia para dentro da fábrica e trabalhava. Procurava fazer o máximo, aprender com o outro que estava trabalhando na frente. Aí foi onde eu me desenvolvi bastante. Porque hoje eu pego um balançinho e corto o pé do couro, a sola do sapato e largo o sapato montadinho dentro da caixinha para o revisor ver. Eu conheço todas as etapas necessárias no trabalho da fábrica. Eu poderia ser um gerente da empresa hoje, se eu não tivesse saído, mas eu achei que não era para mim. Eles me ofereceram para pegar de chefe do setor. Eu disse que não, que tem tantas outras pessoas mais qualificadas do que eu que poderiam pegar.

Por quê tu não quiseste?

Não. Uma coisa que para minha pessoa eu me sentiria magoado é se me tocasse chegar num parceiro meu de serviço, repreendê-lo por estar fazendo um serviço mal feito. Porque ele é um aprendiz que está começando há pouco tempo ou, porque o material não era bom e eu mandei ele fazer um serviço e o material não prestou. Eu acho que, assim como eu pego e faço o serviço, eu não preciso do chefe estar me mandando e vendo se está certo ou errado, não acho certo chegar por **qualquer coisinha** (grifo nosso) e repreender o aprendiz. Eu não tive essa postura. No banco que eu trabalhava de auxiliar, eu dava a chave para o pessoal. Cada um que queria sair, eu ia para o lugar e trabalhei três anos e meio dentro da empresa como auxiliar de setor. Eu saí da empresa porque vim trabalhar no Sindicato e não vi, não tem um trabalhador, até hoje, que diga: ‘o João me repreendeu dentro da empresa porque era

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

auxiliar’ ou que diga: ‘o fulano se aproveitou do cargo que exerce para me repreender’. Isso é coisa que eu não faço.

João, como é que tu chegaste a trabalhar no Sindicato? Por quê?

É um boa pergunta, porque desde 1985, quando foi feito o primeiro Congresso do Vale, eu estava conversando com um grupo de pessoas e nós começamos a discutir a questão do trabalho, do salário, e que a gente precisava de condições de trabalho. A diretoria, que era CGT, pouco se interessava. A gente resolveu fazer uma oposição com o próprio conhecimento e trabalho que a gente tinha, pois desde 1983, vinha trabalhando com um movimento de bairro, aqui em Sapiranga. Eu tinha um conhecimento muito grande dentro das vilas, quase todas as vilas, tinha o Ezequiel que trabalhava junto comigo (eletricista da empresa) e também estava no movimento e resolvemos fazer essa tal oposição. No caso, nós fomos os primeiros a fazer oposição. Na gestão passada só ficou eu, pois, quando chegou a época de lançarmos o primeiro boletim, eles tinham medo de ser repreendido. Como eu era um bom funcionário, auxiliar da empresa....

Quer dizer, tu não tens problema de disciplina?

Não. Inclusive eles botaram esse Ezequiel para rua, pensando que era só ele que estava mobilizando pessoal, conversando com o pessoal pela questão da CUT, diziam: ‘esse grupo de esquerda, esse grupo radical que está aí e tal, os comunistas. e eu dizia a eles: ‘olha, eu não sei o que é que tu estás falando, eu tenho que cuidar o meu serviço e não tenho nada a ver com a CUT. "Então tu vais observar no teu cara de confiança, para tentar descobrir quem está mobilizando o pessoal para fazer essa reunião da CUT. Quem está convidando o pessoal das empresas. Tu vais descobrir esse cara para nos entregar, para botarmos ele na rua". Então, eu pedi liberdade para caminhar livremente dentro da empresa e investigar e eles me deram toda a liberdade para ir em qualquer setor. Ali eu fiz o melhor trabalho da minha vida. Foi assim, graças a eu ter a confiança e a boa intenção de fazer o meu trabalho e, o bom relacionamento que eu tinha com as pessoas. Eu perguntava para as pessoas se elas já tinham se sindicalizado, se eles pagavam atrasado o sindicato, o que achavam da diretoria que estava no sindicato, o que achavam da questão da mudança. O pessoal dizia que tinha que mudar, que o cara era um **pelego** (grifo nosso), não fazia nada, não havia possibilidade de negociar nada com ninguém. Todo mundo concordava que o negócio era se mobilizar e ter uma oposição, votar na oposição que seria a chapa dois. E eu dizia: ‘fiquem sabendo que vocês estão falando da CUT que é a favor do empregado e contra o patrão’.

E havia respaldo?

Havia respaldo, e a gente fazia isso nas vilas também.

Como é que tu foi te entrosando com a comunidade de modo a ser uma liderança junto às vilas?

Na vila onde eu fui morar, onde estou morando até hoje, faz 8 anos que eu moro no mesmo lugar, quando eu entrei lá era **vilinha** (grifo nosso), dispersa. Tinha pouca gente. Como é que vou te dizer - tinha **vermizinhos** (grifo nosso) que esculhambavam com a vila e eu comecei a conversar com o pessoal que nos precisávamos de segurança, que tínhamos que

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

reivindicar na Prefeitura, na Câmara dos Vereadores, na própria Brigada Militar, a segurança para os moradores.

Já havia água e luz?

Não tinha nada e, conversando com o pessoal, eles foram se incentivando e, formou-se uma comissão para gente ver o que precisava. Foi com esse trabalho que a gente começou a se organizar numa associação de moradores.

Teu irmão participava?

Não. Meu irmão até hoje não quer saber que eu participe disso. Na época eu nem sabia como fazer. E foi quando chegou um tal de João Porto e levantou a questão do partido, era o PMDB, e a gente trabalhava naquela linha do partido.

Como foi que tu chegaste no PT?

Pelo próprio trabalho que a gente vinha fazendo nas vilas, a gente viu que seria uma alternativa porque na época, queira ou não, ninguém entendia de política. Até então, todo mundo que vinha falar de política para mim, eu achava que era uma sujeira, só para quem tem dinheiro, que pobre não faz política. Em 1986, a gente entrou e foi registrar a chapa da oposição. Nas eleições ganhamos com uma facilidade, dois e meio por um. Eu trabalhava na empresa e fui requisitado pelo Sindicato, pois eu era o único motorista.

E tu já sabias dirigir?

Eu dirijo, desde a idade de 12 anos, quando eu saí, que **eu me dispersei que nem filho de perdiz** (grifo do entrevistado), costume da gente falar. Acho que isso é um senso meu - tem muita coisa que eu vejo fazer e tento até que faço – Isso de dirigir, eu dirijo caminhão, tudo. No Mato Grosso, eu trabalhei um ano e pouco só num caminhão, carregando adubo, calcário, tudo. A única coisa que eu não peguei foi carreta e ônibus.

Quando tu chegaste tu estavas em que série?

Na quarta série.

Tu estudavas aonde?

Em Tenente Portela, na escola rural. E, meu professor, José Antônio Pinheiro, que me dava aula lá, hoje mora em Sapiranga também.

Como foi que se encontraram aqui?

Faz dois anos, mais ou menos, que eu o encontrei. Inclusive, devido ao bom trabalho que a gente tinha e tem até hoje, o filho dele me conhecia há muito tempo, o velho me procurou e hoje ele está morando na morada São Luiz e está para ser presidente da associação dos moradores lá. Está com sessenta e poucos anos. O pouco que eu aprendi, aprendi com ele. A gente se tornou mais forte, inventou. Surgiu a associação dos moradores discutindo os problemas da vila, a questão da segurança e tal e, muitas vezes, a gente tinha que sair batendo nos vagabundos, tinha que estar **endedando o cara pros home** (grifo nosso). A gente pelo próprio conhecimento, reúne as pessoas mais humildes, aquelas que não entendem a questão e, hoje, em 1988, até concorri a vereador mas, simplesmente concorri para abrir

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

caminho e fiz 155 votos. Eu sou presidente da associação de moradores e o segundo membro, coordenador da SIME que é o sistema municipal de saúde, diretor do sindicato, membro do diretório municipal. Uma carga imensa, como eu estou licenciado do sindicato, (fui requisitado pelo Sindicato mas, me licenciei em 1988 para concorrer a vereador) a empresa não me aceitou para trabalhar e me paga parado. Prefere me pagar parado, do que me ver lá dentro com propaganda do sindicato. Eu aproveito essa oportunidade e tempo para desenvolver o trabalho sindical: ver os problemas, encaminhar o que deve ser feito, planejar, marcar audiência direto com a prefeitura, com vereadores, com o pessoal da Assembléia Legislativa. Por causa do tempo e do espaço que eu tenho dentro do sindicato, pego o telefone, ligo; combino com os representantes das associações de moradores: tal e tal dia vamos lá. Eu sempre acompanho, sou um **porta-voz** (grifo nosso) e estou me sentindo bem nesse trabalho. Eu espero que algum dos **meus negrinhos** (grifo nosso) queira fazer a mesma coisa. Sou casado e tenho três filhos; dois gurus e uma guria que é a mais velha, que é adotiva. A sogra e a minha mãe também moram junto.

A família é grande. Como é a renda familiar?

Eu ganho um salário mínimo do sindicato. As crianças são pequenas, ainda não trabalham. O mais velho vai fazer 8 anos, está estudando e, como o do meio, ajuda a cuidar do menor. A sogra fica em casa. As duas velhas são aposentadas como trabalhadoras rural.

Me fala sobre a tua esposa.

Nós nos conhecemos em Portela; quando eu saí, com doze anos, eu já conhecia ela e quando voltei em 1980, em fins de 1979, nós casamos em Itapiranga, Santa Catarina.

E a família dela?

É de Santa Rosa, de origem brasileira e todos os irmãos dela estão juntos, trabalham na roça, no interior da cidade de Itapira, Santa Catarina.

E vocês mantêm contato com o pessoal, viajam para lá?

Eu depois que casei, em dez anos, fui três vezes. Numa vez fui passear, noutra faleceu o sogro e noutra fui obrigado pela **papelama** (grifo nosso) de aposentadoria da sogra.

Vocês conseguiram comprar o terreno onde vocês moram?

Não. É área verde, é uma área federal. Nós moramos no leito dos trilhos.

E aí tu tens tranquilidade, não vão te tirar o terreno?

Aí tem uma questão, quando tu ias chegando eu estava saindo de uma reunião com as gurias da UNISINOS. Estão aprovando um termo para um projeto de habitação popular, porque já existe um loteamento popular, devido ao trabalho que nós desenvolvemos em 1988, quando invadimos cinco áreas verdes do município e colocamos 86 famílias em cima dessa área verde. Como existia um projeto de habitação popular, o prefeito não teve como fazer o despejo. E essas pessoas, hoje, com o trabalho que a gente fez, estão em duas áreas para loteamento popular, que é a Vila Esperança, lá pertinho onde eu moro, onde moram 118 famílias e, a Morada São Luiz, essa que eu falei há pouco, onde estão 70 famílias, sendo que poucas casas estão terminadas.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Essas casas foram planejadas?

Eles foram obrigados a fazer esses loteamentos para tirar o pessoal de cima das áreas verdes, pois não teriam onde colocar.

E tu queres ficar?

Não, o que eu coloco é o seguinte: ficamos porque não pagamos aluguel. E essa briga que a gente teve, invadir essas cinco áreas verdes, foi mais para o pessoal que pagava aluguel. A gente abriu para o pessoal sair um pouco do sufoco, por causa do aluguel cada vez mais alto. Ao deixar as áreas verdes, o pessoal saiu sem estrutura; sem luz e sem água. Viviam embaixo de uma barraca, mas agora, estão se colocando. Hoje, graças ao trabalho e graças a Deus que sempre olha para quem necessita, eles estão se colocando e eu estou ajudando na minha vila para ver se acho um meio de sair de lá. Na época quando eu concorri para vereador eu prometi para o pessoal: ‘eu não saio daqui enquanto não conseguir um terreno para cada um, um loteamento para cada um’. A promessa que eu fiz foi, se eu ganhasse para vereador eu sairia de lá, legal, para ir morar em cima de um loteamento junto com o pessoal. Como não foi possível ter uma cadeira para mim, eu continuo no meu trabalho, independente disso. E, como eu já tinha comprado dois terrenos por lá, peguei e vendi os terrenos, apliquei noutro, arrumei melhor minha casinha. Eu tive oportunidade de sair, mas não quis, porque eu fiquei por dois mandatos como presidente da associação e o pessoal queria que eu ficasse. Mas eu disse para eles: ‘eu tenho que trabalhar um pouco, vocês já aprenderam, já sabem como tem que fazer, eu tenho outros compromissos e, aqui, vocês vão tomar conta, vão trabalhar. No momento que vocês precisarem alguma coisa mais problemática, que vocês não se sintam bem para fazê-la, aí vocês me procuram’. É assim que a gente está levando a vida, no dia-a-dia.

Na realidade então, o teu grande investimento é o trabalho que tu tens com essas pessoas, e a tua esposa te acompanha?

Sim, esse trabalho com essas pessoas. A minha esposa faz parte do grupo de mulheres. Na associação de moradores, eu abri esse espaço para o grupo de mulheres. Eu falava para elas terem ânimo de ir ver que não é só o homem que tem que trabalhar. Se a mulher trabalha dentro da empresa para ajudar o marido, por que ela não pode trabalhar na vila para melhoria das vilas também? Aqui no sindicato tem um grupo que faz trabalho feminino e todo mundo se ajuda nessa

E a criança como é que fica?

A criança é um sufoco, porque não existe creche que chega. Existe a **mãe crechera** (grifo nosso) que, no caso, cobra uma quantia para dar alimento e limpar a criança.

Tem bastante dessas mães por aqui?

Tem, inclusive a mãe da Claudete, a menina que trabalha aqui é uma delas.

Tua vida aqui, em Sapiranga já tem uma história. No entanto, tu me dizes que se tu conseguisses um pedaço de terra tu voltarias?

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Voltaria porque, há tempos atrás, eu participei de algumas reuniões na luta pela terra, foi em 1984, mas, devido à questão de trabalho mesmo, de eu ter que trabalhar direto, não podia estar saindo.

Na época tu tinhas atividade no sindicato?

Não. A própria questão financeira estava difícil. Depois que o pessoal veio para a Anoni (acampamento dos Sem terra na fazenda Anoni), quando eu estive lá. Ali, tinha uma porção de gente de Tenente Portela, alguns comerciantes de lá. Chegamos, tinha uma churrascada e o pessoal conversava a respeito da Fazenda Anoni, mas eu pouco estive junto da discussão, depois fui lá a passeio. Até me interessava ficar, eu gostaria de ter ficado envolvido naquele movimento, mas já era diretor do sindicato e se tornava difícil, até o próprio trabalho que a gente exerce hoje. Acho que até seria melhor, fazer o mesmo tipo de trabalho que a gente faz aqui, num outro município, desde que eu soubesse que no município existe um trabalho de conscientização do pessoal.

Reivindicação dos direitos, no caso?

Sim, como o direito ao solo urbano. O trabalho que deve ser feito na agricultura, pega um outro nível de discussão.

Mais específico?

É mais específico, a questão da Reforma Agrária. Na cidade é só emprego, solo urbano, direito de moradia, essas coisas. Eu acho que até seria importante a gente trabalhar mais aberto assim, desde que se tenha um trabalho iniciado, que esteja sendo bem desenvolvido, dentro da própria liderança surge pessoa para comandar o trabalho que foi implantado. Eu acho que é importante a gente dar continuidade, pois dificilmente, existem pessoas que façam esse tipo de trabalho. Digo, um trabalho mais digno. Eu sei que tem muita gente que tenta fazer isso só por grande interesse.

Sem dedicação?

Sem dedicação, por interesse político. É claro que tudo que se faça hoje, quer queira ou não, envolve a questão política. Eu acho que, desde que tenha um trabalho bem implantado, pode se fazer um trabalho político porque nós precisamos também de político que defenda essa nossa gente, que atue, lá, dentro da Assembléia Legislativa, das Câmaras Municipais, do Senado. Eu acho que é importante quando a pessoa se dedica a um trabalho mas defenda porque faz isso.

Tu queres dizer, dedicado a causa em primeiro lugar?

Em primeiro lugar, porque não adianta a questão do político com aquela intenção: ‘vou desmanchar tudo e fazer de novo’. Ele só se elege, não vem discutir com as pessoas. Eu acho que isso é uma coisa errada. Porque, no caso, quando eu concorri a vereador, não foi possível vencer, mas eu não paro (basta dizer que, no dia da apuração dos votos, eu entrei em casa e o meu pessoal disse: ‘E aí João, como é que estás?’ Eu peguei as linhas e fui para o rio pescar, convidei meus amigos e fui de bicicleta. Fizemos 8 km de bicicleta, só para a gente ficar mais descontraído.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Eu vou voltar num aspecto, à parte o respeito que tu tens pela terra, a admiração pelo trabalho do campo, me parece que a tua vida está muito enraizada na cidade, por exemplo, o teu envolvimento político em defesa da causa das pessoas mais necessitadas. Tu poderias transferir isso para o Movimento do Sem Terra ou o campo é passado para ti?

O saber não ocupa lugar. Cada dia que passa nunca sabes o suficiente. Sempre estás aprendendo, a cada minuto que passa estás aprendendo coisas novas. Estudo que tu vais fazer do cotidiano, do dia-a-dia; o que se passa, e tu vais por ali ou por aqui. Esse trabalho se dá conversando com o pessoal. Se ganho terreno, fazendo esse tipo de comparação, se sou vendedor de tenda (**refere-se a fruteiro**), embora o custo seja diferente, a comparação é a mesma. Junta uma coisa com a outra pode-se ver que a comparação é a mesma. O trabalho na agricultura depende de um aspecto: tu já vais depender de tantos hectares de terra, que quantia tens que plantar, tens que comprar máquinas essas coisas. E, aqui na cidade, tem o direito ao solo urbano, a infra-estrutura toda como água, luz, saneamento básico completo, uma casinha. É o que eu vejo.

Só que quando tu disseste que já tiveste oportunidade de ter o teu terreno, organizar as tuas coisas, de certa forma tu abdicaste disso achando que existe uma luta maior, que é uma luta de base realizando o trabalho não apenas para os teus filhos, é isso?

Exatamente.

No momento que tu fizeste isso, tu dizes que o teu interesse pessoal transcende a obtenção de um pedaço de terra

Que não seja só para mim.

E aí tu dizes que se tu ganhasses um pedaço de terra voltarias para o campo

Como eu coloquei, quem trabalha na cidade não faz futuro. Quando tu consegues alguma coisa, é assim na batalha. No caso, eu iria para a agricultura, com prazer, se eu saísse hoje de Sapiranga e fosse para um pedaço de terra plantar. Eu sei que o que eu vou fazer, não vou fazer só para mim. Nós vamos ajudar outros; daquilo que eu produzir, com o que eu produzo na roça, eu sei que os colegas que, hoje, estão na cidade mas, que ficaram, eu sei que eu estou ajudando a sustentá-los. Minha idéia é essa, porque, de uma forma ou de outra, eu ajudo e se eu for para roça, meu nome vai ficar discutido dentro dessa sociedade.

E quando tu pensa nessa possibilidade de poder ajudar as pessoas na cidade, seria cedendo ou vendendo os produto de modo mais acessível?

Uma coisa que se eu tivesse possibilidade, e inclusive, é idéia minha que eu levantei no sindicato, a questão de uma cooperativa de baixo custo, para o pessoal associado no sindicato. Isso é uma questão do próprio trabalho, se a gente tivesse possibilidade de passar, porque tu compras mercadoria barata na lavoura: batatinha, batata doce, aipim, feijão abóbora, moranga, tu trarias tudo. Se tu tivesse como fazer. Montaria uma estrutura assim, um **feirão** (grifo nosso) que se vendesse ganhando mas, não ganhando um absurdo - reduzindo o lucro e cortando o **atravessador** (grifo nosso). Fazendo uma ponte paralela para que o consumidor fosse direto ao produtor.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Saporanga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Saporanga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Há um tempo atrás, em conversa com um senhor de Miraguá (Sabi, é o apelido dele), que estava construindo casas ali na Vila Esperança e que, também, havia participado do Movimento-Sem-Terra, me pareceu que ele não tinha interesse em trabalhar como operário. Inclusive, parece que ele voltou?

Voltou.

Ele tinha vindo para acompanhar os filhos e tal. Vocês não pensam em reivindicar um pedaço de terra aqui perto, fazer hortas comunitárias, aproveitar o conhecimento e o trabalho dessas pessoas?

Até seria possível mas, isso a gente tem que analisar muito, porque se precisa de estrutura. Tu dependes muito da administração do município, para conseguires essa área. Saporanga é um mocinho, eu sempre comparo Saporanga com um **mocinho de cinema** (grifo nosso). Daí, o cinturão que existe em roda de Saporanga é o cinto que o moçinho usa; é a arma que o moçinho usa. Saporanga, o centro, é cercado por bairros e favelas e, em volta das favelas estão as grandes empresas com suas áreas de terra

Elas têm terras?

Tem, mas não só Saporanga, todo o Vale dos Sinos, não tem estrutura para acolher essas pessoas que vêm do interior. Os grandes empresários como o Musa, Ebane, Orquídea etc., tu podes dar uma volta em torno de Saporanga, ‘aqui é de fulano, aqui é de beltrano’; tal imensidão de terra sem um cabrito em cima. Especulação total.

E acácia, plantam?

Acácia, eucalipto ou estão criando brejo,. Então isso é que se torna difícil.

E geralmente isso se resume a famílias porque as empresas são familiares ...

Exatamente. Tu não tem como chegar numa área dessas.

A prefeitura não teria condições de...

Eu, pessoalmente, já por várias vezes, discuti isso com a Marlene (**Prefeita Municipal quando da realização da entrevista**), não só com ela mas com o antigo prefeito, a questão da desapropriação de certas parcelas dessas terras. Porque, queira ou não, a prefeitura podia desapropriar áreas. A prefeitura tem autonomia, agora, só não sei quanto à questão dos regulamentos, de leis como é que funciona. Daria para desapropriar, fazer loteamentos e vender para o pessoal. Eu andei fazendo um estatuto, um regimento interno, para esses loteamentos populares: o pessoal vai pagar 10% do salário mínimo e tem vinte anos para pagar. Então, tirando a sobrevivência, por mais que tu aches difícil pagar 10% do salário mínimo, uma mulher lavando roupa para a vizinha consegue. São meios do pessoal sair dessas malocas. Outra coisa é cancelar, cortar absolutamente, a venda nesses loteamentos populares. Se eu ficar com o terreno não posso vender enquanto não terminar de pagar. Eu posso sim, se eu não quero mais, o valor que eu estou pagando, a prefeitura devolve reajustado e passa para outra pessoa. Isso para evitar esse tipo de exploração; tu vens do interior chega aqui, eu te vendo o lote por 150 mil. Não te custou nada. Isso é um absurdo, aí vem a exploração entre eles mesmos.

APÊNDICE B– Entrevista realizada em julho de 1990, com o migrante João dos Santos, o Joãozinho, 30 anos, natural do município de Tenente Portela, migrou para Sapiranga em 1980, é membro da diretoria do Sindicato da Indústria do Vestuário de Sapiranga, líder comunitário e ex-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Isso acontece?

Acontece e é uma coisa que eu sou absolutamente contra. Tem gente que acha que eu sou louco, mas eu acho que se eu vim para cá para trabalhar, eu não vim para explorar - vim para trabalhar. Agora se eu estou explorado dentro da empresa, é outro papo. Cabe a mim me organizar para não ser explorado. Eu acho uma coisa absolutamente errada quando você se esforça - veja o caso da COHAB que é para ser de gente de baixa renda e, no entanto, raramente, você vê uma pessoa de baixa renda morando lá. É o sistema de giro. Eu vejo por mim, porque eu me esforcei tanto por causa desses loteamentos populares. Tem gente que ri da minha cara porque eu fiquei morando na minha vila. Dizem: 'o João arrumou a cama e nós deitamos nela'.

Mas são casinhas boas, não é mesmo? E tem água, luz?

Sim, tudo. Só o transporte que está difícil, mas as casinhas são iguais. Então, o que eu vejo é que a gente já trabalhou, já discutiu! Fica difícil, cada dia que passa, o quadro é o mesmo e a gente já discutiu, já organizou o pessoal. Mas o trabalho de conscientização não pode parar. Eu acho estranho porque você trabalha, perde tempo de estar com a família para estar com os outros e não ser compensado, nem moralmente. Mas tem que se continuar. Eu entendo que tem que ser assim mas, nem todos tem a mesma mentalidade. Nem todos tem o mesmo jeito de chegar nas pessoas, de colocar as coisas. Porque as vezes, as coisas são invertidas até no colocar. É um inchaço de pensamento.

O que tu gostarias de colocar mais?

Mas eu acho que já deu para dizer o que a gente sente, sentiu, o que a gente fez, o que a gente deixou de fazer e o que pretende fazer, não é mesmo? Eu acho que saiu um pouco. Claro que eu espero aprender muito. Eu espero que a gente consiga, um dia mudar essa sociedade que está aí, colocar essas questões: repartir lucros das empresas, repartir esses pedaços de terras que estão abandonadas. Aí, pode ser que eu consiga um pedaço para mim.

Muito obrigada Joãozinho, pelo teu depoimento.

APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas com os migrantes

1. Por quê migraste do campo para a cidade?
2. Quando chegaste?
3. De onde vieste?
4. O que fazias lá?
5. O que possuías? A terra era própria, escriturada?
6. Possuis irmãos? Quantos? O que fazem?
7. Por quê veio para Sapiranga?
8. Possuis parentes aqui?
9. O que fazes aqui? Como participas na comunidade (igreja, sindicato, associação de moradores)?
10. Já havias saído da cidade natal antes da chegada em Sapiranga?
11. Manténs vínculos com a localidade de origem? Quais (visitas, ajuda econômica ou outros)?
12. Como avalias a mudança do campo para a cidade?
13. Pensas em voltar para o campo?

Dados Pessoais:

Nome:

Idade:

Local de origem:

Data da migração:

Religião:

Origem étnica e procedência dos pais:

Grau de escolaridade e habilidades profissionais:

APÊNDICE D - Trabalhadores filiados ao Sindicato da Indústria do Vestuário de Saporanga, procedentes dos municípios do Alto Uruguai (1980-1988):

Município	Número de Trabalhadores Sindicalizados
Miraguaí	29
Braga	25
Tenente Portela	376
Redentora	73
Erval Seco	159
Palmitinho	220
Rodeio Bonito	483
Coronel Bicaco	15
Palmeira das Missões	695
Campo Novo	37
Humaitá	11
Três Passos	183
Crissiumal	60
São Martinho	04
Caiçara	268
Vicente Dutra	271
Frederico Westphalen	502
Seberi	437
Tuparendi	79
Nonoai	30
Ronda Alta	35
Total:	3.992
Total de Trabalhadores Filiados (1980-88):	14.503
Trabalhadores procedentes do Alto Uruguai;	3.992
Percentual Correspondente:	27,52%

ANEXO A – Reportagem sobre eleição de migrante para presidência do Sindicato do Vestuário

Antônio Machado eleito presidente

Por uma diferença de 2.823, votos, a chapa Um, intitulada "A Torquês", reelegeu-se para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, na última sexta-feira. Os vencedores ganharam com 3.850 votos, contra 1.027, da chapa dois, intitulada "Martelele", A diferença que, na prática, significa 4x1, demonstra, na opinião do novo presidente, "o reconhecimento do trabalho que nós fizemos nos últimos três anos, e a satisfação dos operários calçadistas, que estão sentindo a democracia com que realizamos nosso trabalho".

A apuração encerrou por volta de 23h30min de sexta-feira, em meio a muito tumulto, tendo sido, necessária, inclusive, a intervenção da Brigada Militar, quando anunciado o resultado oficial, que reconduz a diretoria ligada à Central Única dos Trabalhadores à presidência do Sindicato dos Sapateiros. Depois de anunciados os números, as cerca de quatro mil pessoas que se encontravam no ginásio decidiram fazer uma passeata, até a sede da entidade, para comemorar a vitória.

O NOVO PRESIDENTE

Antônio Machado, que na atual gestão exerce o cargo de diretor, é o novo presidente do sindicato. Com apenas 27 anos, Antônio tem a incumbência de dirigir o mais forte sindicato da categoria no Estado. De acordo com suas próprias informações, a categoria soma hoje em torno de 30.000 trabalhadores nos dois municípios que abrange - Sapiranga e Nova Hartz - e destes, em torno de 14 mil, são associados do sindicato.

A atual diretoria é filiada à Central Única dos Trabalhadores - a CUT - e deverá permanecer, de acordo com palavras do presidente.

A posse oficial está marcada para o dia 26 deste mês, em horário ainda a ser marcado. Antônio Machado adianta no entanto, que "para nós o importante é que a categoria se faça. presente no ato da posse, numa demonstração de força da decisão que eles tomaram na urna."

AS PRIORIDADES

A democracia é o lema do presidente eleito. Ele reforça que -"O Sindicato está sempre aberto a todos os sapateiros, para prestar informações, encaminhar reivindicações e garantir os seus direitos". Para o novo presidente, "o importante é que a categoria veja o sindicato como a sua casa; a partir daí a gente pode considerar que somos uma entidade representativa".

Quando fazia campanha pela reeleição, a chapa "Torquês" elegeu oito assuntos como as suas prioridades de governo. São eles: melhoria do piso salarial; a conquista de 100 por cento de adicional sobre horas extras; melhoria do serviço de atendimento médico e odontológico, a manutenção do atendimento jurídico; a criação de uma cooperativa para o fornecimento de alimentos; a união dos sapateiros; a construção de um pavilhão de esportes, e o oferecimento de cursos profissionalizantes e de formação política.

A DIRETORIA

A partir de agora, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores fica assim formada: presidente, Antônio Machado; vice-presidente, Altivo de Oliveira Moraes; segundo vice, Roméu Shultz; secretária, Maria Celita dos Reis de Souza; tesoureiro, João Valdomiro do Nascimento; segundo tesoureiro, Aliomar José Vieira; suplentes da diretoria: Afonso Weber Gabriel, Edeimar Gonçalves da Silva, Linaura Aparecida Goularte, Artur Almeida da Costa, Hermes Tavares dos Santos e Jandir Paulo da Silva. Suplentes do conselho fiscal: Eleomar Correa, José de Castro e Antônio Derli dos Santos Landim. Conselho fiscal: Ari do Nascimento, Claudete Bonella e Sérgio Walker. Delegados à federação: João dos Santos, João Batista Xavier. Suplentes de delegados: Leonel Rodrigues de Moraes e Romeu Kunn.

Antônio Machado ressalta que todos os membros da diretoria são naturais de outras cidades que não Sapiranga, numa demonstração de que a categoria é formada basicamente por migrantes que deixaram o campo para tentar vida melhor nos centros urbanos.